A-PDF Merger DEMO : Purchase from www.A-PDF.com to remove the watermark

distância de 69,509 m. Do vértice 111 segue-se até o vértice 112 (N = 8395617,542431; E = 396671,037200) com azimute de 53°24'00" e distância de 26,950 m. Do vértice 112 segue-se até o vértice 73 (N = 8395572,855731; E = 396720,019100) com azimute de 132°22'28" e distância de 66,303 m. Finalmente segue-se até o vértice 73 (Inicio da descrição) com azimute de 0°00'00" e distância de 0,000 m, fechando assim o polígono acima descrito com uma área de 9,67 ha.

Área 12 (Matrícula 3898): Inicia-se no Marco 640, georeferenciado ao Sistema Geodésico, elipsóide SAD-69(Brasil), tendo como Datum CHUÁ, MC -45°00'00", coordenadas Plano Retangulares, Sistema UTM: N = 8400626,181931 e E = 398059,296000. Do vértice 640 segue-se até o vértice 641 (N = 8399989,000031; E = 397395,000000) com azimute de 226°11'37" e distância de 920,484 m. Do vértice 641 segue-se até o vértice 642 (N = 8399878,773631; E = 397261,761500) com azimute de 230°23'58" e distância de 172,923 m. Do vértice 642 segue-se até o vértice 636 (N = 8399831,000631; E = 397204,014800) com azimute de 230°23'58" e distância de 74,946 m. Do vértice 636 segue-se até o vértice 638 (N = 8399847,079631; E = 397046,187500) com azimute de 275°49'01" e distância de 158,644 m. Do vértice 638 segue-se até o vértice 643 (N = 8399853,821031; E = 396980,015900) com azimute de 275°49'02" e distância de 66,514 m. Do vértice 643 segue-se até o vértice 644 (N = 8399887,769131; E = 396646,744000) com azimute de 275°48'59" e distância de 334,996 m. Do vértice 644 segue-se até o vértice 645 (N = 8399892,329731; E = 396601,972500) com azimute de 275°48'59" e distância de 45,003 m. Do vértice 645 segue-se até o vértice 646 (N = 8399928,129531; E = 396250,535500) com azimute de 275°48'59" e distância de 353,256 m. Do vértice 646 segue-se até o vértice 647 (N = 8399933,880131; E = 396194,083300) com azimute de 275°48'59" e distância de 56,744 m. Do vértice 647 segue-se até o vértice 648 (N = 8399959,357731; E = 395943,829300) com azimute de 275°48'47" e distância de 251,548 m. Do vértice 648 segue-se até o vértice 547 (N = 8400000,491831; E = 395539,789300) com azimute de 275°48'47" e distância de 406,128 m. Do vértice 547 segue-se até o vértice 634 (N = 8400028,112031; E = 395268,489700) com azimute de 275°48'47" e distância de 272,702 m. Do vértice 634 segue-se até o vértice 649 (N = 8400065,737631; E = 395271,184800) com azimute de 4°05'49" e distância de 37,722 m. Do vértice 649 segue-se até o vértice 650 (N = 8400105,030431; E = 395275,638300) com azimute de 6°27'59" e distância de 39,544 m. Do vértice 650 segue-se até o vértice 651 (N = 8400139,830431; E = 395277,115800) com azimute de 2°25'52" e distância de 34,831 m. Do vértice 651 segue-se até o vértice 652 (N = 8400178,250431; E = 395281,263900) com azimute de 6°09'44" e distância de 38,643 m. Do vértice 652 segue-se até o vértice 653 (N = 8400220,206231; E = 395283,102900) com azimute de 2°30'35" e distância de 41,996 m. Do vértice 653 segue-se até o vértice 654 (N = 8400258,450931; E = 395287,079800) com azimute de 5°56'12" e distância de 38,451 m. Do vértice 654 segue-se até o vértice 655 (N = 8400286,295031; E = 395293,731800) com azimute de 13°26'10" e distância de 28,628 m. Do vértice 655 segue-se até o vértice 656 (N = 8400309,292931; E = 395293,010400) com azimute de 358°12'12" e distância de 23,009 m. Do vértice 656 segue-se até o vértice 657 (N = 8400342,703031; E = 395295,889800) com azimute de 4°55'33" e distância de 33,534 m. Do vértice 657 segue-se até o vértice 658 (N = 8400379,600131; E = 395299,640000) com azimute de 5°48'13" e distância de 37,087 m. Do vértice 658 segue-se até o vértice 659 (N = 8400420,990631; E = 395302,911100) com azimute de 4°31'07" e distância de 41,520 m. Do vértice 659 segue-se até o vértice 660 (N = 8400463,802731; E = 395305,901000) com azimute de 3°59'42" e distância de 42,916 m. Do vértice 660 segue-se até o vértice 661 (N = 8400509,285131; E = 395308,843600) com azimute de 3°42'06" e distância de 45,577 m. Do vértice 661 segue-se até o vértice 662 (N = 8400556,854831; E = 395313,686900) com azimute de 5°48'49" e distância de 47,816 m. Do vértice 662 segue-se até o vértice 663 (N = 8400609,519031; E = 395314,557600) com azimute de 0°56'50" e distância de 52,671 m. Do vértice 663 segue-se até o vértice 664 (N = 8400660,539031; E = 395317,367500) com azimute de 3°09'08" e distância de 51,097 m. Do vértice 664 segue-se até o vértice 665 (N = 8400712,404731; E = 395326,348800) com azimute de 9°49'27" e distância de 52,638 m. Do vértice 665 segue-se até o vértice 666 (N = 8400770,536731; E = 395333,792700) com azimute de 7°17'50" e distância de 58,607 m. Do vértice 666 segue-se até o vértice 667 (N = 8400831,743431; E = 395339,182100) com azimute de 5°01'55" e distância de 61,444 m. Do vértice 667 segue-se até o vértice 668 (N = 8400888,117031; E = 395347,869700) com azimute de 8°45'39" e distância de 57,039 m. Do vértice 668 segue-se até o vértice 669 (N = 8400940,371731; E = 395349,842500) com azimute de 2°09'44" e distância de 52,292 m. Do vértice 669 segue-se até o vértice 670 (N = 8400994,736131; E = 395353,451900) com azimute de 3°47'54" e distância de 54,484 m. Do vértice 670 segue-se até o vértice 671 (N = 8401013,052331; E = 395355,197700) com azimute de 5°26'41" e distância de 18,399 m. Do vértice 671 segue-se até o vértice 672 (N = 8401425,000031; E = 395506,000000) com azimute de 20°06'22" e distância de 438,682 m. Do vértice 672 segue-se até o vértice 673 (N = 8401836,000031; E = 395637,000000) com azimute de 17°40'44" e distância de 431,372 m. Do vértice 673 segue-se até o vértice 674 (N = 8401888,967131; E = 395791,750000) com azimute de 71°06'19" e distância de 163,564 m. Do vértice 674 segue-se até o vértice 675 (N = 8401737,411531; E = 396063,876800) com azimute de 119°06'53" e distância de 311,484 m. Do vértice 675 segue-se até o vértice 676 (N = 8401496,573331; E = 396496,337100) com azimute de 119°06'49" e distância de 495,000 m. Do vértice 676 segue-se até o vértice 677 (N = 8401263,028031; E = 396915,689700) com azimute de 119°06'51" e distância de 480,000 m. Do vértice 677 segue-se até o vértice 678 (N = 8401024,655531; E = 397343,799900) com azimute de 119°06'33" e distância de 490,000 m. Do vértice 678 segue-se até o vértice 679 (N = 8400791,112331; E = 397763,153900) com azimute de 119°06'50" e distância de 480,000 m. Do vértice 679 segue-se até o vértice 640 (N = 8400626,181931; E = 398059,296000) com azimute de 119°06'53" e distância de 338,972 m. Finalmente segue-se até o vértice 640 (Inicio da descrição) com azimute de 0°00'00" e distância de 0,000 m, fechando assim o polígono acima descrito com uma área de 353,24 ha.

Área 13 (Matrícula 3896): Inicia-se no Marco 491, georeferenciado ao Sistema Geodésico, elipsóide SAD-69(Brasil), tendo como Datum CHUÁ, MC -45°00'00", coordenadas Plano Retangulares, Sistema UTM: N = 8399866,726831 e E = 400906,483700. Do vértice 491 segue-se até o vértice 509 (N = 8399972,936431; E = 400818,573500) com azimute de 320°23'07" e distância de 137,872 m. Do vértice 509 segue-se até o vértice 508 (N = 8400107,408431; E = 400707,302200) com azimute de 320°23'36" e distância de 174,539 m. Do vértice 508 segue-se até o vértice 507 (N = 8400226,160831; E = 400609,062700) com azimute de 320°24'01" e distância de 154,121 m. Do vértice 507 segue-se até o vértice 506 (N = 8400352,868631; E = 400504,219700) com azimute de 320°23'40" e distância de 164,459 m. Do vértice 506 segue-se até o vértice 505 (N = 8400522,181931; E = 400364,153100) com azimute de 320°24'01" e distância de 219,740 m. Do vértice 505 segue-se até o vértice 504 (N = 8400706,342831; E = 400211,784800) com azimute de 320°23'49" e distância de 239,022 m. Do vértice 504 segue-se até o vértice 518 (N = 8400722,164124; E = 400198,694885) com azimute de 320°23'49" e distância de 20,534 m. Do vértice 518 segue-se até o vértice 517 (N = 8400873,651672; E = 400156,891113) com azimute de 344°34'22" e distância de 157,150 m. Do vértice 517 segue-se até o vértice 526 (N = 8400913,448631; E = 400129,236900) com azimute de 325°12'19" e distância de 48,462 m. Do vértice 526 segue-se até o vértice 527 (N = 8400991,000031; E = 400149,000000) com azimute de 14°17'49" e distância de 80,030 m. Do vértice 527 segue-se até o vértice 528 (N = 8401175,370831; E = 400189,160000) com azimute de 12°17'18" e distância de 188,694 m. Do vértice 528 segue-se até o vértice 529 (N = 8401267,436031; E = 400209,213800) com azimute de 12°17'18" e distância de 94,224 m. Do vértice 529 segue-se até o vértice 530 (N = 8401292,850331; E = 400241,934500) com azimute de 52°09'48" e distância de 41,431 m. Do vértice 530 segue-se até o vértice 531 (N = 8401287,000031; E = 400379,000000) com azimute de 92°26'39" e distância de 137,190 m. Do vértice 531 segue-se até o vértice 532 (N = 8401544,000031; E = 400966,000000) com azimute de 66°21'19" e distância de 640,795 m. Do vértice 532 segue-se até o vértice 533 (N = 8401710,615931; E = 401281,161400) com azimute de 62°08'10" e distância de 356,493 m. Do vértice 533 segue-se até o vértice 534 (N = 8401393,837231; E = 401505,865400) com azimute de 144°39'01" e distância de 388,382 m. Do vértice 534 segue-se até o vértice 535 (N = 8401360,824631; E = 401529,282500) com azimute de 144°39'02" e distância de 40,475 m. Do vértice 535 segue-se até o vértice 536 (N = 8401298,019131; E = 401573,833000) com azimute de 144°39'01" e distância de 77,002 m. Do vértice 536 segue-se até o vértice 537 (N = 8401223,778231; E = 401626,495000) com azimute de 144°39'02" e distância de 91,022 m. Do vértice 537 segue-se até o vértice 538 (N = 8401060,766431; E = 401742,125900) com azimute de 144°39'01" e distância de 199,858 m. Do vértice 538 segue-se até o vértice 539 (N = 8400984,130831; E = 401796,486600) com azimute de 144°39'01" e distância de 93,958 m. Do vértice 539 segue-se até o vértice 540 (N = 8400888,408131; E = 401864,386600) com azimute de 144°39'01" e distância de 117,359 m. Do vértice 540 segue-se até o vértice 541 (N = 8400698,145931; E = 401999,347200) com azimute de 144°39'01" e distância de 233,268 m. Do vértice 541 segue-se até o vértice 542 (N = 8400670,960431; E = 402018,631000) com azimute de 144°39'01" e distância de 33,330 m. Do vértice 542 segue-se até o vértice 543 (N = 8400654,878531; E = 402030,038500) com azimute de 144°39'02" e distância de 19,717 m. Do vértice 543 segue-se até o vértice 544 (N = 8400437,175831; E = 401718,788400) com azimute de 235°01'45" e distância de 379,830 m. Do vértice 544 segue-se até o vértice 545 (N = 8400425,575931; E = 401702,270400) com azimute de 234°55'16" e distância de 20,184 m. Do vértice 545 segue-se até o vértice 491 (N = 8399866,726831; E = 400906,483700) com azimute de 234°55'16" e distância de 972,414 m. Finalmente segue-se até o vértice 491 (Inicio da descrição) com azimute de 0°00'00" e distância de 0,000 m, fechando assim o polígono acima descrito com uma área de 197,52 ha.

Art. 4º A RPPN será administrada pela empresa proprietária do imóvel, ou representante legal, que serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto n.º 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 5º As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN criada sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 9, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Iriri, no Estado do Pará.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 19, III, do Anexo I do Decreto n° 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do ICMBio, considerando o disposto no art. 29 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1°, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e o Decreto Federal N° 4.340 de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta; Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 01, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação Federal das categorias RESEX e RDS; e Considerando que o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Iriri, instituído pela Portaria ICMBio nº 14, de 06 de fevereiro de 2008, aprovou o Plano de Manejo da Unidade na reunião ordinária realizada nos dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro de 2010, em Altamira/PA, por meio da Resolução n° 02, de 01 de outubro de 2010; resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Iriri/PA, cujo extrato do conteúdo consta do Anexo I da Portaria.

Art. 2º - Disponibilizar para acesso público, em atendimento ao disposto no Art. 16 do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o conteúdo integral do Plano de Manejo da unidade para consulta, em versão impressa na sede do Instituto Chico Mendes em Brasília, na Sede da Unidade na cidade de Altamira/PA e em meio digital na página eletrônica do ICMBio na internet.

Art. 3º - A Zona de Amortecimento constante deste Plano de Manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, e será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

PORTARIA Nº 10, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CITICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, de acordo com o texto da Lei n° 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso IV do anexo 1 da Estrutura Regimental aprovada elo Decreto n°6.100, de 26 de abril de 2007, ambas publicadas no Diário Oficial da União do dia subseqüente; Considerando o disposto na Lei n° 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Considerando que a Floresta Nacional do Trairão, localizada no Estado do Pará, atendeu ao art. 27 da Lei N° 9.985, de 10 de junho de 2000, no que concerne à elaboração de seu Plano de Manejo; Considerando que o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Trairão foi analisado e aprovado pela Coordenação de Plano de Manejo do ICMBio; Considerando que o art. 16 do Decreto n° 4.340 de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1° - Aprovar o Plano de Manejo da Floresta Nacional do Trairão, localizada no Estado do Pará.

Art. 2° - Tomar disponível o texto completo do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Trairão, em meio impresso e digital, na sede da Unidade de Conservação, no Centro de Documentação e no sítio de internet do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 3° - A Zona de Amortecimento indicada no Plano de Manejo representa uma proposta de zoneamento para o entorno da unidade de conservação que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 31, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011

A SECRETÁRIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 5º, parágrafo único do Decreto-lei 2.398/87, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 c/c art. 17, § 2º, Lei 9.636 de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto Lei 1.561, de 13 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público os imóveis da União localizado na Quadra 46, situados à Rua Bernardo Viera de Melo, lotes 266, 272, 280 e 284; e na Rua São Jorge, lotes 399, 409, 415, 419, 433 e 437, Bairro do Recife, denominado Comunidade Nossa Senhora do Pilar, município de Recife/PE, registrados sob as matriculas nºs. 45.776, 45.775, 42.963, 42.964, 45.605, 45.777, 45.778, 45.779, 54.365 e 42.651, todos no Livro 2, fichas 01/02 - Registro Geral do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Recife-PE, perfazendo uma área total de 1.560,21m² localizados em terrenos de marinha e acrescidos, para fins de projeto de provisão habitacional de interesse social,.

Art. 2º Os imóveis descritos no art. 1º, é de interesse público na medida em que será destinado à execução de projeto de provisão habitacional de interesse social, que beneficiará 128 famílias com renda mensal de 0 a 5 salários mínimos.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da circunscrição e à Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRA RESCHKE

Governo Federal
Ministério do Meio Ambiente – MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – DIUSP

Plano de Manejo da

Reserva Extrativista do Rio Iriri

Altamira/PA, setembro de 2010

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Dilma Vana Roussef
Presidenta da República

Izabella Mônica Vieira Teixeira
Ministra do Meio Ambiente

Rômulo José Fernandes Barreto Mello
Presidente do ICMBio

Paulo Fernando Maier Souza
Diretor de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais – DIUSP

Érika Fernandes Pinto
Coordenadora Geral de Gestão de Reservas Extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS)

Júlio César Souza de Andrade
Coordenador de Participação para o Manejo

Taína Rizzato Menegasso
Chefe da Reserva Extrativista do Rio Iriri

Daniel de Miranda Pinto de Castro
Coordenador de Elaboração do Plano de Manejo

Equipe Técnica

Coordenação

Daniel G. B. Penteado – Analista Ambiental/ICMBio
Patrícia Greco Campos – Analista Ambiental/ICMBio
Daniel M. P. de Castro – Analista Ambiental/ICMBio

Consultoria para Revisão e Complementação do Plano de Manejo

Rafael de Carvalho Sposito – Consultor

Colaboradores

IPAM, UFPA, ISA, LAET, SEMAT/PMA, AMORERI
Conselho Deliberativo da Reserva Extartivista do Rio Iriri

Elaboração e organização do texto

Silvio de Souza Junior – Analista Ambiental/ICMBio
Lino F. S de Viveiros – Analista Ambiental/ICMBio
Taína R. Menegasso – Analista Ambiental/ICMBio
Luís Wagner F. Guimarães – Analista Ambiental/ICMBio
Ana Carolina C. M. Canary – Analista Ambiental/ICMBio
Michele M. Ferreira – Analista Ambiental/ICMBio
Luciana N. Viana – Analista Ambiental/ICMBio
Aline Cristina S. Leite – Analista Ambiental/ICMBio
Cristiano T. de Siqueira – Educador
Maria Luíza Camargo – Socióloga
Maurício Torres – Agrônomo
Rogério Gutierrez – Geógrafo
Cristiane C. Carneiro – Bióloga
Valéria Vasconcelos – Educadora
Vivianne S. da Silva – Bióloga

Apoio Financeiro

Programa ARPA/MMA

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS 7
LISTA DE FIGURAS 8
LISTA DE ANEXOS 9
LISTA DE SIGLAS 10
APRESENTAÇÃO 13
1. INTRODUÇÃO 14
1.1. Etapas da Elaboração do Plano de Manejo 15
2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE 16
2.1. Histórico e Decreto de Criação 16
2.2. Localização e situação fundiária 20
2.2.1. Localização da área de estudo 20
2.2.2 Situação fundiária 24
2.2.2.1 Breve histórico 24
2.2.2.2 A situação fundiária na Resex do Rio Iriri 27
2.3. Dinâmica de ocupação estadual e regional 35
2.3.1. Dinâmica da ocupação da Terra do Meio. 37
2.4. Caracterização ambiental 43
2.4.1. Meio biótico 43
2.4.1.1. Flora 43
2.4.1.2. Fauna 47
2.4.2. Meio físico 50
2.4.2.1. Geologia 50
2.4.2.2. Geomorfologia 56
2.4.2.3. Solos 59
2.4.2.4. Clima 61
2.4.2.5. Hidrografia 61
2.5. Caracterização social 64
2.5.1. Perfil geral da população 64
2.5.2. Territorialidade e sazonalidade 67
2.5.3. Formas de organização 70

2.5.3.1. Divisão do trabalho 71
2.5.4. Atividades culturais 72
2.5.5. Infraestrutura 70
2.5.5.1. As moradias 73
2.5.5.2. Infraestrutura comunitária 75
2.5.6. Políticas Públicas 77
2.5.6.1. Políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) 77
2.5.6.2. Educação 79
2.5.6.3. Saúde 80
2.6. Atuação de instituições na Resex 90
2.7. Caracterização econômica 91
2.7.1. Atividades produtivas 91
2.7.1.1. Uso dos recursos naturais – extrativismo 94
2.7.1.2. Agricultura 98
2.7.1.3. Criação de animais 100
2.7.2. Dinâmica das atividades econômicas 101
2.7.2.1. Calendário Produtivo 101
2.7.2.2. Mapa produtivo 105
2.7.2.3. Comercialização 108
2.7.2.4. Análise das fontes de renda 110
2.7.3. Potencialidades de uso dos recursos naturais 111
2.8. Análise situacional da Unidade 113
2.8.1. Ameaças e conflitos externos 113
2.8.1.1. Pecuária e Grilagem de Terras 117
2.8.1.2. Mineração e garimpo 118
2.8.1.3. Pesca comercial e ornamental 120
2.8.2. ..Histórico da ocupação indígena 121
2.8.2.1. Conflitos com indígenas 120
2.8.2.2. Questão dos moradores da Terra Indígena e da Esec Terra do Meio 124
2.8.2.3. Maribel 128
2.8.3. Ameaças e conflitos internos 129
3. GESTÃO DA UNIDADE 130

3.1. Estrutura da gestão da Unidade 130
3.1.1. Gestão da Unidade 130
3.1.2. Infraestrutura e Equipamentos 131
3.1.3. Pessoal 132
3.1.4. Associação 133
3.1.5. O Conselho Deliberativo. 134
3.1.6. Proteção dos Recursos Naturais 136
3.2. Regras de Convivência 136
3.2.1. Plano de Utilização da Resex do Rio Iriri: Elaboração 136
3.2.2. Plano de Utilização da Resex do Rio Iriri: 137
3.3. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso 147
3.4. Zoneamento da Unidade 147
4. CENÁRIOS 151
4.1. Cenário Ótimo 151
4.2. Cenário Mais Provável 154
4.3. Cenário Ruim 156
5. PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA UNIDADE 159
5.1. Metodologia Utilizada 159
5.2. Programa qualidade de vida e cidadania 160
5.2.1. Subprograma Saúde 160
5.2.2. Subprograma Educação 162
5.2.3. Subprograma saneamento 164
5.2.4. Subprograma comunicação 165
5.2.5. Subprograma de Cultura 166
5.2.6. Subprograma de Esporte e Lazer 167
5.2.7. Subprograma de Habitação 167
5.2.8. Subprograma de Energia 168
5.2.9. Subprograma de Transporte 169
5.3. Programa de manejo dos recursos naturais e cadeias produtivas 170
5.3.1. Subprograma Extrativismo (produtos não-madeireiros) 170
5.3.2. Subprograma de Animais Silvestres 171

5.3.3. Subprograma recursos pesqueiros 172
5.3.4. Subprograma de Segurança Alimentar 173
5.3.5. Subprograma de Produtos Madeireiros 174
5.3.6. Subprograma Turismo 176
5.3.7. Subprograma de Pesquisa 177
5.4. Programa recuperação de áreas degradadas 178
5.4.1. Subprograma recuperação de áreas degradadas 178
5.4.2. Subprograma de impactos ambientais 179
5.5. Programa de monitoramento e proteção ambiental 179
5.5.1. Subprograma de monitoramento 179
5.5.2. Subprograma de proteção ambiental 181
5.5.3. Programa de gestão e administração 182
5.5.3.1. Subprograma de organização comunitária 182
6. REFERÊNCIAS 184
7. ANEXOS 187

Lista de Tabelas

Tabela 1.1: Etapas da elaboração do Plano de Manejo. 15
Tabela 2.1: Espécies arbóreas de maior ocorrência na região da Resex do Rio Iriri. 42
Tabela 2.2: Espécies registradas, endêmicas do sul da Amazônia. 45
Tabela 2.3: Espécies de aves ameaçadas de extinção, registradas na..... 45
Tabela 2.4: Espécies de aves de especial interesse para a conservação. 49
Tabela 2.5: Espécies de mamíferos, levantados no mosaicos de UCs 50
Tabela 2.6: Espécies da herpetofauna previstas para a..... 51
Tabela 2.7: Valor dos produtos vendidos no garimpo..... 119
Tabela 5.1: Ações propostas para o setor de saúde..... 157
Tabela 5.2: Ações propostas para o setor de educação. 159
Tabela 5.3: Ações propostas para o setor de saneamento. 161
Tabela 5.4: Ações propostas para setor de comunicação..... 162
Tabela 5.5: Ações propostas para o setor de cultura..... 163
Tabela 5.6: Ações propostas para o setor de esporte e lazer..... 164
Tabela 5.7: Ações propostas para o setor de habitação 165
Tabela 5.8: Ações propostas para o setor de energia..... 165
Tabela 5.9: Ações propostas para o setor de transporte. 166
Tabela 5.10: Ações propostas para o setor de extrativismo (produtos não madeireiros).....167
Tabela 5.11: Ações propostas para o setor de animais silvestres..... 168
Tabela 5.12: Ações propostas para o setor recursos pesqueiros..... 170
Tabela 5.13: Ações propostas para o setor de segurança alimentar. 171
Tabela 5.14: Ações propostas para o setor de produtos madeireiros 172
Tabela 5.15: Ações propostas para o setor de turismo 173
Tabela 5.16: Ações propostas para o setor de pesquisa. 174
Tabela 5.17: Ações propostas para o setor de recuperação de áreas degradadas.. 1575
Tabela 5.18: Ações propostas para o setor de impactos ambientais.....176
Tabela 5.19: Ações propostas para o setor de monitoramento. 177
Tabela 5.20: Ações propostas para o setor de proteção ambiental..... 178
Tabela 5.21: Ações propostas para o setor de organização comunitária..... 179

Lista de Figuras

Figura 2.1. Região da Terra do Meio.....23
Figura 2.2. Mapa da faixa de abrangência do Decreto n° 1.164/71 (TORRES, 2008). 26
Figura 2.3. Mapa do suposto dono com a área aproximada da fazenda Juvilândia (TORRES, 2008). 28
Figura 2.4. Apropriação da Fazenda Bacuri (TORRES, 2008). 30
Figura 2.5. Apropriação da fazenda Rio Novo (TORRES, 2008). 32
Figura 2.6. Pretensão de apropriação pela Vargas & Vargas (TORRES, 2008). 34
Figura 2.7. Localização da Área na Amazônia Legal. Localização da Área na Amazônia Legal. 1
Figura 2.8. Localização da área no Pará. 39
Figura 2.9. Localização da área no Pará.....38
Figura 2.10. Diversidade de Paisagens da Resex do Rio Iriri 13
Figura 2.11. Geologia da Resex do Rio Iriri..... 12
Figura 2.12: Unidades morfoclimáticas e morfo-estruturais presentes na Terra do Meio (limite em vermelho) e seu entorno (BRASIL 1974; 1975). 15
Figura 2.13: Pedologia da Resex do Rio Iriri 17
Figura 2.14. Hidrografia da Resex do Rio Iriri. 10
Figura 2.15. Distribuição etária na Resex do Rio Iriri..... 65
Figura 2.16. Distribuição dos moradores ao longo da Resex do Rio Iriri. 13
Figura 2.17. Documentação na Resex do Rio Iriri. 674
Figura 2.18. Moradia tradicional na comunidade (ICMBio, 2008). 70
Figura 2.19. Cobertura das vacinas de moradores entre 0 e 20 anos (ICMBio, 2008)..... 87
Figura 2.20. Cobertura das vacinas de adultos e idosos (ICMBio, 2008). 88
Figura 2.21. Calendário produtivo (ICMBio, 2008)..... 102
Figura 2.22. Mapa produtivo da Resex do Rio Iriri..... 104
Figura 2.23. Mapa de Conflitos na Resex Rio Iriri. 111
Figura 2.24. Mapa de Conflitos na Resex Rio Iriri.....123
Figura 2.25: Área de uso dos moradores da TI Cachoeira Seca que habitam a região do Baixo Iriri. 124
Figura 3.1. Zoneamento da Resex do Rio Iriri. 141

Lista de Anexos

Anexo A – Decreto da criação da Reserva Extrativista Rio Iriri..... 18785
Anexo B – Procedimento de uso de palha babaçu em construções..... 188
Anexo C – Acordo de Pesca de 15 de abril de 2009 191

Lista de Siglas

ACS – Agentes Comunitários de Saúde

ANA – Agência Nacional de Águas

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

AMORERI – Associação de Moradores da Resex do Rio Iriri

ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônica

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CGREX – Coordenação Geral de Gestão de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DIUSP - Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

D.O.U – Diário Oficial da União

DRP – Diagnóstico Rápido Participativo

ED – Environmental Defense

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

ESEC – Estação Ecológica

ESREG – Escritório Regional

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FLONA – Floresta Nacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA/FNS – Fundação Nacional de Saúde

FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar

GEREX – Gerência Executiva

GPS – Global Positioning System

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDB – Inter-American Development Bank

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
ISA – Instituto Socioambiental
ITERPA – Instituto de Terras do Pará
LAET – Laboratório Agroecológico da Transamazônica
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MPF – Ministério Público Federal
NGI – Núcleo de Gestão Integrada
ONG – Organização Não Governamental
PA – Projeto de Assentamento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PFNM – Produto Florestal Não Madeireiro
PGPM – Política Nacional dos Preços Mínimos
PIN – Plano de Integração Nacional
PNPCT – Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RESEX– Reserva Extrativista
SCA – Secretaria de Coordenação da Amazônia
SECTAM – Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Pará
SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
TI – Terra Indígena
TNC – The Nature Conservancy

UC – Unidade de Conservação

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFPA – Universidade Federal do Pará

WWF – World Wide Fund for Nature

APRESENTAÇÃO

Este plano inicia-se na semente plantada por colegas do ICMBio, quando acatam a demanda da sociedade civil organizada e iniciam o processo de criação da Resex do Rio Iriri, baseado em estudos encomendados pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente) e o clamor dos povos e comunidades residentes na área, organizados em associações apoiadas pela sociedade civil organizada e movimentos eclesiásticos, que viram muita gente ser expulsa por grileiros e pistoleiros, que incendiavam casas e amedrontavam os ribeirinhos. Cria-se então em 2004 a Resex Riozinho do Anfrísio e dois anos depois a Resex do Rio Iriri.

Após a criação começam os trabalhos de mobilização comunitária para formação do conselho e o desenho da realidade local começa a ganhar forma e a gestão passa a conhecer um povo beiradeiro, em sua grande maioria descendente de soldados da borracha, hoje essencialmente, castanheiros e pescadores, que não possuem instrução formal e por isso a grande maioria é analfabeta e sem nenhum acesso às políticas de governo como saúde e educação.

Neste contexto deve-se construir um conselho deliberativo e um plano de manejo de forma participativa.

Este plano de manejo é fruto de uma série de esforços, diversas reuniões e expedições à Resex do Rio Iriri, onde o principal gargalo é a dificuldade de acesso e um povo reunido em comunidades que não possuem organização adequada para viver com associativismo e cooperativismo, por isso, o grande desafio deste plano foi o "fazer participativo" sem indução ou condução em caminhos que não refletiriam a realidade local e o modo de ver e pensar desta gente. Por isso foram reuniões, contatos, e assim passo a passo diversas informações foram aparecendo e o plano de manejo pode ganhar forma.

Conciliar informações sobre legislação ambiental e atendimento às necessidades básicas de um povo isolado e esquecido, permeou muitas discussões sobre competências e busca de parceiros dentro das esferas públicas e privadas, para que aos poucos os agentes públicos fossem chegando e assim, estes povos, de fato acessassem seus direitos como cidadãos brasileiros. Tem-se muito que caminhar neste sentido ainda!

Este plano de manejo resgata a história da área, mostra a realidade local, define estratégias de intervenção e monitoramento, para que efetivamente a área seja protegida e a cultura e o meio de vida destes povos sejam mantidos juntamente com a conservação dos recursos naturais e uso sustentável da floresta e seus habitantes.

Acredita-se que a publicação e divulgação deste plano possam sensibilizar os demais órgãos de governo, a fim de que haja implementação e cumprimento de leis, que garantem acessos as necessidades básicas dos cidadãos brasileiros, que a sociedade possa ter em mãos um instrumento capaz de facilitar a implementação de projetos que levem melhoria na qualidade de vida dos comunitários e pesquisas com a biodiversidade e cultura local, e que a gestão da Resex, possa se balizar nos próximos passos a serem dados.

O plano está nascendo, ainda embrião por ser o primeiro, deve estar se aperfeiçoando e assim amadurecendo, chegando a um efetivo plano de gestão socioambiental, agregando mais conhecimentos e permitindo que a legislação brasileira de fato se cumpra e alcance seus nobres objetivos.

Daniel Castro

1. INTRODUÇÃO

Com a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Plano de Manejo passou a ser obrigatório para as unidades de conservação, e é definido como:

> Um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais da unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2010, Art. 2º, inciso XVII).

O artigo 27 reafirma que todas as unidades de conservação devem dispor de Plano de Manejo, o qual deve abranger "a área da unidade, zona de amortecimento e corredores ecológicos, incluindo medidas para integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas". O Plano deve ser elaborado no prazo máximo de cinco anos a partir de sua criação com a ampla participação das populações residentes.

A Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriri foi criada pelo Decreto Federal de 05 de junho de 2006, completando no ano de 2009, 3 (três) anos de existência.

Segundo a Lei n° 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), de 18 de julho de 2000, artigo 18 (BRASIL, 2010):

> A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A Resex do Rio Iriri está interligada à rede hidrográfica da bacia do Rio Xingu e se localiza em uma região que abriga uma das maiores biodiversidades do planeta. A presença de populações tradicionais é responsável por sua riqueza social e cultural.

O Plano de Manejo da Resex do Rio Iriri tem como objetivo servir de instrumento de apoio ao desenvolvimento e gestão da Resex, subsidiando ações da equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Associação de Moradores do Rio Iriri (AMORERI) do Conselho Deliberativo e das instituições de apoio à Resex. Visa dar suporte à implementação de ações para o desenvolvimento das comunidades e a

implementações de políticas públicas, considerando as estruturas do modo de vida tradicional e a conservação da biodiversidade.

1.1. Etapas da Elaboração do Plano de Manejo

O Plano de Manejo da Resex do Rio Iriri seguiu diferentes etapas de trabalho e pesquisa (TABELA 1.1), orientados pelos gestores da Unidade. De 2006 a 2009, essas etapas buscaram cumprir as orientações técnicas hoje apresentadas na Instrução Normativa nº 01, de 18 de Setembro de 2007, que "disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável"[1] e no "Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável Federais" construído pelo IBAMA/DISAM, em junho de 2006.

Tabela 1.1. Etapas da elaboração do Plano de Manejo.

Etapa	Atividade desempenhada	Período
1	Cadastramento das famílias	2006
2	Realização de oficinas de DRP	2006-2007
3	Diagnóstico Socioeconômico	2006-2007
4	Construção do Plano de Utilização	2008-2009
5	Levantamento de dados secundários (coleta e análise das informações disponíveis)	2009
6	Formação do GT	2009
7	Definição do zoneamento para a unidade	2009
8	Construção dos programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da unidade	2009
9	Construção de cenários	2009
10	Entrega da primeira versão do Plano de Manejo	2009

[1] MMA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instrução Normativa n. 01. *Diário Oficial da União*, n. 182, seção 01, p. 101-102, 2007.

2. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

2.1. Histórico e Decreto de Criação[2]

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais destinados à conservação e à exploração sustentável dos recursos naturais renováveis por populações extrativistas. Elas representam uma grande conquista dos moradores da floresta e tiveram origem nas reivindicações dessas populações frente aos projetos de ocupação que exigiam desmatamento. O desejo dos povos da floresta de poderem continuar a viver nas suas terras, praticando os sistemas de produção tradicionais, começou a se manifestar no início da década de 60, especialmente entre os seringueiros do Acre, quando apareceram as primeiras grandes derrubadas. O problema ficou mais grave a partir de 1975, quando foram intensificados a criação de fazendas e os projetos governamentais de colonização (RUEDA, 1997).

Os seringueiros, através de sua mobilização conseguem demonstrar ao Governo que a forma de colonização promovida até então pelas políticas de reforma agrária não atendia as demandas dos povos da floresta e que era necessário destinar áreas para que famílias praticassem o extrativismo e, em 1990, foi editado o Decreto n° 98.897, que regulamenta a criação e implantação de Reservas Extrativistas (RUEDA, 1997).

Entre os anos de 1850 e 1970 a ocupação não indígena da região do Rio Iriri esteve vinculada, principalmente, à extração da seringa e, em menor quantidade, da castanha-do-pará. A maioria dos moradores da Resex nasceu na região e possui ancestrais oriundos do Nordeste, principalmente dos estados do Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte (os chamados arigós). Eles vieram, em sua maioria, durante o primeiro e o segundo ciclo da borracha, e trabalharam para seringalistas, tais como Anfrísio Nunes, Amor Jacob Fima, Gusmão, Francisco Pereira Porto, José Rodrigues, Raimundo Oliveira, Frizan Nunes e Antonio Meireles.

---

[2] O histórico aqui apresentado teve como base o estudo realizado para elaboração do diagnóstico socioeconômico da Resex (ICMBio, 2008) ao qual foram acrescentadas informações de outros documentos.

A história dos moradores do Rio Iriri se confunde muito com a dos moradores da Resex vizinha, Riozinho do Anfrísio, pois grande parte das famílias trabalhou para os mesmos seringalistas, especialmente aquelas localizadas no entorno da Praia do Frizan, antiga localidade Praia de São José.

A partir do primeiro ciclo da borracha, os grupos de seringueiros foram avançando ao longo dos rios e aos poucos ocupando toda a região seguindo o modelo clássico da patronagem e do aviamento, com a dispersão em torno dos barracões dos seringalistas. Os patrões eram responsáveis pela oferta de mantimentos aos seus empregados (alimentos, materiais de trabalho, bebidas, material de uso doméstico) e pela compra da produção, principalmente da borracha e da castanha. Eles também contribuíam com a proteção das famílias no caso de ataques de índios e, eventualmente, ajudavam em casos de problemas de saúde, solucionando-os no local ou removendo os doentes para Altamira.

Este modelo se manteve durante o segundo ciclo da borracha, induzido pela Segunda Guerra Mundial. As famílias de seringueiros espalhavam-se ao longo dos rios de acordo com a localização dos seringais e o número de estradas de seringa. Aos poucos cada família foi constituindo um “lugar”, ou seja, identificando-se e sendo identificada com determinados trechos dos rios.

Os seringalistas possuíam alguns barracões localizados em pontos próximos de seus seringais, nos quais a comercialização dos produtos ocorria. Nestes barracões os ribeirinhos trocavam seus produtos por mercadorias industrializadas e, no caso de algum saldo, este era retirado em dinheiro. Estes barracões se encontravam, respectivamente, nas seguintes localidades Rio Novo, Boa Esperança, Pedra do Ó, São Francisco, Carajari, Seringal Praia de São José, Curral de Pedra, Nova Olinda, Entre Rios, Laranjeiro.

Desde as primeiras migrações para o Rio Iriri, houve um forte conflito entre seringalistas/seringueiros e indígenas. Segundo relatos de moradores mais antigos da Resex, a coleta de seringa pelo ribeirinho não era segura, pois havia o risco de morte ou de ter a casa destruída. Por isso, era comum os moradores contratarem um ‘barraqueiro’, normalmente uma pessoa de idade ou alguém sem condições de trabalhar como extrativista. Essas pessoas tomavam conta das casas, das mulheres e das crianças,

recebendo em troca comida, moradia e alguns utensílios. A existência de vilarejos, pequenos ajuntamentos de famílias ou amigos, ocorria também por questão de segurança e economia, pois o mesmo barraqueiro poderia trabalhar para várias famílias.

Houve mortes de índios e de seringueiros, o que melhorou consideravelmente com o envio de um pacificador e sua equipe, que fazia parte do SPI (Serviço de Proteção aos Índios), sendo encarregado pela presidência da República para cuidar da população indígena da região dos rios Xingu, Iriri e Curuá, na época o jargão utilizado para esta função era “amansar caboclos”. Ele contribuiu para o processo de paz entre índios e ribeirinhos, não sendo relatada nenhuma batalha após a década de 1970. Com o fim dos conflitos com os índios, foi possível para os seringueiros trabalharem com maior tranqüilidade nas estradas de seringa e nos piques de castanha, que eram as principais fontes de renda até o meio da década de 1970.

Ainda nesse período, iniciou-se a procura por peles para comercialização, principalmente de ariranhas e de felinos, como a onça e a jaguatirica. Os animais eram capturados através de armadilhas, como gaiolas de madeira denominadas “açaprão” (alçapão), ou eram atraídos através da imitação de seus sons característicos. Esta época é relatada pelos moradores como uma das mais fartas da região, mas a atividade se extinguiu gradativamente após a proibição da caça e do comércio de animais silvestres e com ações fiscalizatórias nas vias de escoamento, como Belém e Fortaleza, de onde seguiam para o exterior.

A atividade de extração e venda do látex, segundo os próprios moradores da Resex, foi boa e farta até o final da década de 1970. Depois desse período o preço diminuiu, assim como o interesse pela atividade, afastando os profissionais da seringa. Nesta época, aconteceu uma grande migração dos moradores da região para as cidades, a procura de empregos e melhores condições de vida. Porém, uma parte da população de extrativistas permaneceu nas terras abandonadas pelos grandes seringalistas.

Com o declínio da produção da borracha, a atividade garimpeira cresceu na região. Houve migração para o interior da Resex, mas foi numericamente inferior à dos ciclos da borracha. Uma parte da população tradicional ribeirinha também se engajou na

atividade garimpeira, retornando aos seus locais e modo de vida com a diminuição deste ciclo.

A procura por madeira começou no início da década de 1980, tendo grandes madeireiros atuando na região do baixo Iriri. Foi construída uma madeireira nas proximidades do Rio Novo, com o nome de Maribel, e uma estrada – Trans-Iriri – que a ligava à Uruará e à Transamazônica para o escoamento da madeira e entrada de recursos.

Na década de 1990 a exploração da madeira foi realizada por outros grupos, com a retirada da produção pelo rio até Altamira. Na região do Rio Carajari, diferentes madeireiros trabalharam em parceria com a fazenda Juvilândia, tanto na área que hoje permeia a Resex do Rio Iriri quanto na área da ESEC Terra do Meio.

A Juvilândia era a fazenda mais antiga da região e a que provocou maior devastação. Ela coleciona histórias de violência contra seus funcionários e invasores, proibindo a pesca no rio e a entrada na região de abrangência da fazenda.

A retirada de madeira perdeu impulso em 2003, com uma grande operação da Polícia Federal em parceria com o IBAMA e Ministério Público Federal, que apreendeu uma grande quantidade de madeira.

A ocupação das terras por grileiros teve grande força no ano 2000 com a entrada de diferentes grupos que compravam e negociavam com os moradores o direito de uso das terras. Invadiam e rivalizavam entre si pelo domínio de algumas regiões. Moradores de cada localidade do Iriri trabalharam junto com diferentes grileiros, gerando conflitos ainda hoje existentes. Esse processo culminou na implantação de duas grandes fazendas no alto Iriri: a fazenda Jatobá e a fazenda Bacuri, que devastaram grandes áreas de floresta.

Dado o contexto de invasão de terras e desmatamento, os moradores do Rio Iriri e demais rios da região, em conjunto com os movimentos sociais e eclesiásticos atuantes, começaram a se organizar encontrando como oportunidade de reconhecimento de seus direitos a proposta de uma Reserva Extrativista.

Enviaram pedidos ao MMA (Ministério do Meio Ambiente), que encomendou um estudo para análise sócio-ambiental da região. Esses estudos e o clamor dos povos culminaram na visita oficial do IBAMA, através da DISAM (Diretoria Sócio-Ambiental), onde se realizou vistorias nas áreas e consultas públicas. Com base neste estudo, nas consultas públicas e na devastação visualizada, propôs-se a criação de um mosaico de unidades onde o Resex Riozinho do Anfrísio foi a primeira a ser decretada, e no dia 05 de junho de 2006 foi a vez da Reserva Extrativista do Rio Iriri, com decreto presidencial publicado no Diário Oficial (ANEXO A).

2.2. Localização e situação fundiária

2.2.1. Localização da área de estudo

A Resex do Rio Iriri está localizada na porção norte da bacia hidrográfica do rio Xingu, município de Altamira, no interior do Pará, em uma região conhecida como Terra do Meio. Esta região concentra cerca de trinta áreas protegidas (Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais e Unidades de Conservação Estaduais), representando um dos maiores blocos de conservação do Brasil, compreendida no interflúvio Iriri-Xingu

(

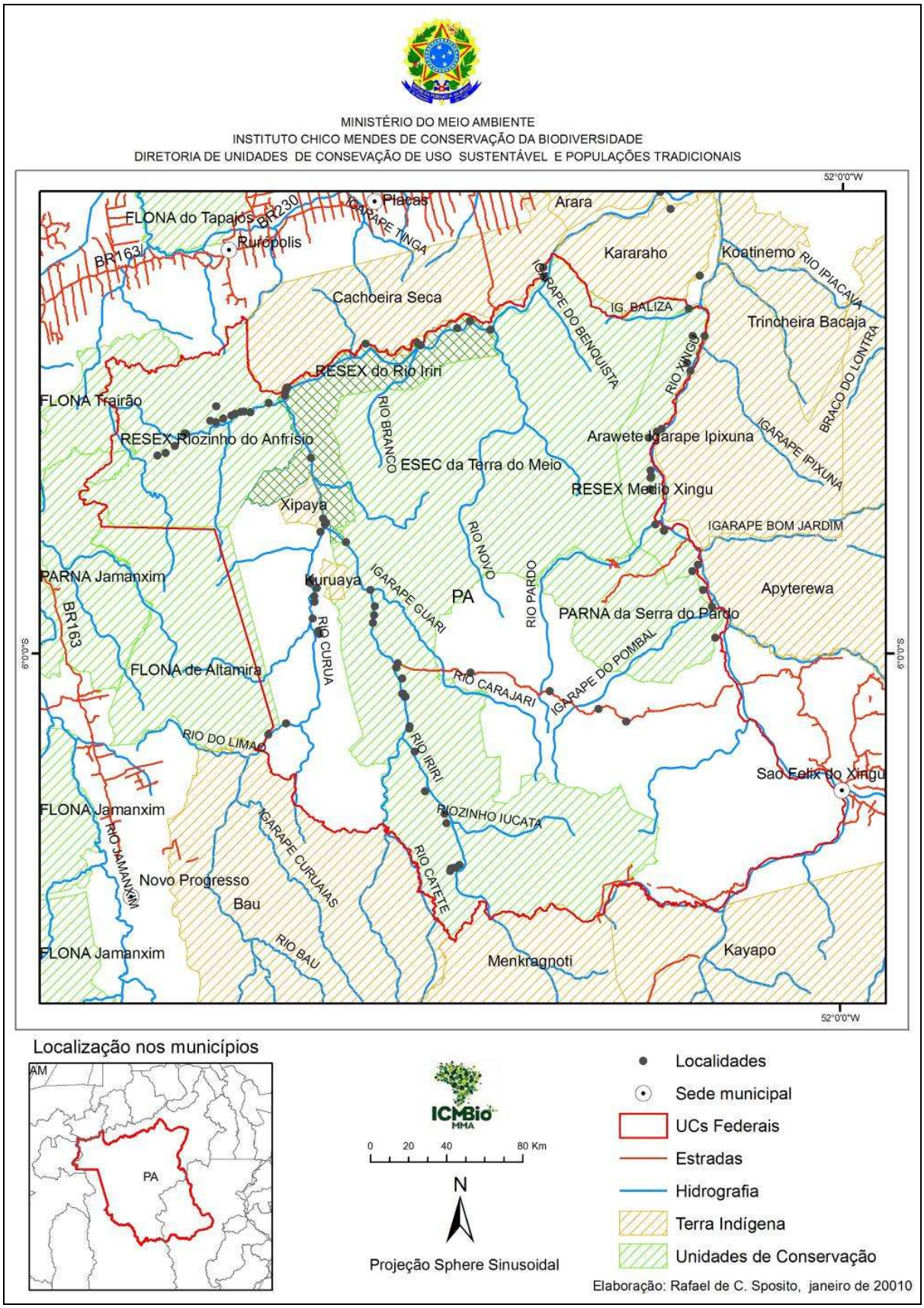
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSEVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL E POPULAÇÕES TRADICIONAIS
52°0'0"W
6°0'0"S
Placas
Arara
FLONA do Tapajós
BR230
IGARAPE TINGA
Rurópolis
BR163
Kararaho
Koatinemo
RIO IPIACAVA
Cachoeira Seca
IGARAPE DO BENQUISTA
IG. BALIZA
Trincheira Bacaja
RIO XINGU
BRACO DO LONTRA
RESEX do Rio Iriri
FLONA Trairão
RIO BRANCO
RESEX Riozinho do Anfrísio
Arawete
Igarape Ipixuna
IGARAPE IPIXUNA
ESEC da Terra do Meio
RESEX Medio Xingu
Xipaya
IGARAPE BOM JARDIM
RIO NOVO
PARNA Jamanxim
Kuruaya
IGARAPE GUARI
PA
RIO PARDO
Apyterewa
PARNA da Serra do Pardo
BR163
RIO CURUA
FLONA de Altamira
RIO CARAJARI
IGARAPE DO POMBAL
RIO DO LIMAO
RIO IRIRI
Sao Felix do Xingu
FLONA Jamanxim
RIOZINHO IUCATA
IGARAPE CURUAIAS
RIO JAMANXIM
RIO CATETE
Novo Progresso
Bau
RIO BAU
FLONA Jamanxim
Menkragnoti
Kayapo
Localização nos municípios
AM
PA
ICMBio
MMA
0 20 40 80 Km
N
Projeção Sphere Sinusoidal
Localidades
Sede municipal
UCs Federais
Estradas
Hidrografia
Terra Indígena
Unidades de Conservação
Elaboração: Rafael de C. Sposito, janeiro de 20010

Figura 2.1).

A Resex possui uma área de aproximadamente 398.938 (trezentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e oito) hectares que acompanha um trecho do percurso do Rio Iriri, sendo limitada por ele a norte e a oeste. Faz divisa com a Resex Riozinho do Anfrísio e a Terra Indígena Xipaya a oeste, com a Terra Indígena Cachoeira Seca do Rio Iriri ao norte, com a ESEC Terra do Meio a leste e ao sul.

A partir de Altamira, chega-se à Resex por via fluvial subindo o Rio Xingu até o Rio Iriri, seu afluente, ou pela estrada até o porto Maribel onde se acessa o Rio Iriri na entrada Sul da Unidade. Outras estradas foram construídas na região por madeireiros e grileiros. Porém, como estão vinculadas a conflitos e a invasões, e ainda não possuem fiscalização adequada, são o principal meio para ameaças à população da Resex. Estas serão analisadas no item 2.8 Análise situacional da Unidade.

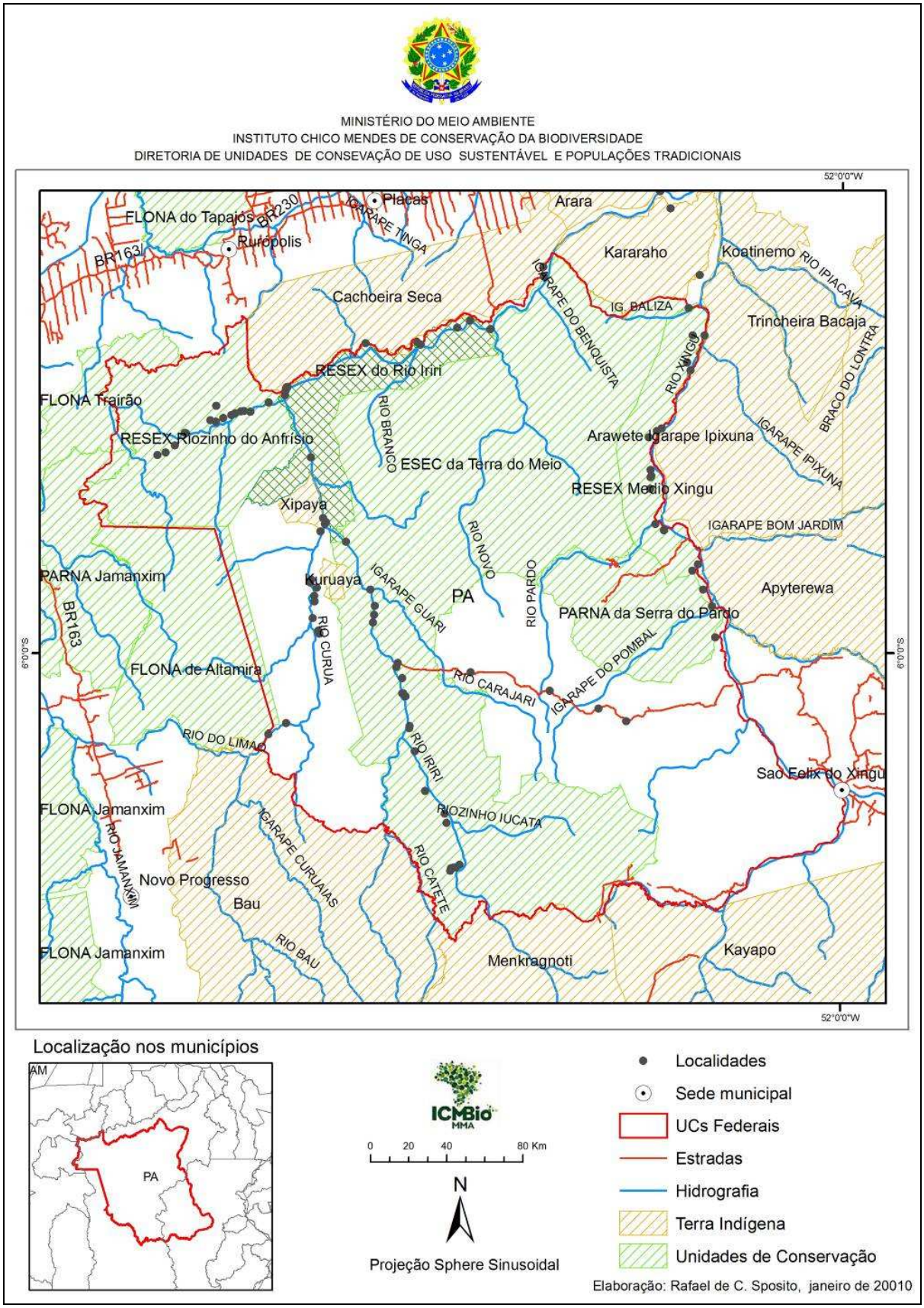

Figura 2.1. Região da Terra do Meio.

2.2.2 Situação fundiária[3]

2.2.2.1 Breve histórico

A maioria das matrículas imobiliárias que documentam supostas propriedades na Terra do Meio tem origem em Títulos de Posse concedidos pelo governo estadual. Algumas remetem às cartas de sesmarias. A quase totalidade dos títulos dominiais da Terra do Meio apresenta falta de atendimento com a legislação, evidenciando embasamento para cancelamento do registro imobiliário. Nesta perspectiva, apresentamos a seguir um breve resumo da legislação que regeu essas concessões, ressaltando as comumente desobedecidas.

A proclamação da República transferiu todos os bens pertencentes à Casa Imperial para a Nação. Em seguida, o artigo 64 da Constituição Republicana de 1891 determinou que as terras devolutas deixassem de pertencer à União, passando aos estados da Federação, que adotariam políticas fundiárias próprias. A outorga das posses era delegada às chamadas Intendências Municipais, equivalentes às prefeituras, o que perdurou até a edição da Lei Estadual nº 1.108, de 06/11/1909, quando somente o Estado podia concedê-las. De acordo com essa decisão, as oligarquias regionais poderiam distribuir terras públicas de acordo com seus interesses econômicos e políticos.

O Pará, já em sua primeira norma jurídica, o Decreto nº 410 de 08/10/1891, regulamentado em 28/10/1891, criou um instrumento jurídico inédito no direito brasileiro, denominado de "Título de Posse". Tal instrumento não tornava a área de domínio privado, para tanto seria necessário, segundo a legislação da época, cumprir os requisitos da demarcação, ocupação e pagamento do preço da terra.

Porém, o que aconteceu no Pará foi que, quando o registro imobiliário se tornou obrigatório em 1917, os Títulos de Posse foram registrados e tiveram matrícula aberta sem passarem pelo obrigatório processo de legitimação. Esse é o caso do título de muitas

---

[3] Este tópico teve como base o trabalho de Torres (2008), ao qual foram acrescentadas informações dos outros documentos citados.

“propriedades” localizadas na Terra do Meio. A fazenda Juvilândia, no Rio Iriri, é um exemplo.

Além disso, os limites legais estipulados para a área das posses eram comumente desrespeitados. Após a compilação da legislação agrária paraense, compreende-se que o permissivo legal de titulação de terras pelo Estado do Pará limita-se a máxima de 4.356 (quatro mil trezentos e cinqüenta e seis) hectares. Voltando ao exemplo da fazenda Juvilândia, sua área de posse é de 654.245 (seiscentos e cindo e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco) hectares.

Cabe lembrar que além da legislação estadual, as Constituições da República definiram limites para a alienação de terras públicas sem autorização do Senado da República. A Constituição Federal de 1934 (art. 130) estabeleceu o limite de dez mil hectares. A Constituição de 1946 reduziu esse limite para três mil hectares, e a atual Constituição da República de 1988, art. 49, reduz para dois mil e quinhentos hectares.

Em 1971, no dia 1º de abril, o presidente Médici assinou o Decreto n° 1.164 designando que uma faixa de duzentos quilômetros ao longo de todas as rodovias federais, estivessem elas implantadas, em construção ou planejadas, passassem ao controle do Governo Federal, mais especificamente, do INCRA. Oliveira comenta:

> Foi um verdadeiro confisco de terras devolutas que antes eram da alçada dos Estados. Ao mesmo tempo que o Governo Federal adquiria poderes pela nova legislação de terras, para autorizar o não cumprimento da dimensão dos módulos previstos em lei, quer para a empresa nacional, quer para a empresa multinacional (1997, p. 87).

O governo da época considerava essas terras essenciais à segurança e ao desenvolvimento nacional. Barata (2000) atribui a esses fatos um imenso número de conflitos, pois um área estimada em de seis milhões de hectares já tinha sido alienada pelo estado do Pará entre os anos de 1955 e 1964. O governo estadual não tinha controle do que alienava e os adquirentes, em sua maioria, eram do centro-sul e não imaginavam a localização destas terras, que só servia-lhes, então, como reserva de capital. Na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** pode-se observar a faixa de abrangência do Decreto n° 1.164/71.

Figura 2.2. Mapa da faixa de abrangência do Decreto n° 1.164/71 (TORRES, 2008).

Com a abertura das rodovias e sua conseqüente valorização, seus compradores voltaram a se interessar por elas, com isso gerou-se um conflito: pois os colonos são questionados com títulos federais e os investidores do centro-sul com os títulos estaduais.

Este decreto foi revogado somente depois de dezessete anos. Em novembro de 1987, o Decreto-Lei nº 2.375 devolve ao estado do Pará as áreas abrangidas pela federalização e que, até essa data não haviam sido inscritas em nome da União pela Secretaria de Patrimônio da União ou nos cartórios de registro imobiliário das respectivas Comarcas.

Em abril de 1995, foi nomeada uma comissão de técnicos do ITERPA (Decreto n° 271) para operacionalizar a reincorporação dessas terras ao estado do Pará. Porém, tal comissão não conseguiu ter acesso a lista do INCRA sob as glebas que haviam sido arrecadadas. Em 20 de outubro de 1995, dois decretos, um presidencial e outro estadual, criaram o GT-Pará objetivando encontrar diretrizes para o problema fundiário do estado. Porém, essa comissão não chegou a um resultado final.

2.2.2.2 A situação fundiária na Resex do Rio Iriri

Até há pouco tempo eram quatro as grandes fazendas localizadas na área da Resex: Juvilândia, Jatobá, Bacuri e Rio Novo, essas últimas estendendo-se para a ESEC Terra do Meio.

a) Juvilândia

Em Torres (2008), devido à falta de acesso às matrículas da área onde se encontra a fazenda Juvilândia, houve a tentativa de reconstruir empiricamente o mapa que o pesquisador contratado pode encontrar com o possível proprietário (Figura 2.3). Os limites apresentados no mapa seguinte foram baseados nas informações do suposto proprietário e coincidem com exatidão aos limites reconhecidos pelos beiradeiros (ribeirinhos) do Iriri como as fronteiras da fazenda. Da mesma forma, pelos relatos de ribeirinhos e de índios Araras, pode-se registrar as coordenadas de alguns pontos de relevância da fazenda Juvilândia e que constam no referido estudo.

Área aproximada da Fazenda Juvilândia.

ALTAMIRA-PA

Figura 2.3. Mapa do suposto dono com a área aproximada da fazenda Juvilândia (TORRES, 2008).

Esta é a maior fazenda da Resex e a que mais desmatou áreas, invadiu três cemitérios tradicionalmente utilizados e conta com histórico de opressão por parte do seu suposto dono à funcionários e ribeirinhos, que até hoje temem o nome do possível dono.

Em 2007 o MPF pediu à justiça que mandasse desocupar a área e retirar os funcionários. Após autuação do ICMBio e prisão, na mesma operação, por parte da policia militar do Estado do Pará, em 2009, de um capataz da fazenda, armado com calibre proibido, o MPF reiterou o pedido a justiça a fim de que a fazenda Juvilândia pudesse ter mandado de desocupação expedido.

b) Fazenda Bacuri

Até o final de 2008, a fazenda Bacuri era a ocupação mais consolidada e, ao mesmo tempo, incompatível com os objetivos da Resex do Rio Iriri. A área pretendida pelo suposto dono, estende-se da Resex do Rio Iriri ao sul pela ESEC da Terra do Meio (Figura 2.4).

Em atividade, até final de 2008, a fazenda praticava pecuária extensiva, mais precisamente, fazia a criação de gado nelore. Toda a atividade da fazenda Bacuri ligava-se aos municípios de Triunfo e a São Félix do Xingu, via ramais que levam à “estrada da Canopus”.

O suposto dono tem histórico com crimes ambientais e trabalho escravo, comumente encontrado na região, tendo sido preso em 1999 por fiscais do Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Polícia Federal, sob a acusação de ter mantido cento e oitenta e dois homens em regime de trabalho escravo na Fazenda Maciel II. Os homens libertados eram encarregados de fazer uma derrubada de 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares.

Em 19 de dezembro de 2007 o Ministério Público Federal (Procuradoria de Altamira) obteve, em relação à área da Fazenda Bacuri, uma decisão judicial com tutela antecipada no Processo 2007.39.03.000801-0 da Vara Única de Altamira. Na liminar, a Justiça Federal “DETERMINA A DESOCUPAÇÃO DA ÁREA E INDISPONIBILIDADE DE BENS”.

Figura 2.4. Apropriação da Fazenda Bacuri (TORRES, 2008).

A fazenda foi desocupada na operação esperança, desencadeada pelo ICMBio, IBAMA, Polícia Federal e Justiça Federal, no segundo semestre de 2008. Porém, a reintegração de posse no caso da Fazenda Bacuri não foi (e nem é) algo tão simples. A posse da fazenda é reconhecida e respeitada pela população tradicional do entorno, bem como pela população indígena de Xipaia e Curuaia. Há que se pensar em uma forma de, em seguida a reintegração de posse, o ICMBio apoderar-se e fazer-se presente na área, que,

aliás, oferece condições de infra-estrutura e posiciona-se em ponto estrategicamente privilegiado para um posto que conte com a presença do ICMBio.

c) Rio Novo

Por muito tempo acreditou-se que a grande área que se estendia da margem esquerda do Rio Novo até, em alguns trechos, ao Rio Carajari, fosse composta de várias fazendas; fossem apropriações independentes, fruto de grilagens autônomas.

Em janeiro de 2008, Torres (2007) executou um levantamento de todas as sedes de supostas fazendas e verificou tratarem-se todas da apropriação de uma mesma pessoa (Figura 2.5), que construíra várias sedes, atribuindo a cada uma um nome diferente para facilitar a grilagem e a comercialização da terra. Dessa forma, as apropriações Fazenda Igarapé da Pacas, Fazenda Mateira, Fazenda Rio Bonito e Fazenda Trairão eram todas da mesma pessoa, todas com os mesmos três empregados, valendo-se da mesma pista de pouso. É também a mesma boiada que transita de uma fazenda para a outra e todas as sedes têm acesso pelo Rio Novo, porção da entrada sul da Resex.

No início de 2008, todos estas fazendas foram retomadas e a posse reintegrada, por meio de ação do ICMBio.

Figura 2.5. Apropriação da fazenda Rio Novo (TORRES, 2008).

d) Jatobá

Da pretensão de apropriação e formação da fazenda denominada Jatobá, pouco se conhece. Localiza-se a montante da Juvilândia e a jusante da Bacuri, delimitada entre os igarapés Fortaleza e Chico Domingos, ocupando uma área total de aproximadamente 50.000 (cinqüenta mil) alqueires, sendo metade na Resex e metade na ESEC Terra do Meio. Foi desmatada uma extensa área da fazenda para a criação de gado para “segurar” a terra.

Porém, após a criação da Resex, seus autores (supostamente, um grupo de empresários de SP) foram gradativamente abandonando a fazenda. Hoje, lá não há gado e

as extensas pastagens formadas se encontram em estágio de regeneração de floresta secundária.

e) Vargas e Vargas

Empresa madeireira que explorou mogno na região de Altamira e Uruará e na Resex do Rio Iriri. Seguiu o comum trâmite para a apropriação de terras, por meio de escritórios especializados em formalizar os processos de "regularização fundiária", com um sofisticado aparato: imagens de satélites sempre atualizadas, aparelhos de GPS, aviões para sobrevôos, técnicos qualificados etc. fazia-se a parte burocrática. Ao lado disso, havia forte pressão para expulsar os pequenos posseiros e populações tradicionais, conforme depoimentos da população da região.

A empresa em questão, por parte do suposto dono desta área, mostra pretensão formal sobre 15.000 (quinze mil) hectares (Figura 2.6), requeridos ao ITERPA e divididos em seis lotes, com seis pleiteantes distintos, sendo cada um deles, ficticiamente uma fazenda diferente, quais sejam: Fazenda Letícia, Fazenda Lorena, Fazenda Vargas; Fazenda Rio Novo; Fazenda Rafael; Fazenda Vinícius, todas com 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares.

Na divisa oeste desses lotes pretendidos pelo suposto dono da terra, ele também se apoderara de outros três lotes de tamanho maior, em média com quatro mil trezentos e cinqüenta hectares, somando aproximadamente treze mil hectares, cadastrados no ITERPA sem georreferenciamento. Trata-se de terras – segundo seus pretendentes – alienadas pelo Governo Estadual e que passaram pela madeireira Vargas & Vargas. Além dele, diversos outros grupos afirmam terem comprado a área desse registro imobiliário, algumas vezes, situando-a nos mais diversos locais.

Figura 2.6. Pretensão de apropriação pela Vargas & Vargas (TORRES, 2008).

Enfim, somando essas três áreas às outras seis, o suposto dono deteria no interior da Resex do Rio Iriri mais de 28.000 (vinte e oito mil) hectares que, ao menos superficialmente, cobrem-se de alguma formalidade e devem ser considerados no processo de regularização fundiária da Unidade de Conservação.

2.3. Dinâmica de ocupação estadual e regional

Durante a Ditadura Militar, os supostos “espaços vazios” da Amazônia brasileira foram tidos como a ameaça à soberania nacional. Uma das soluções foi a construção de rodovias com o objetivo de integrar a Região Amazônica ao restante do país (OLIVEIRA, 1988). Em 1970, com o Plano de Integração Nacional (PIN), a meta é a ocupação e povoação dos “espaços vazios” da Amazônia.

O projeto inicial foi uma estrada de cinco mil e seiscentos quilômetros ligando João Pessoa (PB), no Atlântico, a Boqueirão da Esperança (AC), fronteira com o Peru. Apenas dois mil e quinhentos quilômetros saíram da planilha e mais da metade deles é intransitável, em particular na época das chuvas.

A abertura de estradas foi responsável pelo surgimento, às margens da rodovia Transamazônica, de cidades que se transformam em pólos de desenvolvimento. Alterou a dinâmica econômica espacial de toda a Amazônia com a transformação de lugarejos em grandes cidades. Dentre essas está Altamira, que por conta de sua localização, seu histórico nos ciclos da borracha e pelo escritório do INCRA recém instalado, fez dela uma espécie de Capital da Transamazônica (SILVA, 2007).

Nas décadas de 1970 e 1980, o governo brasileiro estimulou a ocupação da região Amazônica por meio de incentivos fiscais e financiamentos públicos para implementação de projetos agropecuários. Este modelo econômico e de ocupação promoveu um intenso desmatamento da região, e continua até os dias de hoje, especialmente nos estados de Mato Grosso, Rondônia e sul do Pará (FEARNSIDE, 2000).

Onde a pecuária é menos intensa, a exploração madeireira favorece a ocupação em áreas antes inacessíveis. Após a saída das madeireiras, segundo Schneider e

colaboradores (2000), em geral segue-se um processo de ocupação para atividades agrícolas e /ou pecuária.

O avanço da ocupação humana na Amazônia, portanto, está vinculado à abertura de estradas, à pecuária, à exploração de madeira, à atividade garimpeira e, mais recentemente, aos projetos de assentamento e futuras hidrelétricas (LAURANCE e VASCONCELOS, 2000). Nesse cenário se mantidos os atuais níveis de desmatamento e ocupação, a paisagem da região amazônica poderá ser profundamente alterada em vinte anos (LAURANCE et al, 2001). Essas mudanças implicam em uma série de perturbações ecológicas (perda de biodiversidade, emissão de gases de efeito estufa e mudança no ciclo da água, entre outros) e sociais, como o desaparecimento de populações indígenas e caboclas (FEARNSIDE, 2000).

O Município de Altamira, onde está localizada a Resex do Rio Iriri, situa-se na região da bacia do Xingu, que por sua vez envolve a bacia do seu principal afluente pela margem esquerda, o Rio Iriri. O acesso pelo rio ainda é muito importante para o escoamento da produção local durante o período de chuvas e durante a seca, a estrada que sai do porto Maribel é a única via de acesso para escoamento.

A base econômica dos municípios da região do Xingu é formada pelo setor primário, correspondendo às atividades agropecuárias praticadas pelos migrantes “colonos” nordestinos e sulistas, trazidos pelo INCRA, que foram apoiados com financiamento e tecnologia, para se dedicarem às culturas do cacau, café, cana-de-açúcar, pimenta-do-reino, além dos cultivos tradicionais representados por milho, arroz, feijão e mandioca.

A atividade mineral também é importante para a região, representada pela extração de ouro e cassiterita, porém não é o eixo principal da economia local, e entrou em declínio após o final da década de 1990, quando esses minérios perderam a competitividade no mercado internacional. Atualmente, com o abandono de muitos lotes pelos colonos migrantes, as terras foram sendo adquiridas por fazendeiros que cultivaram pastos para a criação de gado de corte que vem evoluindo e ganhando competitividade com a adoção de tecnologias modernas assim como a inseminação artificial e o manejo rotacionado.

2.3.1. Dinâmica da ocupação da Terra do Meio.

No sudoeste do Estado do Pará localiza-se a área denominada de Terra do Meio, uma vasta região – cerca de sete milhões e novecentos mil hectares – encoberta em grande parte pela floresta amazônica. Essa região representa cerca de 6 % do território do Estado e abrange grande parte dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu. Destaca-se que está sendo considerado como área da Terra do Meio somente as Unidades de Conservação Federais. Porém, todas as áreas protegidas da região compõem um grande mosaico.

A Resex está situada integralmente no município de Altamira que possui quinze milhões e novecentos mil hectares, o maior município do mundo em área, sendo que mais da metade desta é coberta por áreas protegidas (UCs Federais, Estaduais e Terras Indígenas). A Resex com seus trezentos e sessenta e quatro mil hectares representa aproximadamente 3% da área do município.

A região da Terra do Meio deve ser analisada conforme as vias de ocupação históricas discutidas nos capítulos anteriores e contexto regional, bem como sua inserção no cenário nacional quanto área protegida de relevante interesse ambiental, social e geográfico. Tem uma fatia de destaque no mapa do Brasil e conseqüentemente do estado do Pará (FIGURA 2.7, FIGURA 2.8, FIGURA 2.9).

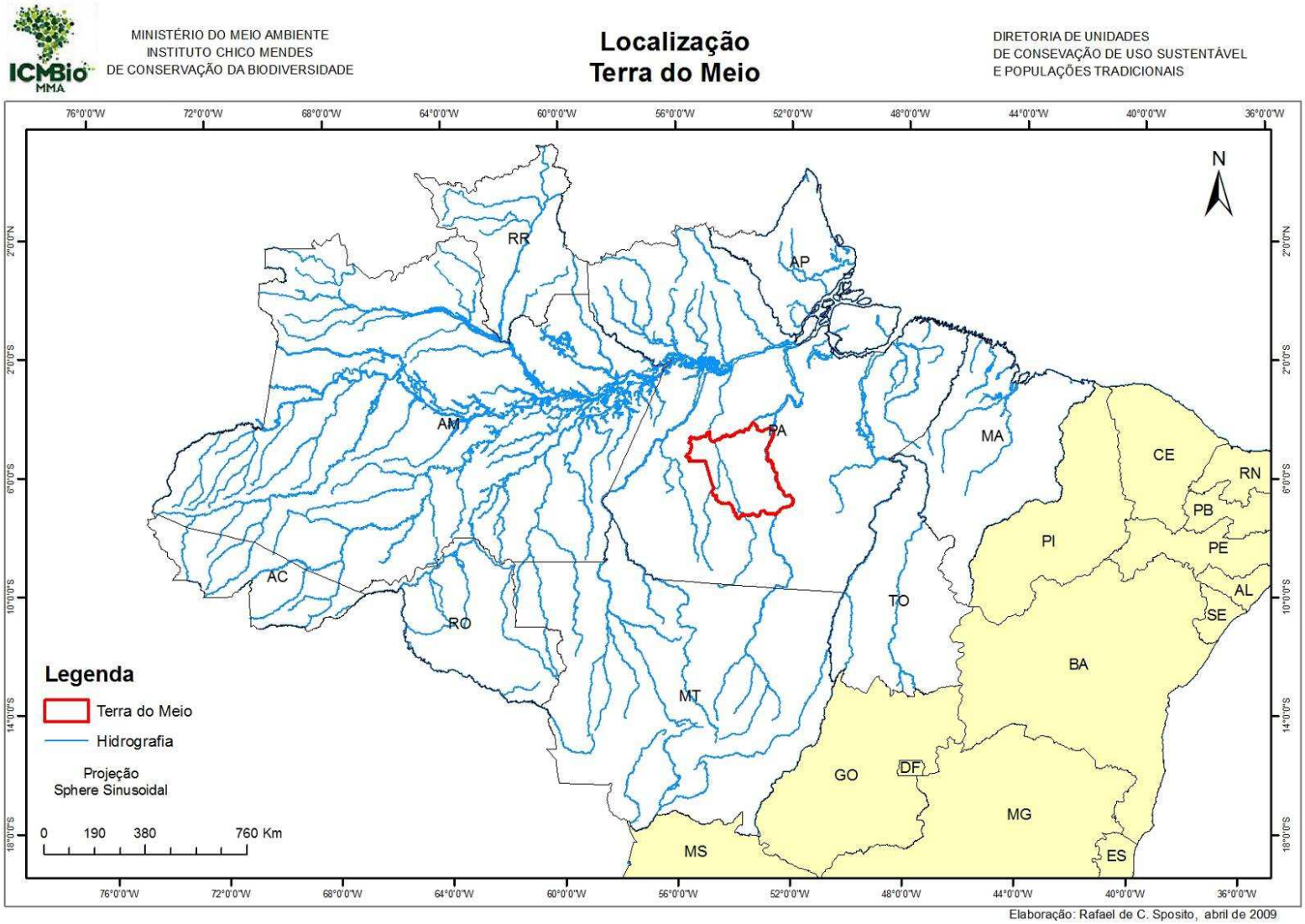

Figura 2.7. Localização da Área na Amazônia Legal.

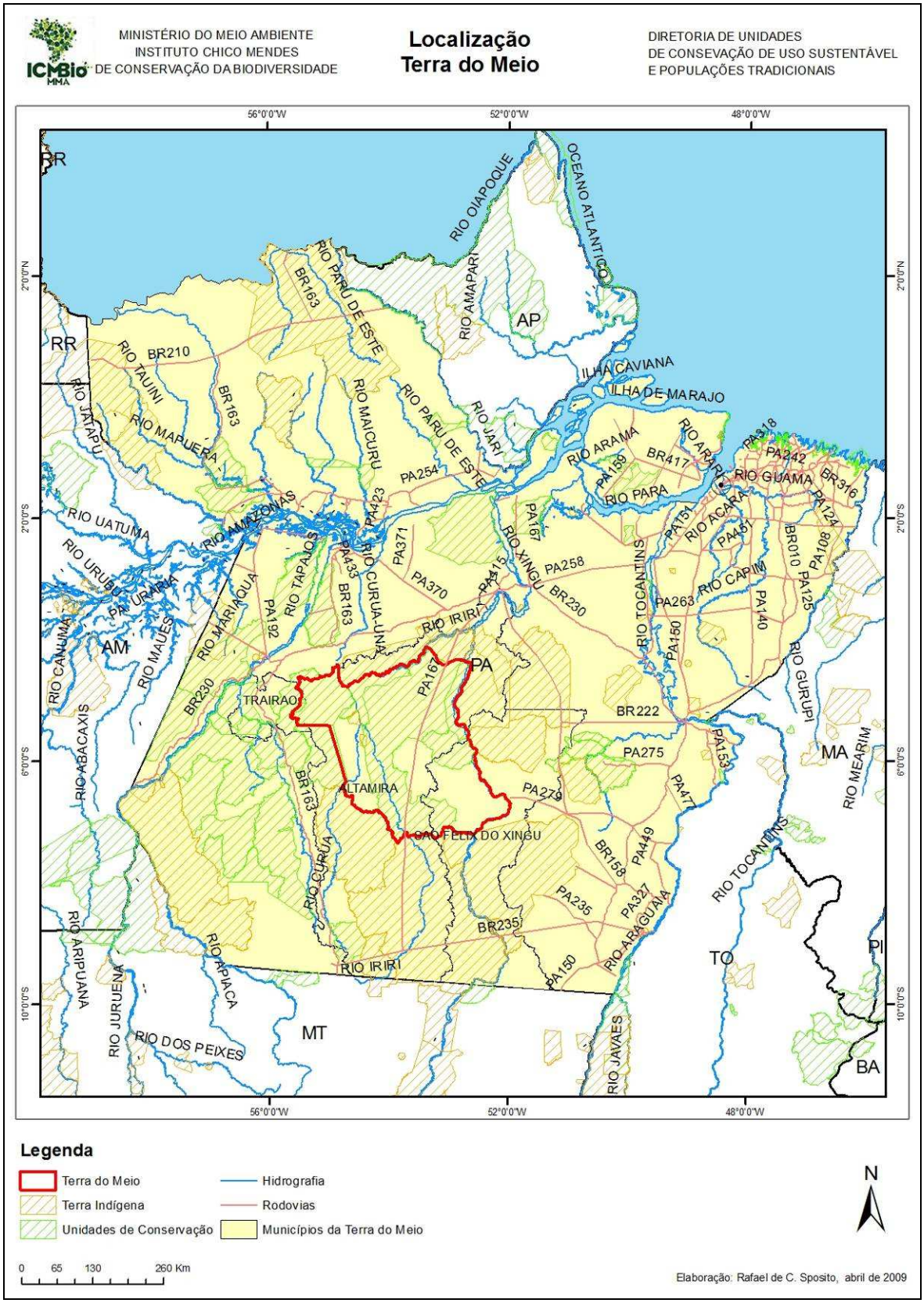

Figura 2.8. Localização da área no Pará.

Figura 2.9. Municípios e principais vias de acesso à Terra do Meio.

Trata-se de uma região de baixa densidade populacional e de difícil acesso, mas que serviu durante quase um século à extração e produção de látex natural, a seringa. A exploração deste recurso nativo, a partir do final do século XIX, foi um dos grandes fenômenos de produção nacional.

É um local onde ainda há muito que se conhecer no que tange a sociobiodiversidade do Estado do Pará, pois é:

1. Região posicionada em meio a populações tradicionais e indígenas;

2. Região de difícil acesso, em razão do relevo regional e de fortes variações no nível das águas entre as estações do ano (verão e inverno), o que aumenta os entraves para o acesso.

A Terra do Meio é drenada pelo Rio Xingu (Médio Xingu) e inúmeros igarapés que formam alguns dos seus afluentes, dentre os quais o Rio Pardo, e os rios Curuá e Rio Iriri.

O Rio Xingu nasce no Planalto dos Guimarães (MT) e deságua no Rio Amazonas (PA), formando uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, com quinhentos e onze mil, oitocentos de noventa e um quilômetros quadrados de superfície da qual 65% estão situadas no estado do Pará.

Esta região fica entre grandes eixos rodoviários, como a Cuiabá-Santarém ou BR-163 (à oeste), a Transamazônica ou BR-230 (ao norte) e a BR-158 (à leste). Essas estradas foram planejadas e construídas durante as décadas de 1970 e 1980, e implementaram uma nova fase de ocupação. Esse processo foi decorrente de uma política estratégica para integrar as regiões consideradas “isoladas” do cenário econômico nacional àquelas industrializadas do sul e sudeste do país. As rodovias Transamazônica e a BR-364 eram apresentadas como símbolos de desenvolvimento, ocupação e soberania sobre a Amazônia brasileira.

Em 1971, por força do decreto-lei n° 1.164 a federalização das terras às margens das rodovias aumentou o nível de desinformação e o caos fundiário. Como consequência, a

região da Terra do Meio transformou-se em alvo de conflitos de terra e de disputa por seus recursos naturais, um quadro intensificado a partir da década de 1990, com o esgotamento do mogno em outras regiões. Pela extensa rede de rios e igarapés que atravessam a região deu-se a exploração de jazidas minerais, principalmente de ouro, estanho e cassiterita, e das áreas de concentração do mogno.

Ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, municípios como Altamira, Uruará, Itaituba e Trairão, além de São Félix do Xingu, exercem influência sobre a região. Alguns destes municípios são vetores de migração e servem de base para grupos envolvidos em diversos ilícitos e saques à Terra do Meio, notoriamente, a exploração ilegal dos recursos naturais e a especulação de terras públicas. Nesse cenário, vivem populações indígenas e outros habitantes tradicionais não-indígenas (ribeirinhos ou beradeiros), ao longo do Rio Xingu e seus afluentes.

No ano de 2002, o Ministério do Meio Ambiente, após provocação dos movimentos sociais e eclesiástico locais, encomendou um estudo, coordenado por Villas-Bôas e colaboradores (2003), para subsidiar a criação de uma série de Unidades de Conservação na região.

Esse estudo identificou outra rota de pressão de exploração ilegal de terras e recursos naturais a partir de três eixos: 1. Rodovia Cuiabá-Santarém; 2. Rodovia Transamazônica; 3. PA-150 e São Félix do Xingu. Diferentemente do passado, quando os rios eram os únicos meios de entrada na região, os novos atores sociais somam, à malha hidroviária, as estradas para consumar um novo modelo de ocupação na Terra do Meio. As atividades econômicas predominantes nessas frentes de ocupação são a extração de madeira e a implantação de fazendas voltadas para a pecuária.

A partir do eixo da rodovia Cuiabá-Santarém a ocupação avança para a Terra do Meio por dois vetores: um em direção ao Rio Curuá e à TI Baú a partir do município de Novo Progresso e outro a partir do município de Trairão em direção à região das cabeceiras do Riozinho do Anfrísio. Pelo eixo da Transamazônica também partem dois vetores: um do município de Rurópolis rumo ao Riozinho do Anfrísio em um ponto mais próximo de sua foz; e outro a partir de Uruará pela estrada Transiriri que liga o município ao Rio Iriri, atravessando a TI Cachoeira Seca, chegando no porto Maribel. Por fim, pelo

eixo do município de São Félix do Xingu, composto pela estrada que liga o Xingu ao Iriri cortando a Terra do Meio em duas partes.

Atualmente, a Terra do Meio está estruturada em Unidades de Conservação de uso sustentável (federais e estaduais) e proteção integral, incluindo as terras indígenas como cinturões de proteção ao mosaico. A Resex do Rio Iriri faz parte desse conjunto de unidades de conservação, situado no limite noroeste da Terra do Meio. No contexto regional da Transamazônica, o Rio Iriri integra o núcleo da região do Médio Xingu, estando integralmente no município de Altamira.

2.4. Caracterização ambiental

Até o presente momento não foram realizados levantamentos de flora, fauna e solo da Resex do Rio Iriri, sendo que os dados existentes são, em grande parte, da Terra do Meio como um todo, ou de UCs vizinhas, como ESEC Terra do Meio, FLONA de Altamira, FLONA Trairão e PARNA Jamanxim, que apresentam características semelhantes. Os dados foram retirados de Villas-Bôas e colaboradores (2003), dos relatórios resultantes das Avaliações Ecológicas Rápidas (AER) coordenadas pela WWF-Brasil (2008) e das expedições para Plano de Manejo da ESEC Terra do Meio. De todo modo, as informações aqui apresentadas são, no geral, insuficientes e exigem aprofundamento. Reproduz-se aqui as informações existentes, de modo a articular os dados existentes e, na medida em que os estudos permitirem, fornecer um quadro preliminar dos meios físico e biótico que possa contextualizar minimamente a região.

2.4.1. Meio biótico

2.4.1.1. Flora

A região do Iriri é quase totalmente coberta pela Floresta Ombrófila Aberta Mista, que se caracteriza por grandes árvores bastante espaçadas, de folhas largas, sempre verdes, de altura bastante irregular. Ocorrem também freqüentes grupamentos de palmeiras. As espécies de maior ocorrência podem ser vistas na tabela abaixo (

Tabela 2.1).

Tabela 2.1. Espécies arbóreas de maior ocorrência na região da Resex do Rio Iriri.

Nome popular	Nome científico
Castanha-do-pará; castanha-do-brasil	*Bertholletia excelsa*
Inharé	*Helicostylis podogyne*
Amarelão	*Apuleia molaris*
Jatobá	*Hymenea* sp
Caraipé	*Couepia* sp
Babaçu	*Orbignya phalerata*
Açaí-da-terra firme	*Euterpe precatoria*
Inajá	*Maximiliana maripa*
Tucumã	*Astrocaryum aculeatum*

Há ainda baixa ocorrência de Floresta Ombrófila Densa Submontana (situada aproximadamente entre cinqüenta e seiscentos metros) e de Floresta Densa Aluvial que se distribui ao longo dos rios.

As características de história natural mais marcantes das espécies desse tipo de floresta são a dispersão de sementes realizadas predominante por mamíferos, presença de sementes ou propágulos de tamanho e massa consideráveis; com pouca capacidade de dormência e pequeno tempo de viabilidade. Ao contrário das espécies de capoeira, que formam banco de sementes, as espécies dessas florestas formam bancos de mudas. As estratégias para a regeneração natural bem sucedida são muitas, inclusive espécies especialistas de clareiras naturais e espécies tolerantes ao sombreamento em diversos graus (MPEG e WWF-Brasil, 2007).

A riqueza da Floresta Ombrófila Densa da região apresenta uma média de quarenta e cinco espécies por 1000 (hum mil) $m^{2,}$ considerando apenas as árvores com diâmetro a altura do peito acima de dez centímetros. Segundo MPEG e WWF-Brasil (2007), as dez famílias de maior riqueza específica foram, respectivamente, Fabaceae (34), Mimosaceae (32), Euphorbiaceae (30), Sapotaceae (29), Caesalpiniaceae (26), Moraceae (25), Arecaceae (23), Burseraceae (20), Annonaceae (17) e Rubiaceae (17).

O mapa da diversidade de paisagens da Resex do Rio Iriri pode ser visto na Figura 2.10.

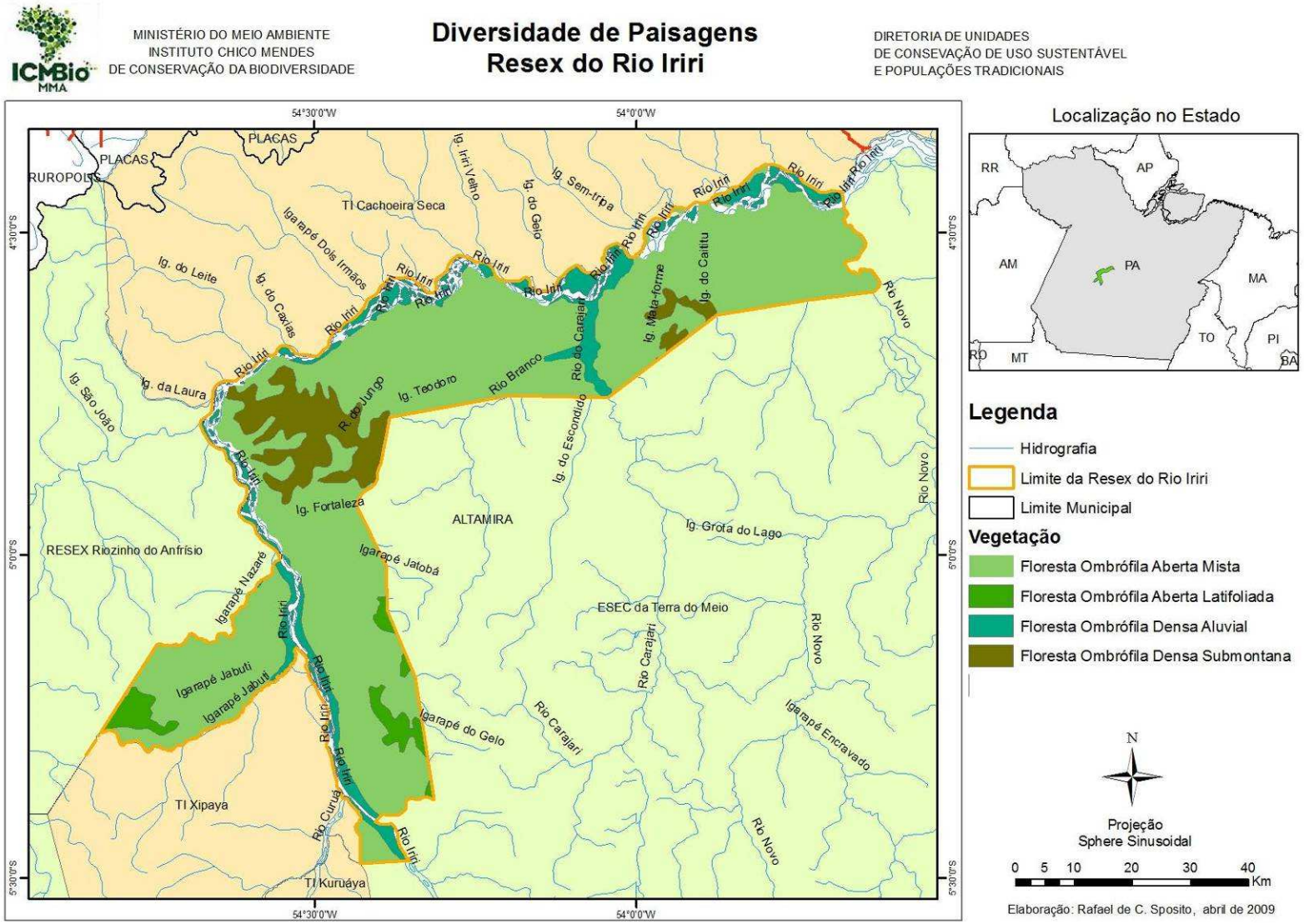

Figura 2.9. Diversidade de Paisagens da Resex do Rio Iriri .

2.4.1.2. Fauna

a) Aves

Estima-se que a Terra do Meio possui um total de quinhentas e trinta e cinco espécies de aves. Número altamente expressivo de biodiversidade, que faz da região uma das mais ricas em número de espécies do mundo (VILLAS BÔAS et al, 2003). A consolidação dos dados obtidos nos inventários realizados pelos rápidos levantamentos expeditos e reconhecimentos em São Pedro do Iriri, Vila do Caboclo e Atravessado, em julho de 2002, e no perímetro ocidental da Terra do Meio (Trairão e Novo Progresso) em maio de 2002 (OLMOS e PACHECO[4]) resultaram no registro de trezentos e sessenta espécies de aves. Antigos registros provenientes do Rio Iriri e Rio Curuá, não replicados nas duas recentes campanhas, perfazem dezesseis registros adicionais.

Durante o levantamento realizado na ESEC Terra do Meio (área de influência do Rio Novo e Rio Iriri) foram registradas duzentas e dezoito espécies de aves (cento e dezesseis não-passeriformes e cento e dois passeriformes) de cinqüenta de duas famílias. Na área do Rio Novo foram identificadas cento e sessenta e três espécies, enquanto que na do Rio Iriri, cento e setenta e cinco foram registradas, o que corresponde a aproximadamente 17% da avifauna listada para a região amazônica (MARINI e GARCIA, 2005). A família com maior número de espécies registradas foi Thamnophilidae (18 espécies), seguida por Tyrannidae (16), Psittacidae (14) e Accipitridae e Hirundinidae, ambas com dez espécies. Das duzentas e dezoito espécies registradas, doze são endêmicas do sul da Amazônia (TABELA 2.2).

---

[4] Dados não publicados.

Tabela 2.2. Espécies registradas, endêmicas do sul da Amazônia.

Nome popular	Nome científico
Cujubi	*Aburria cujubi*
Papagaio-dos-garbes	*Amazona kawali*
Arapaçu-barrado	*Dendrocolaptes certhia*
Ariramba-da-mata	*Galbula cyanicollis*
Torom-torom-garganta-branca	*Hylopezus berlepschi*
Papa-formiga-de-cauda-cintada	*Hypocnemoides maculicauda*
Barbudo-de-pescoço-ferrugem	*Malacoptila rufa*
Aracuã-de-cabeça-vermelha	*Ortalis motmot ruficeps*
Jacupiranga	*Penelope pileata*
Jacamim-verde	*Psophia viridis*
Araçari-do-pescoço-vermelho	*Pteroglossus bitorquatus*
Saripoca de gould	*Selenidera gouldii*

Dez espécies registradas na ESEC Terra do Meio encontram-se ameaçadas de extinção (Tabela 2.3):

Tabela 2.3. Espécies de aves ameaçadas de extinção, registradas na ESEC Terra do Meio.

Nome popular	Nome científico
Papagaio-cabeça-amarela	*Amazona ochrocephala*
Arara-azul-grande	*Anodorhynchus hyacinthinus*
Mutum-de-penacho	*Crax fasciolata*
Arapaçu-pardo	*Dendrocincla fuliginosa*
Arapaçu-da-taoca	*Dendrocincla merula*
Arapaçu-barrado	*Dendrocolaptes certhia*
Mãe-de-taoca-pintada-de-preto	*Phlegopsis nigromaculata*
Jacamim-verde	*Psophia viridis*
Araçari-do-pescoço-vermelho	*Pteroglossus bitorquatus*
Choca-d'água	*Sakesphorus luctuosus*

Durante a Avaliação Ecológica Rápida realizada nas Unidades de Conservação próximas a Resex do Rio Iriri (FLONA Trairão, FLONA de Altamira e PARNA

Jamanxim), foi registrado um total de vinte e uma espécies consideradas de especial interesse para a conservação em razão da sua vulnerabilidade já reconhecida, características bio-indicadoras ou hábitos migratórios (ALEIXO, 2008) (Tabela 2.4).

Tabela 2.4. Espécies de aves de especial interesse para a conservação.

Nome popular	**Nome científico**
Limpa-folha-picanço	*Ancistrops strigilatus*
Arara-azul-grande	*Anodorhynchus hyacinthinus*
Arapaçu-de-bico-curvo	*Campylorhamphus species novum*
Piui-verdadeiro	*Contopus virens*
Mutum-de-penacho	*Crax fasciolata*
Arapaçu-da-taoca	*Dendrocincla merula*
Gavião-tesoura	*Elanoides forficatus*
Ararajuba	*Guarouba guarouba*
Torom	*Hylopezus species novum*
Uirapuru	*Lepidothrix* sp.
Mutum	*Mitu tuberosum*
Jacupiranga	*Penelope pileata*
Rabo-branco-de-garganta-escura	*Phaethornis aethopyga*
Surucuá-pavão	*Pharomachrus pavoninus*
Papa-taoca	*Pyriglena leuconota similis*
Mãe-de-taoca-de-cara-branca	*Rhegmatorhina gymnops*
Limpa-folha-de-bico-virado	*Simoxenops ucayalae*
Zidedê	*Terenura* sp.
Azulona	*Tinamus tao*
Maçarico-solitário	*Tringa solitaria*
Juruviara	*Vireo olivaceus*

b) Mamíferos

Levantamentos preliminares indicam que existe uma alta diversidade de espécies de mamíferos não voadores e de morcegos (no mínimo oitenta e duas espécies) na Terra do Meio. Por outro lado, a presença de espécies ameaçadas de extinção, a exemplo do macaco-aranha (*Ateles marginatus*), já evidencia a importância de Unidades de

Conservação na região. O grupo dos primatas é um dos mais diversos, com aproximadamente onze espécies.

Já nos levantamentos para o diagnóstico faunístico do mosaico de UCs da Terra do Meio, realizado em janeiro de 2008, o maior número de espécies registradas foi de carnívoros (14 spp.), seguidos pelos edentados (8 spp.), primatas (6 spp.), roedores (com 5 spp.), ungulados (4 spp.), e por último os marsupiais com duas espécies. Algumas espécies estão amplamente distribuídas nas áreas amostradas (inter-flúvio Tapajós, Jamanxim e Curuá). Estas espécies foram encontradas em quase todos os tipos ambientais amostrados, ocorrendo tanto em áreas sem interferência antrópica, quanto em áreas com média ou grande interferência (Tabela 2.5).

Tabela 2.5. Espécies de mamíferos, levantados nos mosaicos de UCs da Terra do Meio.

Nome popular	**Nome científico**
Tatu-quinze-quilos	*Dasypus* sp
Tatu-canastra	*Priodontes maximus*
Sauim-branco	*Mico leuccippe*
Macaco-prego	*Cebus apella*
Zogue-zogue	*Callicebus moloch*
Macaco-aranha-de-cara-branca	*Ateles marginatus*
Onça parda	*Puma concolor*
Jaguatirica	*Leopardus pardalis*
Anta	*Tapirus terrestris*
Queixada	*Tayassu pecari*
Veado	*Mazama* sp
Quatipuru	*Sciurus aestuans*
Paca	*Agouti paca*
Cutia	*Dasyprocta agouti*

c) Herpetofauna

Por se tratar de um local com grandes extensões, compreendendo diferentes tipos de formação vegetal e algumas áreas com elevações, espera-se a ocorrência de uma

herpetofauna bastante rica. As localidades Amazônicas mais bem estudadas abrigam tipicamente de cento e trinta a cento e oitenta espécies da herpetofauna, incluindo cerca de quarenta a noventa espécies de anfíbios e cinqüenta a noventa espécies de répteis (DUELLMAN, 1996).

Do que se conhece da literatura ou de coletas em outras regiões e entorno, podemos prever para a Terra do Meio (Tabela 2.6):

Tabela 2.6. Espécies da herpetofauna previstas para a Terra do Meio.

Nome popular	**Nome científico**
Jacaretinga	*Caiman crocodilus*
Jacaré-coroa	*Paleosuchus trigonatus*
Jacaré-paguá	*Paleosuchus palpebrosus*
Jabuti machado	*Platemys platycephala*
Tartaruga da amazônia	*Podocnemis expansa*
Cágado	*Mesoclemmys gibba*
Mata-mata	*Chelus fimbriatus*
Tracajá	*Podocnemis unifilis*
Jabuti-piranga	*Geochelone carbonaria*
Jabuti-tinga	*Geochelone denticulata*
Aperema	*Rhinoclemmys punctularia*

- Jacarés: é provável que ocorram três espécies (*Caiman crocodilus*, *Paleosuchus trigonatus* e *P. palpebrosus*).

- Quelônios: muitas espécies têm a distribuição pouco conhecida, mas é provável a ocorrência de *Platemys platycephala*, *Podocnemis expansa*, *Mesoclemmys gibba*, *Chelus fimbriatus*, *Podocnemis unifilis*, *Geochelone carbonaria* e *G. denticulata* e *Rhinoclemmys punctularia.*

- Lagartos: espera-se entre vinte e vinte e cinco espécies de lagartos compreendendo as espécies de ampla distribuição (vinte) e algumas mais restritas.

- Serpentes: espera-se cerca de noventa espécies. Entretanto é o grupo que certamente apresentará maiores dificuldades de coleta, devido às baixas densidades.

- Anfíbios: espera-se para toda a área a ocorrência de cerca de sessenta e cinco espécies**.**

No levantamento da herpetofauna da ESEC Terra do Meio onde foram amostrados pontos ao longo do Rio Novo e em trechos do Rio Iriri, foram registradas setenta e uma espécies da herpetofauna, sendo trinta e quatro de anfíbios anuros (18 gêneros e 10 famílias) e trinta e sete de répteis, incluindo quatorze lagartos (14 gêneros e sete famílias), 17 (dezessete) serpentes (17 gêneros e quatro famílias), quatro quelônios (três gêneros e três famílias) e dois jacarés (dois gêneros e uma família).

A maioria das espécies de anfíbios encontrados pertence à família Hylidae (quinze espécies), seguida pelas famílias Leptodactylidae (seis espécies), Bufonidae (quatro espécies) e Aromobatidae e Microhylidae (duas espécies cada). As outras cinco famílias (Centrolenidae, Ceratophryidae, Cycloramphidae, Dendrobatidae e Leiuperidae) foram representadas por apenas uma espécie cada.

Entre os répteis, a família Colubridae foi a melhor representada, com onze espécies, seguida por Boidae, Gekkonidae, Gymnophtalmidae e Teiidae (três espécies cada) e Alligatoridae, Tropiduridae e Viperidae (duas espécies cada). As outras quatro famílias (Elapidae, Iguanidae, Polychrotidae e Scincidae) foram representadas por apenas uma espécie cada.

Segundo o AER realizados na FLONA de Altamira e no PARNA Jamanxin, duas UCs próximas a Resex do Rio Iriri que apresentam em grande parte os mesmo tipo de vegetação, foram registradas setenta e três espécies da herpetofauna, sendo trinta e seis espécies de anfíbios anuros, dezesseis de lagartos, dezoito de serpentes e três de quelônios.

d) Ictiofauna

Os numerosos igarapés da Terra do Meio, situados em uma extensa área de terra firme entre os Rios Xingu e Iriri, abrigam uma ictiofauna característica, composta

principalmente por espécies de pequeno e médio porte e que, via de regra, não ocorrem em rios maiores. Estudos recentes em igarapés da Amazônia Central, na região de Manaus (AM), revelaram a ocorrência de mais de trinta espécies de peixes em um único igarapé de 2ª ordem. Nessa mesma região, a ictiofauna combinada de vinte igarapés distribuídos em uma extensão de cerca de cem quilômetros lineares pode conter mais de setenta espécies. Isso indica que o número de espécies de peixes típicas de igarapés de pequeno porte esperado para uma área como a Terra do Meio deva ser superior a cento e cinqüenta espécies, o que elevaria o total estimado para aquela área para algo em torno de quinhentas e trinta espécies de peixes, configurando uma das coleções de espécies de água doce mais ricas do planeta.

Dentre as áreas avaliadas no diagnóstico ambiental - ictiofauna e pesca – que integra os estudos de impacto ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte, a região do Iriri foi a que apresentou o maior número de espécies exclusivas (setenta e três espécies). As coletas foram realizadas entre os anos de 2000 e 2008, em sítios localizados no trecho baixo do Rio Iriri, desde a Maribel, a duzentos quilômetros de Altamira, até regiões do baixo Xingu e outros de seus tributários como os rios Bacajá, Bacajaí e Ituna.

2.4.2. Meio físico

2.4.2.1. Geologia

Grande parte do interfluvio Iriri-Xingu e Iriri-Jamanxim, especialmente a porção coberta pelas Florestas Ombrófilas Abertas está localizada sob o Complexo Xingu (BRASIL, 1974, 1975). As rochas muito antigas dessa unidade geológica do período Pré-Cambriano (desde o surgimento da Terra até cerca de quinhentos e quarenta milhões de anos atrás) Inferior a Médio afloram com destaque na bacia do Rio Xingu. É um agrupamento de rochas que sofreram diferentes processos de transformação (metamórficas). No âmbito dessa unidade destacam-se:

- rochas quartzosas presentes na serra da Baliza;
- os alinhamentos de estruturas, incluindo falhas e fraturas presentes nas serras do Pilão e do Estragado.

A segunda Unidade mais abrangente é a Formação Iriri do grupo Uatumã (BRASIL, 1974, 1975) disposta principalmente na parte sul da área de estudo, a oeste de São Felix do Xingu. Esse grupo é constituído por rochas vulcânicas (ígnea) com bastante quartzo. São rochas do período Pré-Cambriano Superior em contato com as rochas do Complexo Xingu, acima citadas.

As duas outras formações que ocorrem na área são os arenitos Gorotire e Prosperança (BRASIL, 1974, 1975), ambos do Pré-Cambriano Superior. A primeira dispõe-se sobre a Formação Iriri e suas rochas apresentam-se dobradas normalmente nos eixos Norte-Oeste com caimento Sudeste e afloram nas Serras do Pardo, do Iucatã e Porte Seguro, além de diversas manchas isoladas ao longo do Rio Iriri e Baixo Curuá.

Sobreposta à formação Gorotire está a formação Prosperança, denominada “Formação Triunfo” (BRASIL, 1974). Sua exposição principal ocorre principalmente ao longo dos Igarapés Pombal e Triunfo, na cabeçeiras do Igarapé do Leite e do Riozinho do Anfrísio e em algumas manchas na bacia do Rio Cajari.

Com expressão espacial mais reduzida, ainda estão presentes na área de estudo o granito Maloquinha e a Formação Sobreiro (rochas vulcânicas de cor cinza formada essencialmente por feldspatos, ao longo do Igarapé Triunfo) do Grupo Uatumã e sedimentos depositados ao longo do Rio Iriri e Xingu (BRASIL, 1974, 1975).

O mapa geológico da Resex pode ser visto na Figura 2.10.

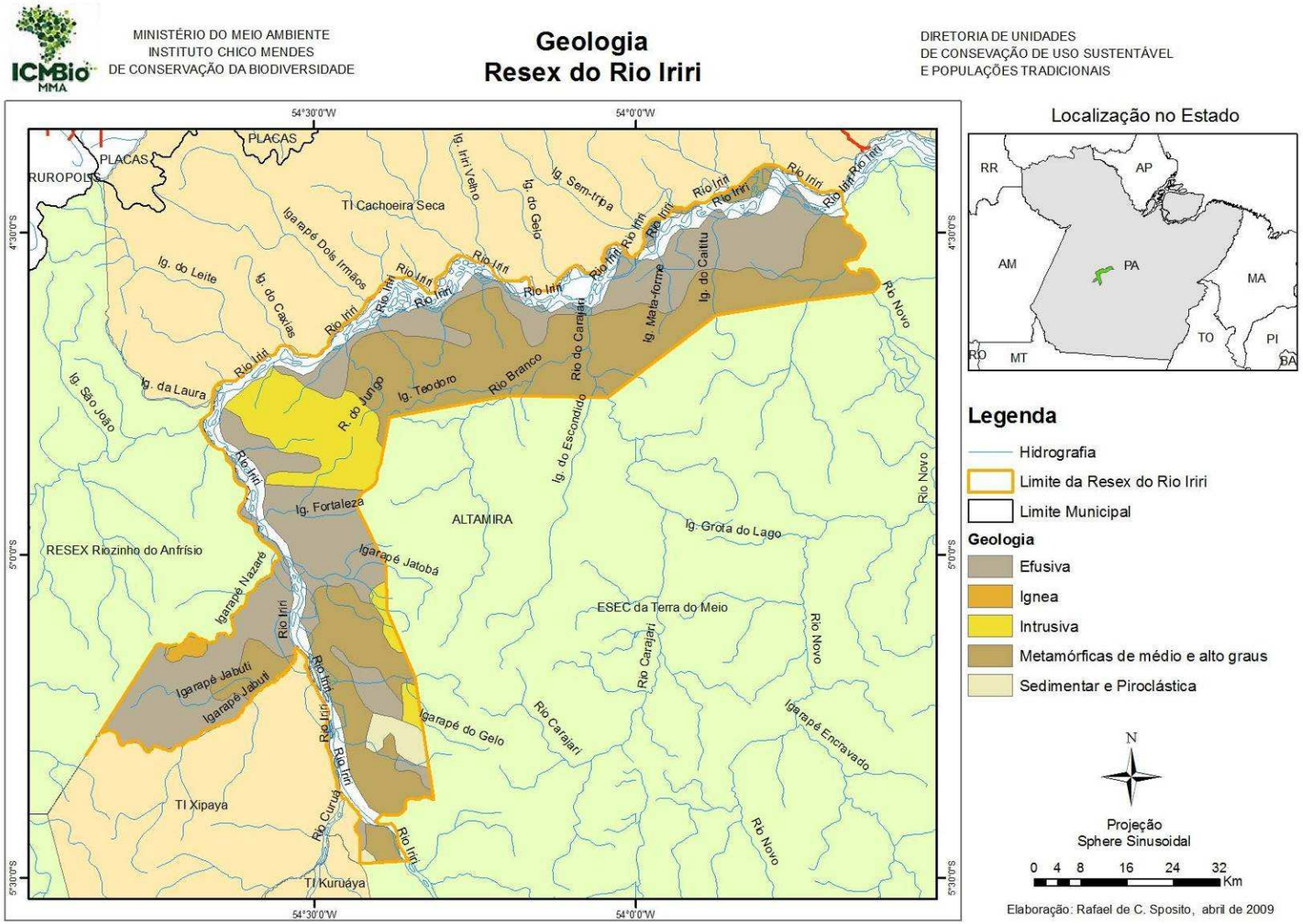

Figura 2.10. Geologia da Resex do Rio Iriri.

2.4.2.2. Geomorfologia

Em uma escala macro-regional, a região do Médio Xingu está inserida no contexto dos planaltos residuais sul-amazônicos (vasta área plana com morros de topos arredondados) circundados por áreas extensas de suave inclinação que margeiam as bordas de terrenos sedimentares. Junto aos morros, ocorrem extensas áreas que podem formar também grandes chapadas, como a Serra do Cachimbo, onde nascem os Rios Curuá e Iriri. Este relevo pode possuir elevações com altitudes entre cem e quatrocentos metros, crescentes de norte para o sul e observáveis subindo os Rios Curuá e Iriri.

Atualmente os processos formadores do relevo na região estão ligados ao clima úmido, porém são muitas as evidências de processos erosivos semi-áridos predominantes ao longo da evolução do relevo regional. Também ainda são muitos os vestígios da movimentação da terra nas áreas planas e levemente onduladas.

A Terra do Meio pertence em quase sua totalidade a duas grandes unidades de relevo, a Depressão Periférica do Sul do Pará (superfície de suave inclinação) e o Planalto Dissecado do Sul do Pará (BRASIL, 1974, 1975). Apenas algumas áreas da bacia do Riozinho do Anfrísio estão situadas no Planalto Residual Tapajós (BRASIL, 1975).

Essa depressão periférica abrange uma superfície baixa e intensamente aplainada na faixa dos cento e vinte e cinco a cento e oitenta metros de altitude, recoberta por Floresta Ombrófila Aberta Mista (cocal) e Latifoliada (cipoal).

Esse compartimento, gerado por processos erosivos (desgaste do relevo) caracteriza-se pela formação em colinas ou em colinas de topos aplainados. As elevações apresentam-se isoladas ou agrupadas, algumas vezes em cristas orientadas no sentido SE-NW, e em forma de pães de açúcar e pequenas montanhas isoladas de forma arredondada.

Ao longo dos Rios Iriri e Curuá, estão localizadas as porções mais conservadas das regiões aplainadas durante o período entre um milhão e dez mil anos atrás, sobre o qual os rios ajudaram a formar colinas.

Nessa mesma banda ocidental da Terra do Meio as áreas da cabeceira do Anfrísio foram mapeadas como Planalto Residual Tapajós (FIGURA 2.12) e recobertas por Floresta Ombrófila Densa. Esse relevo residual caracteriza-se pela sua natureza fragmentada, em rochas pré-cambrianas, fortemente fraturadas e falhadas. Entretanto, essa dissecação não alcançou o mesmo nível do aplainamento da contígua Depressão Periférica do Sul do Pará. São feições semelhantes às localizadas ao longo do Iriri e de seu interflúvio com o Xingu, pertencentes ao Planalto Dissecado do Sul do Pará (Figura 2.11), de quem se diferenciam pela altitude menor e descontinuidade de seus relevos residuais. O rebaixamento desse compartimento evidencia-se em diversos tipos de dissecação (colinas de topo aplainado, cristas, mesas, interflúvios abaulados e tabulares).

O outro grande compartimento de relevo na Terra do Meio é o Planalto Dissecado do Sul do Pará (Figura 2.11): maciços com topos aplainados, agrupamentos de cristas e picos dispostos em terrenos rebaixados e altura de quinhentos a seiscentos metros. Também são encontrados vales na região.

Na região do Iriri existe a associação de solos predominante argilosos com coloração vermelho-amarelo, que são relativamente profundos e muito bem drenados. Em suas variações distribuídas na área do Iriri, há porções de alta fertilidade. Também pode ser encontrado este mesmo tipo de solo com a presença de cascalhos. Outro tipo de solo associado à região é o Latossolo que tem como característica ser um solo profundo, bem drenado e homogêneo, o que significa que não há uma gradação de cores. Esses tipos de solos estão associados a um relevo suavemente ondulado, indicados no mapa como solos Podzólicos Vermelho Amarelo (argisolos - nova classificação). Nas áreas em que o relevo é ondulado e fortemente ondulado as características do solo são diferentes: encontra-se solos mais rasos, com aproximadamente cinqüenta centímetros de espessura, e com textura grosseira - no mapa identificado pelos solos litólicos.

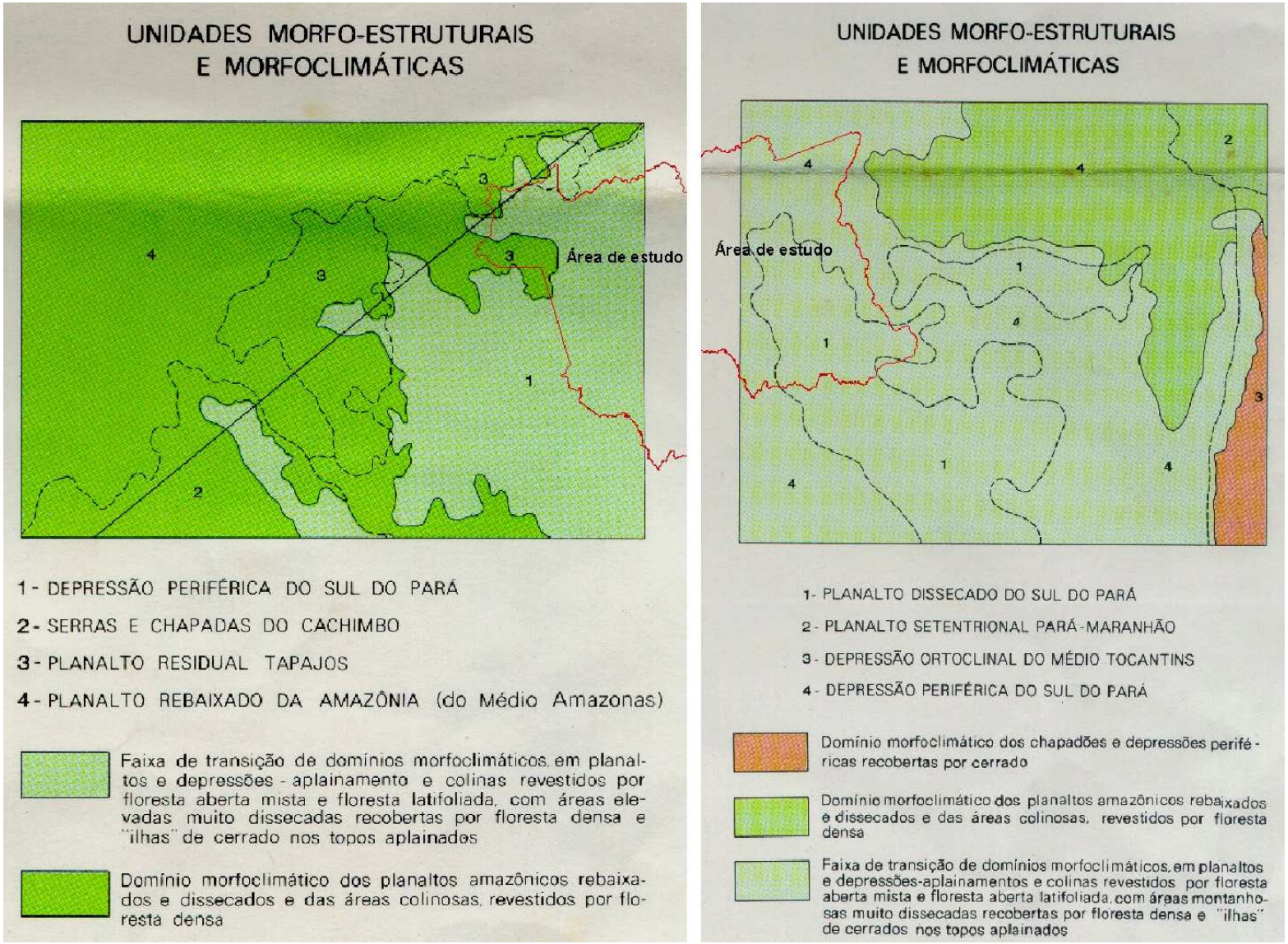

Figura 2.11: Unidades morfoclimáticas e morfo-estruturais presentes na Terra do Meio (limite em vermelho) e seu entorno (BRASIL 1974; 1975).

2.4.2.3. Solos

Na região do Iriri existe a associação de solos predominante argilosos com coloração vermelho-amarelo, que são relativamente profundos e muito bem drenados. Em suas variações distribuídas na área do Iriri, há porções de alta fertilidade. Também pode ser encontrado este mesmo tipo de solo com a presença de cascalhos. Outro tipo de solo associado à região é o Latossolo que tem como característica ser um solo profundo, bem drenado e homogêneo, o que significa que não há uma gradação de cores. Esses tipos de solos estão associados a um relevo suavemente ondulado, indicados no mapa como solos Podzólicos Vermelho Amarelo (argisolos - nova classificação). Nas áreas em que o relevo é ondulado e fortemente ondulado as características do solo são diferentes: encontra-se solos mais rasos, com aproximadamente cinqüenta centímetros de espessura, e com textura grosseira - no mapa identificado pelos solos litólicos.

Na percepção de alguns dos moradores ocorre também na Resex do Rio Iriri, um solo composto em grande parte por areia, denominado por eles de terra branca. É sobre esse tipo de solo que as famílias constituem seus roçados, cultivando, sobretudo a mandioca e também o feijão. Do outro lado do Rio Iriri, na área da TI Cachoeira Seca ocorre além da terra branca, a chamada terra preta. Esse solo também é bom para a constituição de roças, sendo que, segundo um morador dessa área, algumas espécies, como a bananeira, por exemplo, produzem melhor do que na terra branca.

A Figura 2.12 ilustra os tipos de solo encontrados na Resex do Rio Iriri.

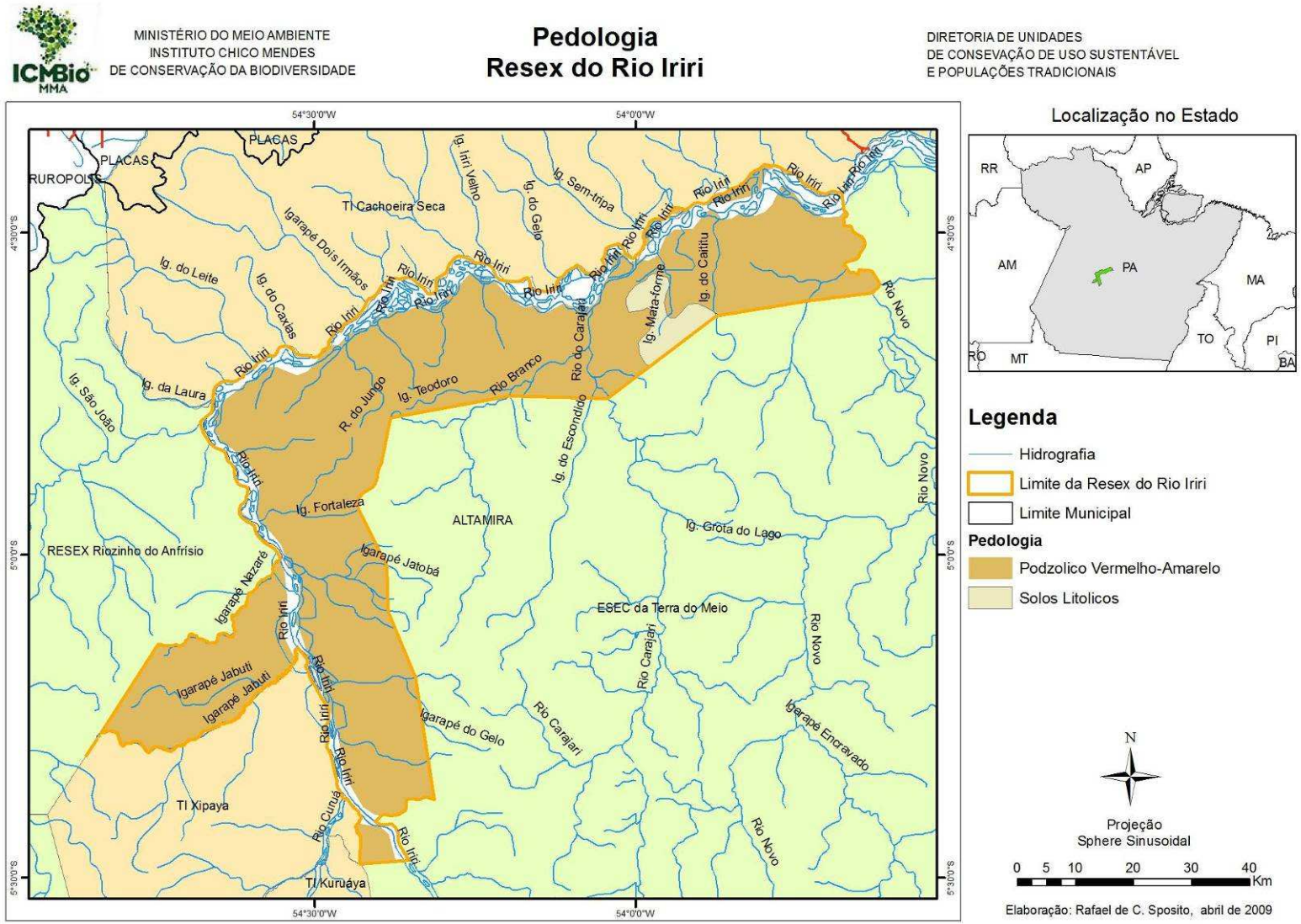

Figura 2.12: Pedologia da Resex do Rio Iriri

2.4.2.4. Clima

O interflúvio Iriri-Xingu e a bacia do Rio Iriri estão localizados sob o domínio climático quente, pois a temperatura média em seu regime térmico é superior a 22ºC ao longo de todo o ano. Considerando-se o regime de umidade, o subdomínio climático é o úmido com três meses secos (julho a setembro em Altamira, PA). Quanto ao tipo climático, a sazonalidade estacional e os sistemas de circulação atmosférica apresentam caráter transicional do equatorial para o tropical, sendo que a região está sob o regime do Brasil central com o pico pluviométrico no verão e o mínimo no inverno (NILMER, 1989).

As chuvas periódicas são causadas por ventos leste da massa de ar equatorial e No da convergência tropical, bem demarcadas pela estiagem associada aos ventos NE e E dos anticiclones subtropicais do Atlântico Sul e Açores.

Apesar das temperaturas média dos meses mais frios não serem inferiores a 20ºC, as mínimas diárias do sul do Pará como um todo podem ser inferiores a 12ºC quando ocorrem a passagem do anticiclone polar de trajetória continental polar durante o inverno. Essas invasões quando são excepcionalmente intensas causam o fenômeno conhecido por friagem, caracterizado pela umidade específica e relativa elevadas associada a chuvas frontais, seguidas por ausência de nebulosidade e queda brusca da temperatura, com duração média de quatro dias.

Nos dados climáticos recolhidos pelo RADAMBRASIL (BRASIL, 1974), a localidade mais próxima do interflúvio Iriri-Xingu e Iriri-Jamanxin é Altamira. A sua normal climatológica é classificada como clima Xeroquimênico (dias curtos, temperatura média do mês mais frio superior a 15°C e um período seco de até 40 (quarenta) dias delimitado por chuvas torrenciais) em transição para Xerotérico.

2.4.2.5 Hidrografia

O Rio Iriri é o maior rio municipal de Altamira. De sua nascente na Serra do Cachimbo, sul do município, até onde deságua, na margem esquerda do Rio Xingu, o rio possui 900 (novecentos) quilômetros de extensão e sua largura chega a dois quilômetros.

Sua navegação é possível em pequenas embarcações, mas possui trechos de pequenas corredeiras, o que dificulta a navegação (Figura 2.13).

No “desvio” do Iriri, nome dado pelos barqueiros da região, que simboliza o lugar onde o Rio Iriri se encontra com o Rio Xingu, na época de seca do rio (verão) existem alguns pontos em que somente se passa puxando a voadeira. Não é possível navegar com carga, nem pessoas em cima dos barcos; todos descem, as cargas pesadas são retiradas e a embarcação é puxada pelos tripulantes. Em condições de seca intensa é impossível passar pelo desvio, já em secas normais chega-se a demorar três dias neste trecho que tem menos de dois quilômetros.

O rio é a principal via de transporte e no interior da Resex é a única forma de locomoção dos ribeirinhos que, com suas rabetas (pequenos barcos com motor de popa) e canoas, vão atrás de alimentação e visitam parentes e amigos. Do rio sai a principal fonte de proteína dos beiradeiros - o peixe - e a água que é consumida pela população. Devido a notória importância do Rio Iriri, a Resex foi batizada com seu nome.

Existem relatos em jornais regionais e estaduais sobre a contaminação do rio Iriri por mercúrio, usado nos garimpos que se instalaram na região, sendo que em 1996 os índios Xipaia fizeram um manifesto pedindo interrupção do uso de mercúrio nos garimpos. São necessárias novas análises para identificar o índice de mercúrio e outros poluentes no Rio Iriri.

Na localidade Jesus-é-Bem-Vindo existem equipamentos da ANA (Agência Nacional de Águas) que são aferidos anualmente e fornecem dados das quantidades de chuvas e cheias do Rio Iriri.

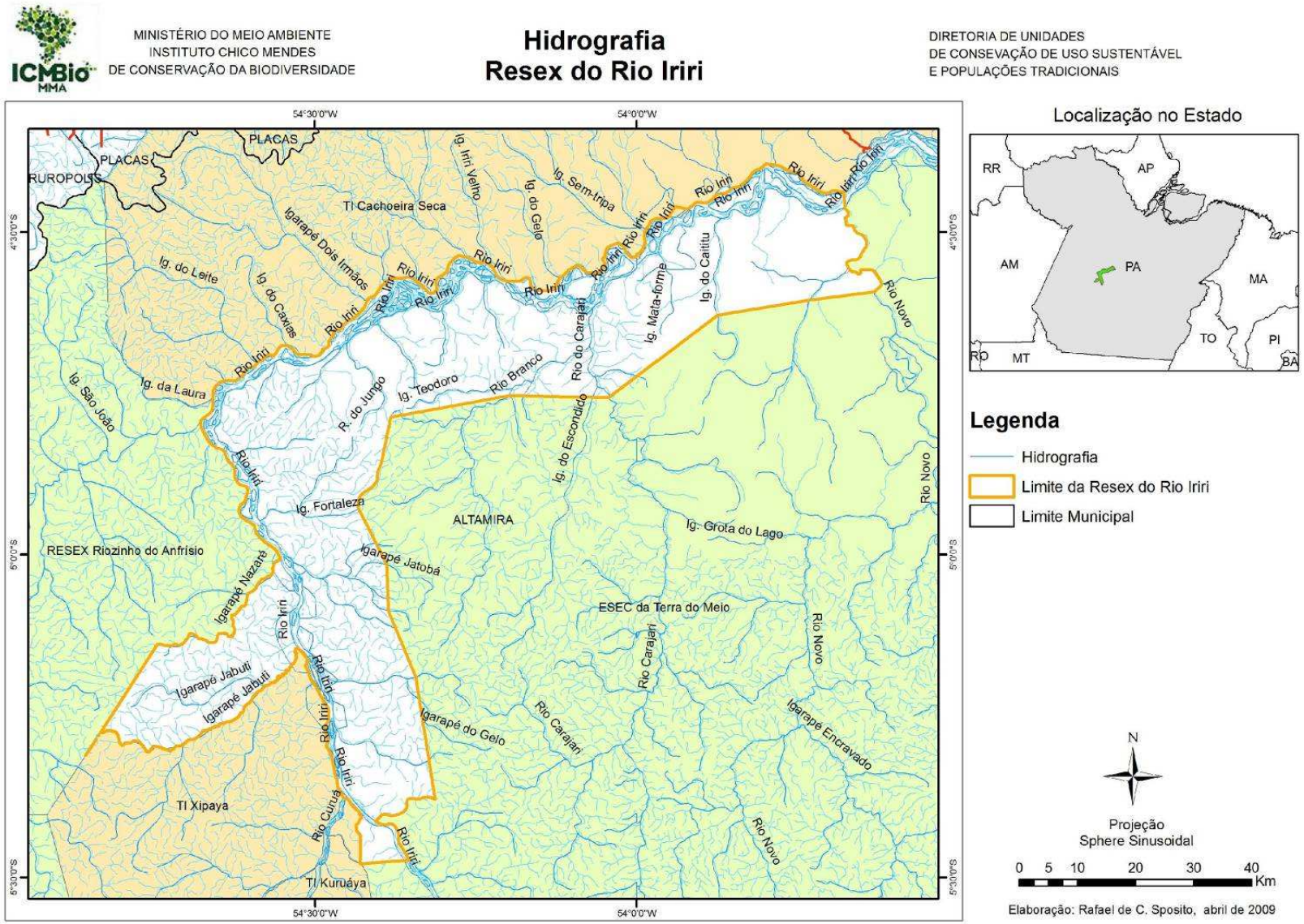

Figura 2.13. Hidrografia da Resex do Rio Iriri.

2.5. Caracterização social

2.5.1. Perfil geral da população

A população da Resex do Rio Iriri está distribuída em vinte e sete localidades ao longo do Rio Iriri. Segundo o levantamento demográfico realizado em 2006 (ICMBio, 2008) e atualizado em 2009, foram identificados duzentos e oitenta e cinco habitantes na Resex, distribuídos em sessenta e três famílias, desde a localidade Rio Novo até a localidade Triunfo[5].

Desde o levantamento demográfico da Resex, de 2006, até a atualização realizada em maio de 2009, ocorreu um aumento no número de habitantes principalmente pela incorporação de novas famílias na área da Resex. Este processo acrescentou cerca de 12% da população total, ou seja, trinta pessoas em duas famílias.

Atualmente, devido aos rearranjos familiares que acontecem principalmente pela realização de novos casamentos, estão ocorrendo mudanças internas na população, com o aumento do número de domicílios. Estas uniões são realizadas, sobretudo entre membros da própria comunidade. Os moradores que se unem com pessoas de fora tendem a sair da Resex. Outra característica deste rearranjo são os filhos que estão deixando de morar na casa dos pais e abrindo novos domicílios, mesmo sem estarem casados.

A Resex do Rio Iriri tem na sua composição etária a característica de uma população jovem. Observa-se na pirâmide etária (Figura 2.14) que há uma concentração de pessoas nas cinco primeiras faixas de idade, que vai de zero a vinte e cinco anos, e uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres. Na composição geral há mais homens do que mulheres, 52,31% são homens e 47,69% são mulheres, o que acompanha a média da cidade de Altamira[6].

---

[5] O banco de dados do cadastramento das famílias segue a parte.

[6] A comparação com a cidade de Altamira foi feita com base nos dados disponibilizados pelo IBGE.

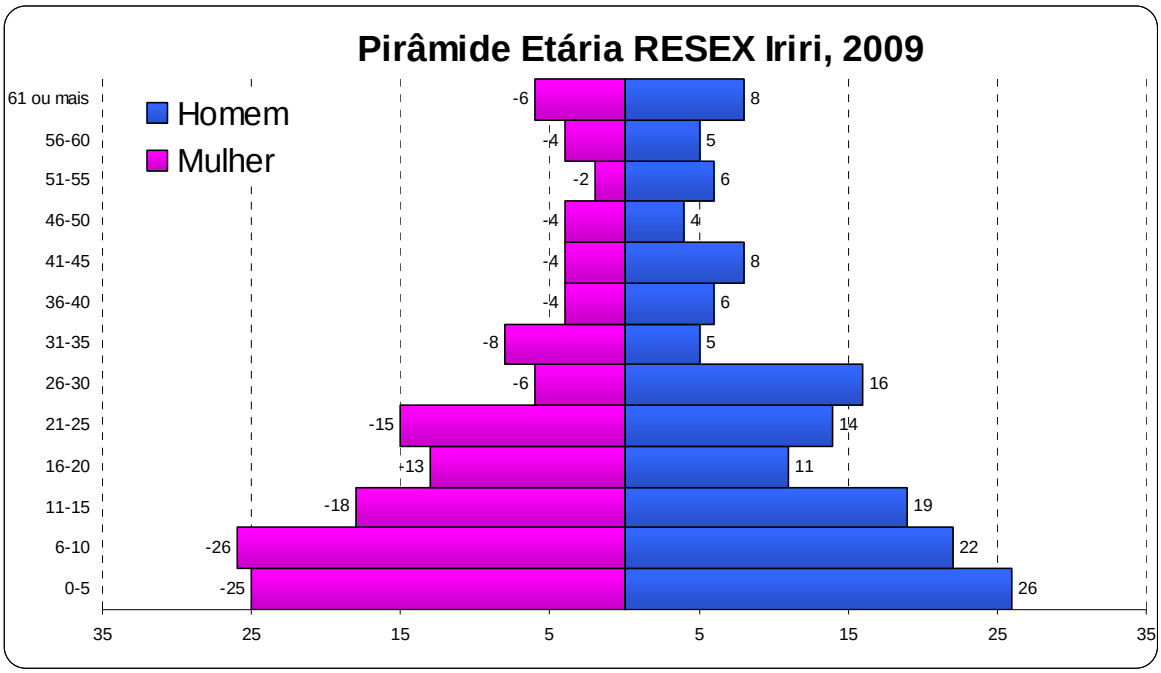

Figura 2.14. Distribuição etária na Resex do Rio Iriri.

Na dinâmica de migração da Resex, ocorre uma movimentação (saída e retorno), principalmente, para a cidade de Altamira em busca de atendimento de saúde, venda dos produtos extrativistas, busca de outras fontes de renda, como trabalhos temporários. Há também um processo migratório interno em função das escolas. Devido à distância entre as residências e o ponto da escola, alguns pais resolveram manter seus filhos morando na localidade onde está a escola, no período escolar. As crianças costumam retornar para as casas dos pais nos períodos de recesso escolar ou para atividades extrativistas, como a coleta de castanha.

A maior concentração populacional esta na localidade Boa Esperança, com vinte e sete moradores distribuídos em oito famílias. Na localidade Pati I há só um morador. A Figura 2.15 mostra a distribuição dos moradores ao longo do rio.

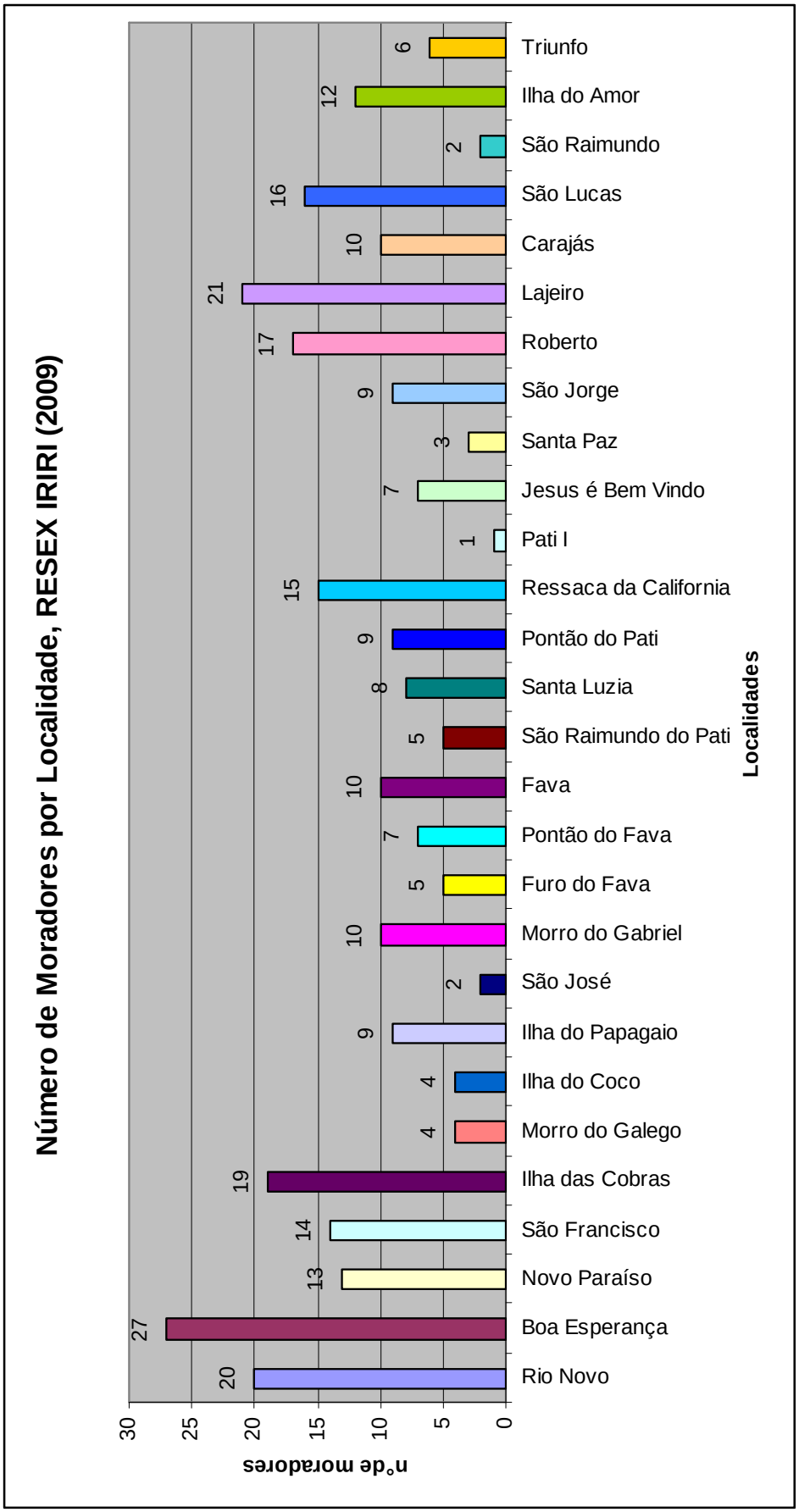

Figura 2.15. Distribuição dos moradores ao longo da Resex do Rio Iriri.

Com relação à documentação (Figura 2.16), 72,98 % possuem Certidão de Nascimento, 57,92% possuem RG, 28,96% possuem CPF, 46,99% possuem Carteira de trabalho. Os três últimos são relativos à população à partir de onze anos. Outra documentação importante é o título de eleitor, 40,27% das pessoas com dezesseis anos ou mais possuem este documento. Estes números podem sofrer alterações, pois com ações como o Balcão da Cidadania, novos documentos são tirados. Boa parte dos moradores do Iriri conseguiu documentação graças à expedições desta natureza organizadas pelo ICMBio e a sociedade civil organizada, em parceria com outros órgãos públicos, que permitem acesso as políticas públicas e direitos até então inacessíveis por estas populações.

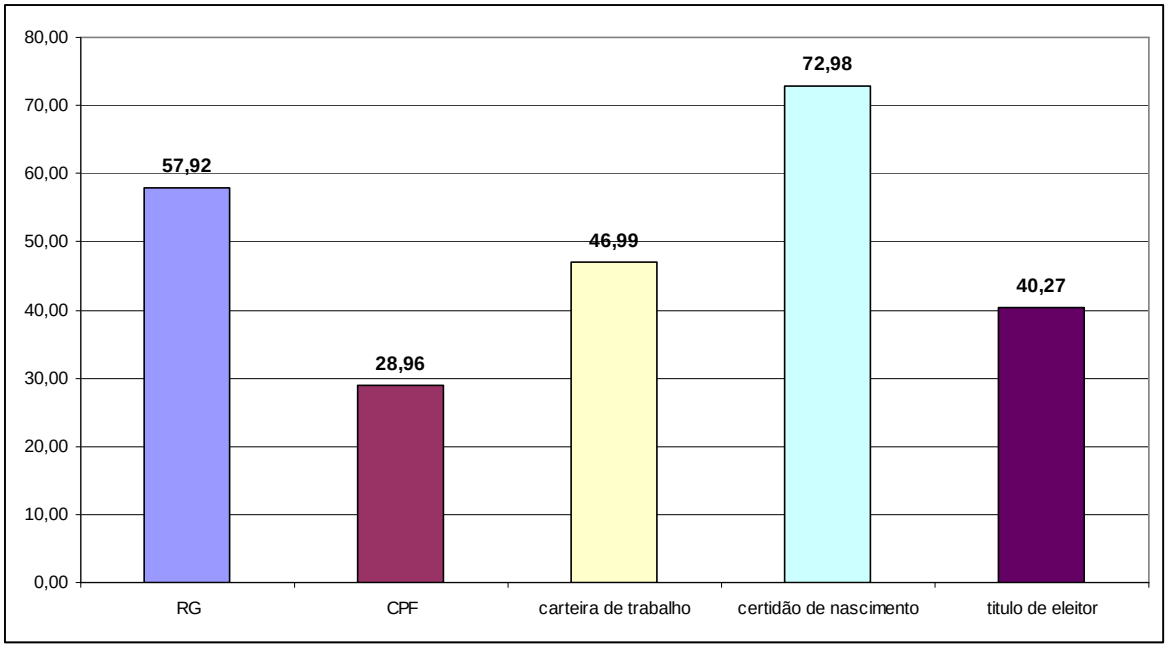

Figura 2.16. Documentação na Resex do Rio Iriri.

2.5.2. Territorialidade e sazonalidade

Podemos afirmar que os moradores da Resex do Rio Iriri guardam muitas semelhanças com os vizinhos do Riozinho do Anfrísio. Como a bibliografia específica do Rio Iriri é pouca, tais lacunas de informações foram retiradas de trabalhos que se propunham tratar apenas da Resex Riozinho do Anfrísio, mas que evidentemente se aplicam à população do Rio Iriri.

Os principais critérios utilizados para definição das primeiras colocações ou áreas familiares individuais foram à existência de áreas com bons seringais, de castanhais produtivos e a possibilidade de garantir boa moradia, em locais de bom acesso, próximo do rio, onde estivessem seguros de inundações (ROCHA et al, 2005)

O conceito de propriedade da terra, para as famílias da Resex, é bastante diferente do prescrito no Direito formal. Enquanto na forma jurídica os títulos de domínio são o reconhecimento inconteste dos plenos direitos sobre a terra; para as famílias ribeirinhas, não efetivam esse sentido, pois o direito à terra não se separa do trabalho nela. A relação de apropriação privativa, ou familiar, da terra, pode ser bem entendida nos castanhais, um claro marco de ocupação. Segundo os moradores, o primeiro a chegar ao castanhal ainda sem benfeitorias (estradas, limpeza entorno das árvores etc.) é considerado seu proprietário. Mesmo à margem de qualquer registro dominial, é legitimada, perante o grupo, a propriedade daquele que ali primeiro trabalhou. Ou seja, vemos o modo tradicional de apropriação do território, onde se reconhece o acesso a terra pelo trabalho e não pela compra. Onde se reconhece como dono aquele que marca o território com seu trabalho (TORRES, 2008b).

Todas as áreas individuais têm seus limites reconhecidos por todos. Quando os filhos ou filhas se casam, geralmente ficam trabalhando nos piques da família e em outros casos, exploram outros piques oferecidos por parentes ou conhecidos, até mesmo devido à abundância de produtos em diferentes localidades.

Atualmente, a instalação das famílias em certos locais tem como referência a primeira ocupação realizada, que geralmente eram por parentes (avós e pais), e esse direito de uso é reconhecido para as gerações futuras e pelos demais ribeirinhos.

Hoje, o Plano de Uso, elaborado de acordo com essas tradições, define o modo como podem ser ocupadas as moradas abandonadas, a mudança de uma família para outra comunidade e a utilização dos castanhais e das áreas comuns. O Plano será tratado no item “Regras de convivência”.

No que tange ao uso dos castanhais por famílias – pertencentes ao mesmo grupo social –, mas com diferentes níveis de permanência na Resex, vale notar que a

sazonalidade e a migração são traços da cultura ribeirinha e não significam o abandono da cultura tradicional. Deslocamentos são muito freqüentes nessa população, ora em busca de atendimento de saúde nas cidades próximas, ora para as frentes de trabalho nas cidades vizinhas, fazendas, garimpos etc.

Muitas famílias que moram na reserva têm parentes na cidade de Altamira. Além disso, é em Altamira que ocorrem à maior parte das relações de comércio e acesso aos serviços sociais básicos, sendo que os moradores ficam hospedados em casas de parentes ou de ex-moradores do Iriri.

Utilizando-se os piques de castanhas, identificou-se que os limites das áreas individuais ficam de cinco a oito quilômetros (de fundo), e o comprimento da frente é mais impreciso, normalmente tem como referência igarapés ou grotas (ROCHA et al, 2005).

No entanto, existem várias contradições nesses limites, pois as referências de distância das famílias mudam muito. Algumas famílias do Rio Iriri utilizam antigas referências introduzidas pelo padre Ângelo Pansa, que na década de 1980 emitia documentos com a indicação de posse de áreas de cinco quilômetros de frente e dez quilômetros de fundos para cada família, para que servisse de subsídio para futura regularização fundiária, o que foi freqüente em localidades do Xingu e Iriri.

No período de coleta dos produtos em áreas mais distantes de suas moradas, todos os membros das famílias deslocam-se para essas áreas, nas quais permanecem por longos períodos, em torno de trinta a quarenta e cinco dias, e geralmente vão em grupos de duas ou três famílias para facilitar a instalação e segurança.

As atividades de coleta não concorrem nos períodos em que a roça exige mais mão-de-obra. Algumas atividades se associam, por meio da divisão do trabalho, desde o preparo da área até a colheita, e/ou da coleta extrativa ao beneficiamento dos produtos. Isso graças ao fato de toda a família se mobilizar para as diferentes atividades. Desde as crianças até os mais velhos, cada um colabora de acordo com suas possibilidades. Este tema será mais aprofundado no item “Divisão do Trabalho”.

2.5.3. Formas de organização

A estrutura de organização que predomina na Resex do Rio Iriri é a família. As relações sociais de parentesco são as mais evidentes, com o estabelecimento de intensa rede de casamentos entre famílias da localidade. É comum a presença de filhos de criação, devido à prática de adoção, ou de enteados. Identifica-se também, pequenas redes de vizinhança. Atualmente, descendentes dos pioneiros e que ainda residem no Iriri tem maior rede de relações de parentesco no local.

É na família e a partir dela que se mostram as marcas do trabalho cotidiano, que se constroem e se socializam diversos conhecimentos, hábitos e formas de se relacionar com outras pessoas para além da família.

Foram identificadas apenas duas situações em que a organização extrapola o nível da família e acaba envolvendo um maior número de moradores. Uma delas é quando há algum problema grave de saúde na reserva. A outra situação em que os moradores costumam se organizar é para a realização de festas.

Como já foi dito, a migração é um traço destas populações e uma das características de algumas famílias da Resex do Rio Iriri. Em situações de dificuldades financeiras, por exemplo, as quais ocorrem geralmente no período do verão, terminada a venda da safra da castanha, algumas famílias procuram a cidade em busca de oportunidades de geração de renda. Outras buscam os garimpos, fazendas, entre outras formas de ocupação para remuneração. Outra forma de migração comum entre as famílias é a busca por uma maior proximidade a serviços básicos e acesso a políticas públicas, sobretudo a educação formal e o atendimento em saúde.

A geografia do rio parece influenciar na escolha de se manter no lugar ou buscar oportunidades de geração de renda em outros locais para além dos limites da Resex. Algumas moradas ficam fora do canal por onde passam as embarcações. No verão esta situação se agrava ainda mais, fazendo com que algumas famílias fiquem o verão inteiro sem ter acesso aos produtos trazidos pelos regatões. Nessa situação, muitas famílias encontram na migração para outras regiões ou no trabalho eventual (garimpo, fazenda) a segurança econômica e alimentar da família.

2.5.3.1. Divisão do trabalho

Conforme será tratado no item “Caracterização econômica”, as principais atividades de geração de renda das famílias da reserva são: pesca, coleta da castanha e processamento da farinha de mandioca. A maior parte destas atividades é predominantemente masculina.

Com relação às crianças, essas começam a ajudar nos trabalhos de manutenção da casa desde pequenas. Aproximadamente a partir dos dez anos, na maior parte dos casos, ocorre a separação dos trabalhos por gênero: as meninas auxiliam a mãe e os meninos o pai, com raras exceções. Também é comum ver as meninas mais velhas, geralmente a partir dos onze anos, cuidando dos irmãos e irmãs mais novos.

A complementaridade de ações tanto do pai, quanto da mãe e dos filhos e filhas alimenta o cotidiano das famílias. Assim, o trabalho de menores, apesar de necessário, não tem caráter de exploração, é uma fonte de aprendizado e de estabelecimento de laços familiares. Esta fase de aprendizagem do trabalho é fundamental no processo de formação dos ribeirinhos, tanto pelo seu aspecto de aquisição de valores, como também pela construção do saber-fazer essencial à sua subsistência e de sua família.

Eventualmente se estabelecem teias de relacionamento que vão além da família. Em momentos de dificuldades financeiras é comum um morador recorrer a outro para incrementar sua produção. Quando o extrativista não obtém a renda satisfatória com sua própria produção, ele solicita, por exemplo, quebrar castanha também em outro castanhal, geralmente de um parente ou compadre, ficando com as castanhas que conseguir quebrar.

Além da organização da família em torno do trabalho, faz-se fundamental a organização dos moradores, principalmente vizinhos, para a execução de algumas atividades, como a construção de barracões, a coleta e escoamento de castanhas e o processamento da farinha de mandioca. Para passar dias na mata coletando castanha, por exemplo, a maioria dos homens vai com alguns companheiros e, por vezes, com familiares para as expedições. Esta forma de organização, em um contexto no qual há uma escassez de recursos assistenciais, faz da associação da força de trabalho dos moradores um recurso essencial, fortalecendo a unidade dos mesmos.

2.5.4. Atividades culturais

As atividades culturais aqui apresentadas foram levantadas durante o diagnóstico socioeconômico do ICMBio (2008).

Os festejos são comuns e bem parecidos uns com os outros na Resex do Rio Iriri. Geralmente quem cede a casa é também quem fornece a comida, e juntos preparam a refeição.

Há casos em que determinada família realiza festa para pagar promessa para um santo. Se a festa é bem sucedida no primeiro ano, ela se repete nos anos seguintes. Se o principal organizador da festa morre, se muda ou deixa de realizá-la, a tendência é ela não acontecer mais (não existe a tradição dos vizinhos ou amigos continuarem). Alguns moradores costumam ir um dia antes para a festa, mas muitos chegam no dia da reza. A festa começa de dia com jogo de futebol e prossegue até a noite, com reza antes do jantar, comidas típicas, bebidas alcoólicas e dança (geralmente o forró, o brega e a lambada) até o dia amanhecer. Os visitantes vão embora no dia seguinte.

Além de festejos que acontecem dentro da área da reserva, os moradores do Iriri costumam freqüentar também aquelas que acontecem nas terras indígenas próximas e também no Riozinho do Anfrísio.

Dentre os festejos destacam-se a Festa de São Sebastião, em janeiro, na Terra Indígena Kuruaya, a Festa de São Francisco no Rio Novo, em outubro, e a festa em homenagem à Nossa Senhora das Dores, em novembro, no São Sebastião dentro da TI Cachoeira Seca.

Existe também um torneio de futebol tradicional, que reúne a população do Iriri e entorno. Chama-se Torneio de Futebol do Rio Bonito e acontece durante o mês de outubro no Rio Novo, antes da festa de São Francisco. Participam vários times, dentre os quais: Rio Bonito (do Rio Novo), Chico Belo (do Iriri), Manoel Barata (do São Sebastião), Negro (de Uruará) e Realmatismo (de Maribel). As mulheres só participam da torcida e nos preparos da festa que sucederá o torneio.

2.5.5. Infraestrutura

2.5.5.1. As moradias

A Resex do Rio Iriri apresenta técnicas construtivas tradicionais (Figura 2.17), com forte presença de elementos característicos locais, retirados diretamente da mata e beneficiados pelos próprios moradores, como a madeira nativa, o barro, o cipó, a palha babaçu para fechamento da cobertura e vedações.

Figura 2.17. Moradia tradicional na comunidade (ICMBio, 2008).

Pode-se observar a presença de técnicas e procedimentos construtivos rudimentares, que se transmitem por gerações, através da passagem de conhecimentos de pai para filho.

Porém, já se pode notar certa influência de materiais industrializados e a presença de procedimentos construtivos trazidos de fora. Certas moradias apresentam, por exemplo, fechamento da cobertura em telha de fibrocimento. Este material não é adequado ao clima local, por esquentar muito o interior da casa ao absorver demais o calor do Sol, tornando o

ambiente desconfortável à permanência. Algumas casas, com telhado de fibrocimento, apresentam a cozinha ou uma extensão da casa com cobertura de palha, para a permanência dos moradores ao longo do dia. Ademais, tais telhas descaracterizam a arquitetura tradicional local, por ser um material externo, industrializado e com baixos índices de sustentabilidade.

A moradia tradicional, por outro lado, possui características que permitem uma melhor ventilação e um melhor equilíbrio térmico. No Iriri é recorrente a presença de fechamento lateral em palha ou madeira e, em menor escala, o barro. Esses três materiais e a cobertura de palha de babaçu favorecem uma melhor qualidade de habitação, além de constituírem elementos básicos da arquitetura tradicional da região. Contudo, alguns moradores têm manifestado o interesse em substituir esse tipo tradicional de cobertura por outra mais durável, pois as palhas necessitam ser trocadas em média a cada quatro anos. Além disso, segundo os moradores, as coberturas de palha não impedem totalmente a entrada e a proliferação de pequenos bichos ou insetos no interior das casas.

Diante disso, os materiais que por ventura venham a substituir a cobertura tradicional de palha devem preservar a boa qualidade da habitação, devendo ser evitado, dessa forma, materiais como telhas de fibrocimento ou amianto. Outra mudança que alguns moradores apontam para a melhoria das casas é a utilização de cimento para fazer o piso.

A forma tradicional de construção de moradia é constituída por uma série de etapas em que, na maioria das vezes, o executor é o próprio chefe de família ajudado por vizinhos e familiares, principalmente na etapa de fechamento da cobertura. Essas técnicas estão citadas no Anexo B.

As principais madeiras utilizadas, tal como nomeadas pela população local, são: ameiju, jarana, louro, lacre, maçaranduba, maçarandubinha, preciosa, aquaricoara e amargosa, dentre outras. Para amarras das estruturas das moradias usam cipós ambé, timbó e titica.

Com relação às peças usadas no cotidiano doméstico, relatam-se a fabricação de esteiras, cestos, paneiros, balaio, jamanxins (cestos longos, de traçado hexagonal com alças que se prendem às costas), peneiras, cabos em geral, flecha e arco, remos, canoas, dentre

outros. Na fabricação desses artefatos usa-se madeira extraída da mata próxima as residências e de palhas novas de diversas espécies que são comumente encontradas por toda a área da Resex.

As localidades com maior densidade populacional caracterizam-se por contarem com mais de duas casas, com a casa de farinha e algum barracão de pequeno porte, geralmente aberto nas laterais. Internamente, as moradias contam com jirau para labores de cozinha e fogão a lenha, e sua planta arquitetônica é dividida em sala, cozinha e quartos. A maioria da população repousa à noite em redes encobertas por um mosquiteiro, a fim de evitar contato direto com insetos transmissores de doenças tropicais, como malária por exemplo. A maioria das habitações não conta com instalações sanitárias ou rede de esgotos.

A água usada na culinária e para beber é armazenada em recipientes diversos, como latas, plásticos, filtros de barros e potes. À água de beber é comumente tratada com hipoclorito de sódio e em alguns locais filtradas em pano.

Quanto ao lixo produzido, este é queimado ou enterrado, sendo que alguns resíduos são descartados nos quintais. Embalagens em materiais resistentes como vidro, plástico ou lata são aproveitadas e usadas no armazenamento de alimentos ou miudezas.

2.5.5.2. Infraestrutura comunitária

A Resex do Rio Iriri possui uma clara disparidade de infra-estrutura entre fazendas, comerciantes e casas tradicionais. As fazendas possuem normalmente uma infra-estrutura grande, com geradores, rádios, televisões, pistas de pouso e transportes fluviais.

Os comerciantes se destacam por, geralmente, possuírem barcos, rádios, geradores e televisão em suas moradias.

Em Canaã, um povoado de quarenta a cinqüenta casas que fica a cinqüenta quilômetros do porto da Maribel, situa-se o meio de comunicação – telefone público – mais próximo para os moradores do Baixo Iriri.

Abaixo se encontram alguns itens de infra-estrutura levantados e suas localizações ao longo do rio:

- Associação comunitária – possui um barracão construído na localidade Ressaca da Califórnia.

- Escola – Há quatro escolas na Resex do Rio Iriri com somente um professor cada, quais sejam: EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) no São Francisco, criada em 2008; EMEF São Lucas, criada em 2009; EMEF Ludmila Nascimento, criada em 2008; e EMEF Furo do Favo, criada no início de 2010. Atualmente atendem 105 alunos.

- Locais que podem ser usados para pouso de helicóptero estão presentes nas localidades Ressaca da Califórnia, Rio Novo, Praia do Frizan, Fazenda Juvilândia, Fazenda Jatobá e Fazenda Bacuri. Há ainda outros em São Francisco e São Sebastião, localizadas na área indígena.

- Pistas de pouso de aviões estão presentes na Localidade Praia do Frizan, Fazenda Juvilândia, Entre Rios (antiga base da Insextil) e na Fazenda Bacurí.

- Geradores de energia – estão presentes nas localidades Rio Novo, Boa Esperança, Ilha do Coco, São Francisco, Novo Paraíso, São Sebastião (TI Cachoeira Seca), Ilha do Papagaio, São Francisco (TI Cachoeira Seca), Jesus é Bem Vindo, Manelito, Fazendas Jatobá e Bacuri.

- Televisões e antenas parabólicas são encontradas no Rio Novo, Roberto, Ilha do Coco, São Sebastião, Novo Paraíso, São Francisco (Jair), Boa Esperança, Ilha do Papagaio, São Francisco, Manelito e Fazenda Bacuri.

- Rádios amadores – estão presentes no Rio Novo, Ilha do Coco, Ressaca da Califórnia, Ilha dos Perdidos, Roberto, Ilha do Amor, São Sebastião e Fazenda Bacuri.

- Barco comunitário – a comunidade possui um barco doado e tem dificuldades de uso organizado do mesmo.

- Campo de futebol no Rio Novo, na Ressaca da Califórnia e também em São Sebastião.

- Casas de farinha, comuns em praticamente todas as localidades.

- Cemitérios são encontrados em: Pedra do Ó (TI), Terra Preta (TI), Morrinho (Juvilândia), Curral de Pedra no Rio Novo (TI), Pati e Fava. Famílias do Iriri também costumam ter parentes enterrados no cemitério do São Francisco (Terra Indígena Cachoeira Seca) e na Praia do Frizan (Resex Riozinho do Anfrísio).

- Microscópio – encontra-se na localidade Jesus é Bem Vindo para testes de malária.

- Locais para reuniões – As reuniões costumam acontecer nas casas de moradores, no Rio Novo e no barracão na Ressaca da Califórnia.

2.5.6. Políticas Públicas

2.5.6.1. Políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Alguns tipos de Unidades de Conservação de uso sustentável acessam algumas políticas e programas do MDA e isto permite melhoria na qualidade de vida das populações e favorece o uso sustentável dos recursos naturais, principalmente nas reservas extrativistas.

O modelo da reserva, onde o foco é o modo de vida e a conservação dos recursos naturais, inova no aspecto de distribuição da terra, mantendo a terra sob domínio da União, porém com uso garantido pelas populações residentes e a gestão compartilhada da área, através do conselho deliberativo e assim favorece maior controle e transparência no acesso a essas políticas e programas.

Após a criação da Resex do Rio Iriri começaram-se articulações interinstitucionais, a fim de que houvesse reconhecimento da Resex por parte do INCRA, o que ocorreu pela portaria nº17 de 01/07/2009, possibilitando a entrada dos ribeirinhos na relação de beneficiários. Isso possibilitou a emissão da declaração de aptidão ao PRONAF (DAP) e assim, acesso as principais políticas pretendidas para a Resex do Rio Iriri.

O primeiro passo deverão ser as políticas operadas pela CONAB (Companhia Nacional do Abastecimento), quais sejam: PGPM (Politica Geral dos Preços Mínimos) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Devido a pouca organização da associação comunitária, o acesso aos programas da CONAB permitirá, não só a garantia de um preço justo, mas também a ampliação dos conhecimentos dos ribeirinhos e percepção da necessidade organizativa e diferenciação entre pessoa física e entidade jurídica, conceitos ainda distante do universo extrativista da região do Xingu.

No caso da PGPM, que garante subsídios a produtos da sócio-biodiversidade, os produtos que contêm o preço mais atrativo para as comunidades é a seringa, que atualmente está garantida pela lei em R$ 3,50 (três reais e cinqüenta centavos) e a castanha que em determinadas épocas – entre março e maio – pode cair a um preço menor do que o garantido que é de R$ 54,49 (cinqüenta e quatro reais e quarenta e nove centavos) o hectolitro que perfaz aproximadamente duas caixas e meia de castanhas. Na Resex cada caixa tem 23 (vinte e três) quilos.

Com o PAA, acredita-se que o gargalo gerado pela dificuldade de escoamento da produção devido ao acesso, que encarece os produtos dos extrativistas da Resex, será minimizado pela possibilidade de doação dos alimentos às escolas do interior da Resex e à Uruará, com a declaração de recibo emitida pela SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) e, fará com que os preços operados por este programa seja bem atrativo para realidade da reserva, acessando assim a modalidade de doação simultânea. As outras duas modalidade do PAA são atrativas, mas requerem maior organização comunitária e gestão dos recursos individuais.

Destaca-se que foram ministrados cursos pela CONAB e este assunto foi compartilhado nas reuniões do conselho. Já existe a formação de um grupo de trabalho para facilitar a escrita de projetos e operação com o PAA, porém a documentação exigida, como a DAP, por exemplo, dificultava o acesso a este programa. Acredita-se que a partir de 2010, com o reconhecimento da Resex e atualização da documentação da AMORERI, haja acesso destas populações ao PAA.

Por fim, o acesso ao PRONAF e aos créditos. Com apoio inicial atualmente em torno de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), garante segurança alimentar e compra de pequenos utensílios, enquanto que o crédito habitação auxilia na reforma e melhoria das condições de moradia dos ribeirinhos (sem prejuízo da arquitetura local e modo de vida). Operando esses recursos os ribeirinhos poderão melhorar sua qualidade de vida e bem estar. A liberação e o acompanhamento desses créditos devem passar pelo conselho deliberativo da Resex com anuência do chefe da unidade, a fim de que haja bom uso dos recursos e distribuição do benefício, com respeito às leis ambientais e arquitetura tradicional.

2.5.6.2. Educação

A educação pública escolar no Brasil, de uma maneira geral, enfrenta problemas que, infelizmente, não refletem somente situações específicas e isoladas, atingindo o sistema educativo como um todo e os atores sociais envolvidos.

No que diz respeito à educação no campo, que tem um histórico de décadas de luta, tanto no que diz respeito à reivindicação do acesso à escolarização como também de sua qualidade, Arroyo nos recorda que “sempre foi tensa a relação do homem com a terra, as relações sociais no campo foram e são tensas. [...] O movimento social do campo mostra como [a educação] incomoda pelo que traz de avançado, de dinâmico” (1998, p. 23-24).

É nesse contexto, portanto, que se tem dado a construção do acesso ao direito à educação das populações do campo: através da luta pela implementação de políticas públicas educacionais e pela garantia de que essa educação seja construída a partir das “matrizes culturais” que foram edificadas em séculos de convivência com a terra dos homens e mulheres que junto dela têm vivido.

Na Resex do Rio Iriri essa realidade não é diferente. As duas escolas que atendem algumas famílias da Resex foram instaladas em 2008 (Ressaca da Califórnia e Ilha do Coco) e são parte de um total de cinco escolas necessárias para atender a quase totalidade de famílias da Resex.

As professoras e as famílias demandam pela continuidade da construção das escolas existentes – fechamento lateral de tábuas (com até aproximadamente 1,5 metros de altura) e de tela protetora (contra insetos), iluminação para as aulas noturnas, melhoria na qualidade da merenda dos estudantes – acesso a Programa de Merenda Regionalizada – e transporte escolar.

Outra demanda apontada pelos moradores da Resex foi à educação de jovens e adultos, a fim de garantir o acesso à leitura e escrita daqueles que tiveram seus direitos negados historicamente. Isto porque, além de haver demandas por este tipo de ensino, por meio da educação de jovens e adultos pode-se melhorar a relação que as famílias têm com o cotidiano da escola, e, conseqüentemente, participar das decisões que afetam a escolarização e a educação das suas crianças e jovens, como também das demais decisões que historicamente lhe foram negadas.

Porém, esta alfabetização não pode ter como ponto de partida uma concepção de analfabeto como sinônimo de incapaz, de pouca inteligência, fruto da preguiça. Segundo Freire:

> Este modo de tratar os adultos analfabetos implícita uma deformada maneira de vê-los – como se eles fossem totalmente diferentes dos demais. Não se lhes reconhece a experiência existencial bem como o acúmulo de conhecimentos que esta experiência lhes deu e continua dando (1978, p.14).

E é Freire mais a frente que traz mais elementos de uma educação de jovens e adultos desde um ponto de vista crítico.

> Mais que escrever e ler que a ‘asa é da ave’, os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de ‘escrever’ a sua vida, o de ‘ler’ a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos (1978, p.16).

Esta concepção de educação, na qual os conhecimentos de leitura e escrita do mundo são construídos com base na experiência de vida dos educandos, no diálogo destes

com o educador, assume pra si uma tarefa que marca os trabalhos educativos de caráter crítico. Segundo Brandão:

> É tarefa desse tipo de trabalho cultural gerar transformações de consciência, de expressão simbólica e ideológica, de qualidade de mobilização e de organicidade da prática política entre sujeitos, pequenos grupos, comunidades e outros setores e espaços populares (2002, p.60).

Aproveitar o conselho deliberativo, instrumento legal adotado pelo SNUC, para contribuir com ações que envolvam jovens e adultos com caráter mobilizador e emancipador é fundamental para ampliar a força deste instrumento de gestão, que devido ao caráter multidisciplinar e com participação de diversos atores da sociedade civil, deve-se ter a participação efetiva dos moradores.

Por tudo até aqui apresentado, encontrando-se com a recomendação de "proteger os meios de vida e a cultura dessas populações", conforme Art. 18 do SNUC, acredita-se que a construção dos conhecimentos – desde as ações da Secretaria Municipal de Educação até as ações cotidianas de sala de aula – deve se dar a partir do rico cotidiano de saberes das comunidades, de todas os conhecimentos agregados que estão presentes no seu dia-a-dia, como o cultivo da roça, o extrativismo, a confecção de diversos utensílios, em diálogo com os conhecimentos sistematizados.

Há muitas histórias, geografias, artes, matemáticas, um conhecimento construído pela ancestralidade cotidiana dessas famílias que vivem nestas comunidades ribeirinhas. E os processos de formação de professores, por exemplo, que não dialogarem com esses conhecimentos, que partirem de conhecimentos externos à vivência cotidiana destes lugares, terminará por reproduzir nestes professores, e depois estes professores em seus alunos, a importância que tem os conhecimentos dos livros e da academia, da cultura da cidade, em detrimento do diálogo com os conhecimentos da floresta.

Os âmbitos da família e do trabalho têm de ser levados em conta quando se analisa a questão da educação de uma comunidade. Pode-se considerá-los como espaços de convivência em que o conhecimento é construído no saber-fazer do cotidiano. Ambos os espaços se entrelaçam na manutenção das condições de moradia, higiene, alimentação e geração de renda, para a qual a relação entre pai/mãe e filhos é fundamental, este aspecto é crucial para o desenvolvimento do projeto político pedagógico na Resex.

A construção do saber no fazer é, via de regra, passada do mais experiente para o menos experiente e na maior parte dos casos, de pai/mãe para filhos. É um contexto em que o conhecimento faz sentido para quem o aprende, não aparece desconectado da vida dessas pessoas.

Neste sentido, Arroyo (1998) argumenta que os currículos das escolas básicas do campo não podem reproduzir o conjunto de saberes da escola da cidade. E aprofunda a discussão:

> Um projeto de educação básica do campo tem de incorporar uma visão mais rica do conhecimento e da cultura, uma visão mais digna do campo, o que será possível se situarmos a educação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura como direitos e as crianças e jovens, os homens e mulheres do campo como sujeitos desses direitos (1998, p.26).

Como cita a Declaração "Por uma Educação do Campo" famílias, como as da RESEX do Rio Iriri:

> [...] têm uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar, distinta do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação (KOLLING et al, 2002, p.11).

Faz-se essencial exercitar o ouvir e o falar com as famílias da Resex, as quais vêm, historicamente – às vezes por caminhos tortuosos e contraditórios, mas não incoerentes – cultivando uma educação e toda uma visão de mundo a partir de suas histórias de vida em diálogo com outras formas de perceber o mundo a partir de seus conhecimentos semeados na convivência familiar e comunitária. E esse exercício de ouvir e falar se efetivará na convivência, na troca de saberes, construindo caminhos de melhorias no encontro das diferentes maneiras de perceber o mundo.

Assim sendo, ao se pensar na implementação de políticas públicas para a educação, como também para outros direitos, na Resex do Rio Iriri, não podemos fugir da responsabilidade de assumir o desafio que nos faz Arroyo (1998):

> A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. E a escola, que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na

> produção e na sociedade. A escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura e a formação que acontece fora da escola (p.22).

Acredita-se que é neste processo de conquista de direitos, associado a um processo de promoção sócio-econômica, tendo como valor essencial o respeito aos saberes das famílias da Resex do Rio Iriri, que o objetivo de "proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais", disposto no Artigo 4º do SNUC, será alcançado.

2.5.6.3. Saúde

a) Estado geral de saúde das famílias

Na Resex do Rio Iriri, os homens têm uma atividade corporal mais intensa, caracterizada pelo cultivo da roça e do extrativismo. A atividade de extrativismo que parece exigir um maior esforço corporal é a coleta de castanhas que se dá entre os meses de novembro a abril. Além das grandes distâncias percorridas para se chegar aos castanhais, é necessário realizar a coleta dos ouriços, a quebra destes e depois, talvez a mais desgastante de todas as ações, o transporte das castanhas nos paneiros. Há relatos de moradores que chegam a carregar em seus paneiros um peso superior a cem quilos, às vezes por distâncias de mais de uma hora de caminhada nos varadouros. Isso parece conferir, por um lado, a estes moradores uma boa capacidade cárdio-respiratória e uma musculatura bem desenvolvida, proporcionando um relativo bem-estar. Por outro lado, os relatos de dores nas costas, certamente se relacionam a esta atividade.

Entre as mulheres a atividade mais comum é o cuidado com a manutenção da casa e o cultivo da roça. As atividades de extrativismo, apesar de serem mais raras entre as mulheres, também aparecem como uma atividade exercida por elas.

No que diz respeito à atividade corporal de crianças, elas, na maior parte dos casos observados, têm uma rica habilidade motora, construída no cotidiano tanto de aprendizado dos trabalhos domésticos, de agricultura e de extrativismo, como de relações com um ambiente diversificado de formas e de possibilidades de movimentos.

Esse conjunto de ações construídas e mantidas no cotidiano das famílias, associado a um cardápio variado de alimentos e livre de produtos químicos industrializados parece trazer benefícios à saúde dos moradores da Resex.

É importante ressaltar que há casos de famílias que enfrentam problemas de manutenção das atividades de produção de alimentos e de geração de renda, ocasionando problemas no atendimento das demandas nutricionais diárias.

b) Principais casos de doenças

Os problemas de saúde mais relatados nos levantamentos são: parasitoses, malárias, dermatoses, gripe, viroses, diarréia, inflamações das picadas de insetos, leishmaniose tegumentar (ferida brava), dores lombares, enxaqueca, hepatite B e C, febre reumática, gastrite, infecção urinária e problemas odontológicos.

Na maioria das vezes quando os ribeirinhos estão com leishmaniose tegumentar e malária, procuram a cura nos postos indígenas e na cidade. Para outras doenças, freqüentemente recorrem aos remédios caseiros, cujas receitas são conhecidas por algumas pessoas da região.

A saúde bucal na região é bastante precária. A maior parte dos adultos perderam dentes, sendo que poucos possuem próteses dentárias. Apesar dos relatos de dor de dente, foi observada a prática de escovar os dentes em algumas famílias após as refeições e em outras famílias no começo do dia. Outro fato que chama atenção na Resex é algumas pessoas terem implantes de ouro nos dentes.

Tudo o que se relaciona com o tratamento de saúde é muito oneroso e as ações de prevenção à saúde são escassas, praticamente a cargo da agente comunitária de saúde, que geralmente fica limitada a sua região devido à falta de recursos e distância entre as comunidades.

c) Estrutura de Atendimento em Saúde

Ao longo de toda a extensão da Resex do Rio Iriri não há nenhum posto de saúde. Em casos de doenças, são utilizados como apoio os postos de saúde das Terras Indígenas do Cachoeira Seca, Xipaya e Curuaia. Os responsáveis pelos postos de saúde são receptivos e prestam os atendimentos necessários, porém, no caso de necessidade de remoção emergencial dos pacientes, não podem ajudar muito. Também há relato de restrição de medicamentos para ribeirinhos nesses postos. Atualmente, diversos pacientes não têm mais procurado os postos das TI, pois afirmam que têm sido questionados pelos atendentes da inexistência de Posto de Saúde na Resex.

Há uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) moradora da localidade Jesus é Bem Vindo que atende os moradores do Médio Rio Iriri até o Alto Iriri (do Furo do Fava até Triunfo). As localidades do Baixo Rio Iriri estão há muito tempo desatendidas, havendo a necessidade de contratação de mais um ACS. Este pedido sempre tem surgido em reuniões e conversas com moradores e demais instituições.

O governo federal provê a remuneração mensal de um salário mínimo para cada ACS. A Secretaria de Saúde de Altamira viabiliza uma ajuda de custo de R$ 50,00 (cinqüenta reais), o pagamento de encargos sociais (INSS, salário família etc.) e o combustível para os deslocamentos da agente. A comunidade dá uma contrapartida na disponibilização de meios de transporte e comunicação utilizados pela agente para a efetivação do trabalho. A coordenação do Programa fica em Altamira.

Segundo a agente, o trabalho consiste basicamente em fazer um cadastro específico dos moradores – com dados como nome, idade, estrutura sanitária, criação de animais, doenças da família – e dar orientações nas casas sobre temas de saúde diversos: tratamento de água, lixo, fumo etc.

A entrega de medicamentos ocorre apenas nos casos diagnosticados por ela na localidade e levados para parecer de um médico em Altamira, que irá providenciar a receita. Há um microscopista que também reside na localidade Jesus é Bem Vindo, onde realiza exames de malária e prescrição de medicamentos para seu tratamento.

No caso de emergências, os pacientes são removidos para Altamira nos barcos dos regatões que passam pelo Rio Iriri ou rabetas emprestadas, demorando até quatro dias de viagem. Algumas vezes, dependendo da gravidade do caso e da época do ano, a remoção é feita de carro, pelo porto da Maribel, até Uruará ou Altamira, e a SEMUSA tem ajudado nesse deslocamento em alguns casos.

Dessa maneira, os problemas de saúde são, na grande maioria, diagnosticados e tratados com base no conhecimento tradicional da comunidade. Algumas pessoas são detentoras de um grande conhecimento sobre o uso de recursos naturais para fins terapêuticos - remédios caseiros, sendo procuradas por outros moradores em casos específicos. Ademais, esse conhecimento é amplamente difundido entre as famílias. São necessárias ações de valorização desses conhecimentos, a fim de que eles possam se reproduzir em meio às gerações de homens e mulheres ribeirinhas.

Segundo os moradores, os ensinamentos de curador vão passando de geração em geração, assim como as receitas de remédio caseiro, através do aprender fazendo proporcionado pela interação das crianças com seus pais. Porém os mais velhos observam que os jovens não se interessam muito mais pela arte de cura.

Diversos são os relatos dos benefícios advindos da prática dos curandeiros e benzedeiras, os quais, dadas as condições de distanciamento das cidades e portanto, de locais que contam com uma assistência médica, ressaltam o valor ancestral que têm o cuidado da saúde das pessoas.

e) Partos e parteiras

Apesar de alguns moradores acreditarem que a tradição de parteiras está diminuindo, a prática de “pegação”, de realizar partos, ainda é cultivada por algumas mulheres e, mais raramente, por alguns homens. Há aqui um saber que se constrói na convivência, um aprendizado que se dá no cotidiano.

Porém, faz-se presente na geração de meninas que hoje têm por volta de dezoito anos a preocupação com os exames pré-natal, o que acaba levando a mãe a ter o filho no

hospital da cidade. A procura pelo hospital também pode ter aumentado pela dificuldade de se tirar o registro da criança nascida em casa.

Faz-se fundamental que, por um lado, sejam realizadas ações de melhorias das condições de atendimento nestes locais, como também que sejam incorporadas políticas de valorização do saber tradicional de realizar partos. Para estas famílias que estão na beira do rio, afastadas dos serviços de saúde oferecidos pelo poder público, é importantíssimo que seus conhecimentos sejam valorizados, compartilhados e incorporados conhecimentos acadêmicos a estas ações. Portanto, faz-se necessário que se avance na construção de serviços públicos de atendimento desta realidade, nas quais estes conhecimentos tradicionais dialoguem com os conhecimentos médicos construídos nas formações acadêmicas.

f) Hábitos cotidianos e saúde pública

A discussão sobre higiene da população ribeirinha dessa área é delicada por envolver não apenas a ausência de saneamento básico, como também questões culturais. Muitos dos hábitos presentes no cotidiano de algumas famílias contribuem para a aquisição e disseminação de doenças, tais como refeições feitas na presença de animais de estimação; utensílios de cozinha e alimentos mal lavados e em contato com o chão; má higiene das mãos entre outros.

Em grande parte das localidades não há banheiros. Entretanto, muitas famílias determinam regiões específicas com trilhas de acesso, o que contribui para a segurança e a limpeza no entorno da residência. Em muitas casas há uma fossa negra, um buraco no chão com uma pequena casinha construída de palha de babaçu e/ou madeira, porém são pouco usadas.

O banho de todas as famílias visitadas é à beira do rio, em locais específicos chamados portos, geralmente dotados de uma “prancha” de tábuas. Cada família tem seu porto, utilizado para o banho pessoal, lavar roupas, louça e muitas vezes para limpar peixes e carne de caça. Em algumas casas as pessoas realizam todas essas atividades em um mesmo porto, enquanto outras famílias têm pranchas e portos específicos para cada atividade, geralmente separando as de alimentação com as de higiene corporal.

A água para beber ou lavar louças no jirau (estrutura suspensa e aberta onde são preparados alimentos e lavada a louça dentro da casa) é geralmente coletada longe dos portos.

O hipoclorito é distribuído gratuitamente pelos agentes de saúde. Desde o início da atuação do PACS esses agentes observaram um maior cuidado dos moradores com relação ao tratamento de água.

Em termos nutricionais, a base alimentar da maioria das famílias nas suas três principais refeições diárias é a farinha, acompanhada de alguma carne, como peixe, caça ou de animais de criação.

Em relação ao lixo inorgânico, alguns moradores demonstram criatividade na reutilização dos resíduos (aproveitamento de embalagens, confecção de brinquedos e artesanato etc.). Observou-se certos cuidados com esse tipo de lixo, de acordo com as indicações da agente comunitária de saúde (incinerar, enterrar ou jogar nas fossas), inclusive com lugar determinado para queima, porém ainda ocorre descarte no rio. Também é comum observar pilhas usadas jogadas pelo terreiro das casas. É função do agente de saúde, por onde passar, orientar as pessoas sobre os cuidados com as pilhas, recolhê-las e levá-las ao IBAMA quando for a Altamira.

Notou-se em algumas casas a reutilização de embalagens de produtos químicos para o armazenamento de produtos alimentícios, tanto aqueles consumidos pela família, quanto os processados para venda ou troca. As embalagens reutilizadas para este armazenamento geralmente são de tinta industrializada, mas também são utilizadas embalagens que armazenaram combustível, como latões azuis de plástico. As embalagens reutilizadas são, segundo os moradores, geralmente lavadas antes de sua utilização para armazenamento de alimentos.

Destaca-se que esta população produz menos lixo que as populações das cidades, pois elas reutilizam embalagens e possuem pouco acesso aos produtos industrializados. Por isso o modo de vida deste povo é muito menos dependente de plásticos, borrachas e demandam menor quantidade de energia para consumo familiar.

g) As equipes de saúde e atividades de profissionais de saúde na Resex

Em meados de 2006, houve uma mobilização de profissionais de saúde, organizado pelo ICMBio, com médico, enfermeiro, dentista e vacinação. Eles ficaram três dias na localidade Roberto para atender a Resex do Rio Iriri. Em junho de 2007, houve mais um comando de saúde, uma parceria do governo estadual, ICMBio, prefeitura de Altamira e Secretaria de Saúde de Altamira. Foram organizadas duas equipes: uma de agentes de endemias para realizar ações de combate à malária e outra multiprofissional para ações de atenção à saúde (atendimento médico, odontológico, imunização e exames de pele).

Recentemente, em abril de 2009, em uma ação em parceria de diversas instituições, dentre elas FVPP, ISA, IPAM, SEMUSA e ICMBio, foi mobilizada uma equipe da saúde para atuar no atendimento de enfermagem, odontologia e vacinação junto a população das Resex.

h) Vacinação

De acordo com uma amostra de moradores da Resex do Rio Iriri, aproximadamente 70% dos jovens com idade de zero a vinte anos estão com a carteirinha de vacinação em dia, conforme dados coletados no final de 2006 (Figura 2.18).

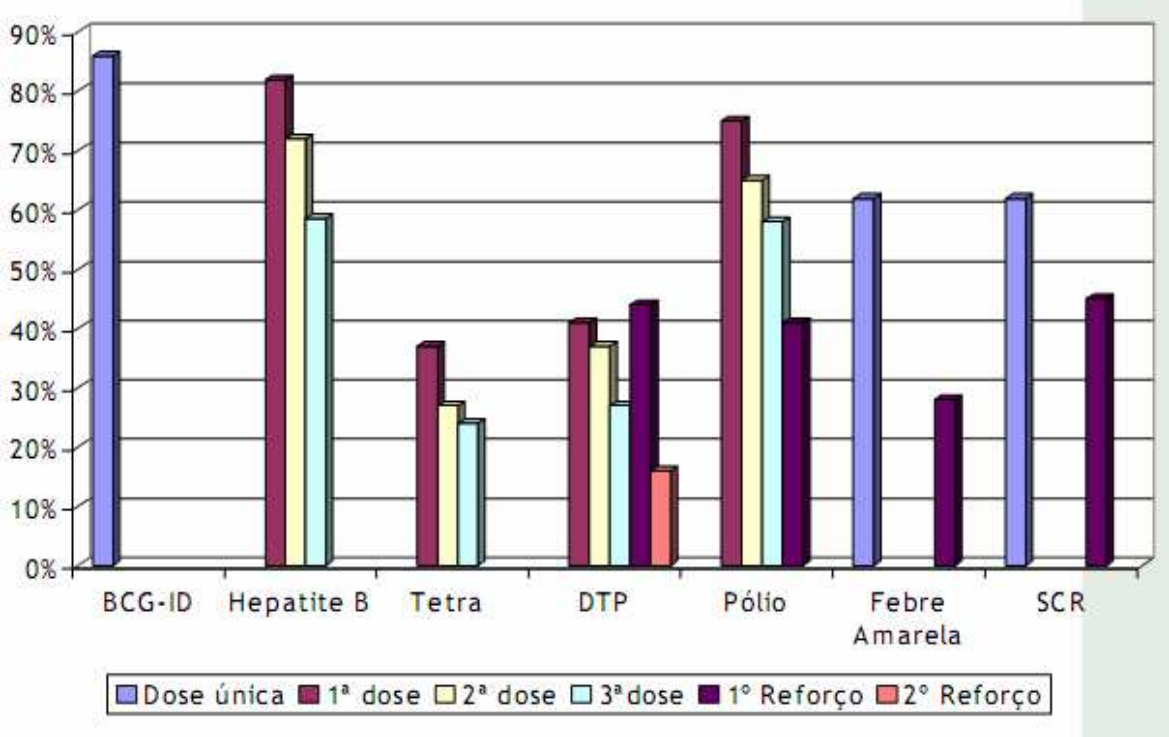

Figura 2.18. Cobertura das vacinas de moradores entre 0 e 20 anos (ICMBio, 2008).

Segundo a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Pará (SESPA), o atual Calendário de Vacinação da Criança é formado por oito vacinas que protegem contra doze doenças: as formas graves de tuberculose (BCG-ID); hepatite B; difteria, tétano e coqueluche (DTP); infecções causadas por Haemophilus influenza tipo b (HIB); poliomielite; febre amarela; sarampo, rubéola e caxumba (SCR) e a diarréia por Rotavírus. Observou-se que não há registro de vacinação contra o Rotavírus. No que diz respeito à vacinação dos adolescentes, quem não tiver comprovação de vacina anterior deverá iniciar o esquema e completá-lo caso estejam faltando doses.

Com relação aos adultos (maior de vinte anos), estes têm direito a três tipos de vacinas: contra difteria e tétano (DT), contra febre amarela e contra sarampo, caxumba e rubéola (SCR). Os idosos com sessenta anos de idade ou mais, além dessas, têm direito às vacinas contra gripe (Influenza) e pneumonia (Pneumococo). A Figura 2.19 mostra a cobertura das vacinas numa amostra de adultos e idosos da Resex do Rio Iriri:

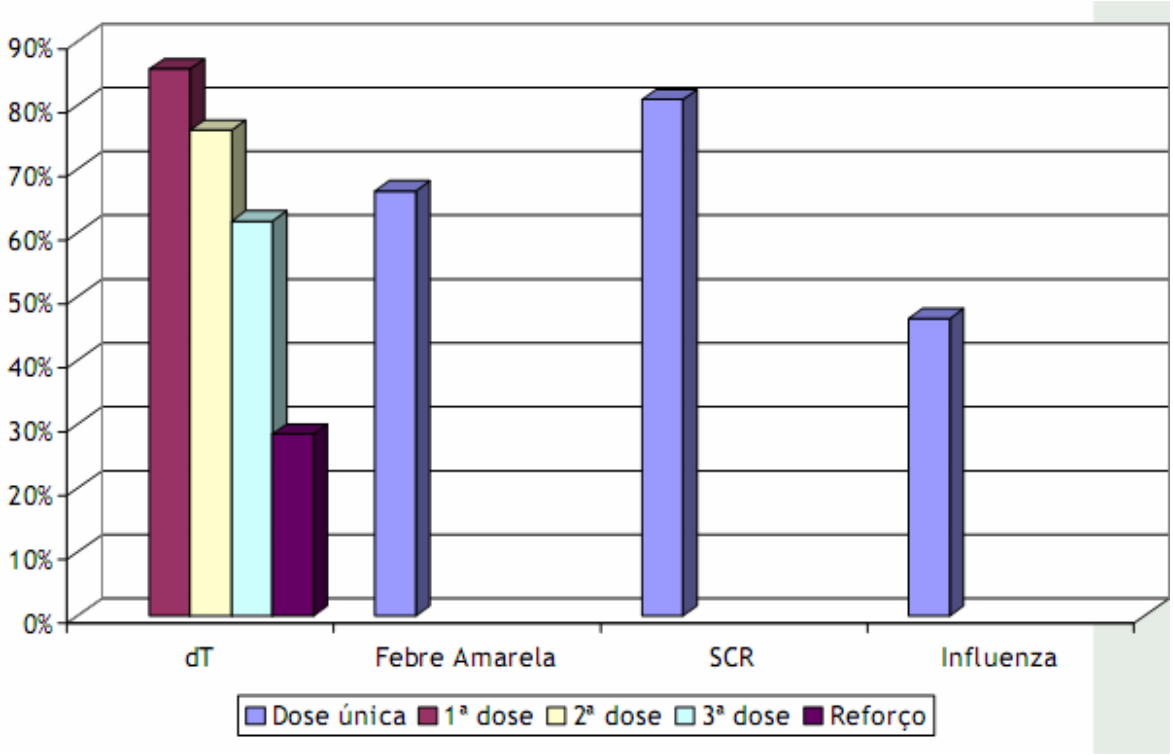

Figura 2.19. Cobertura das vacinas de adultos e idosos (ICMBio, 2008).

Observamos, também, que não há registro de vacinação contra pneumonia (Pneumococo) nos idosos. Porém encontramos alguns registros de polissacarídica 23-valente (Pn23), recomendada para crianças após completar cinco anos de idade, pertencentes aos grupos de alto risco para doenças pneumocócicas invasivas.

Em novembro de 2008, ocorreu a "Operação Gota" coordenada pela Secretaria Municipal de Altamira. Na ocasião foram ministradas 198 (cento e noventa e oito) doses de vacinas (cem pessoas) na Ressaca da Califórnia e 45 (quarenta e cinco) doses (cinqüenta pessoas) na Maribel.

i) Transporte

É possível pousar helicóptero em determinadas localidades na Resex, sendo essas: Rio Novo; Praia do Frizan (pista); Manelito; ressaca da Califórnia e nas fazendas Juvilândia, Jatobá e Bacuri. Nestas fazendas também existem pistas de pouso que, se limpas com regularidade, poderão ser usadas para pouso e decolagem de pequenas aeronaves.

A população do Rio Iriri raramente utiliza as estradas construídas ao longo do processo de exploração madeireira e de grilagem. A maioria delas, já cobertas pela vegetação, eram ramais entre explanadas madeireiras. As estradas construídas no Alto Riozinho do Anfrísio são distantes e de difícil acesso para a população do Iriri.

Quanto ao acesso fluvial, destacam-se os grandes entraves naturais (corredeiras) para chegar a Resex, principalmente no período de seca, ficando mais evidente a presença de pontos perigosos para a navegação. Dentre os pontos mais críticos para passagem de barcos e voadeiras destacam-se: Cachoeira Grande, Desvio, Concorda, Solidade, Seco do Sabino, Iriri Velho, Padreco, Cachoeira Seca, Julião, Sequeiro do Barro Vermelho, Sequeiro dos Patos e Sequeiro do São Francisco.

A associação da Resex conta com um barco, obtido por meio de doação. Contudo, a embarcação encontra-se afundada fora da Resex, no porto Maribel.

Os regatões servem, dentre outras finalidades, como estrutura de transporte de passageiros e cargas. Algumas famílias têm barco próprio ou arrendado para se deslocarem. Existem moradores, adultos, que nunca saíram da área de sua residência.

Também é importante frisar a importância da estrada da Maribel, também chamada de Transiriri, no transporte dessa população. No inverno, com o rio em boas condições de navegabilidade e a estrada majoritariamente intrafegável, costuma-se navegar da Resex até Altamira. Porém, durante o verão, quando as situações se invertem, navega-se até o Porto da Maribel, onde se faz o transbordo para um caminhão ou van. Assim chega-se à cidade de Uruará e a partir dessa, a Altamira. O custo desse translado Maribel-Altamira gira em torno de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) - arrendamento do caminhão - e R$1.000,00 (mil reais) – arrendamento da van.

j) Comunicação

O Sistema de Comunicação na comunidade vale-se de rádio amador (encontrados no Rio Novo, Ressaca da Califórnia na Ilha dos Perdidos, Roberto, Ilha do Amor e nas fazendas Juvilândia, Jatobá e Bacuri). É comum também o hábito de recepção, mediante rádio a pilha, das ondas da rádio Nacional de Brasília e Nacional da Amazônia.

Os regatões servem também como canais de comunicação, por onde se dá a intermediação de cartas, recados e produtos entre as famílias da reserva e outras localidades.

Para quem está fora da Resex, uma forma de contato é a central de rádio em Altamira através de alguns telefones fixos, sendo possível solicitar para entrar em contato com as famílias da Resex, pagando posteriormente uma taxa de R$ 5,00 (cinco reais) por minuto.

Pelas ondas radiofônicas, os moradores realizam contatos com parentes que residem em outros lugares. Porém, todo esse sistema de comunicação instalado na Resex ainda não foi aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o que implica reconhecer seu funcionamento como ilegal. Dessa forma, torna-se importante a instalação de outros meios de comunicação, como telefone público, celulares rurais, internet e até outros meios de comunicação mais sigilosos e privativos.

2.6. Atuação de instituições na Resex

Diferentes instituições atuam direta ou indiretamente na Terra do Meio e suas influências sobre a Resex do Rio Iriri variam muito. Há na região a atuação de instituições governamentais e não governamentais, assim como de empresas privadas.

As instituições atuantes na Resex são: ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar, o IPAM – Instituto de pesquisa da Amazônia, o ISA – Instituto Socioambiental, CPT – Comissão Pastoral da Terra, as Secretarias de Saúde e Educação do município de Altamira – SEMUSA e SEMEC, o MMA – Ministério do Meio Ambiente, a WWF-Brasil – World Wide Fund For Nature, a UFPA – Universidade Federal do Pará, o MPF – Ministério Público Federal, a Policia Federal entre outras.

Como citado acima, as principais instituições não governamentais atuantes na Terra do Meio formaram uma rede de apoio a essa região e trabalham atualmente de forma cooperativa. Essas ações integradas estão marcadas pelos três encontros para o

Planejamento das Resex da Terra do Meio (Seminário da rede Terra do Meio) realizados anualmente a partir de 2006 no município de Altamira. Nesses encontros foram realizados planejamentos conjuntos de ações das instituições parceiras e também com outras instituições que podem ou devem ajudar, tais como: Secretarias da Prefeitura, ICMBio, Exército, Ministério Público e UFPA.

Em uma visão geral, a união das diferentes instituições se tornou fundamental para o desenvolvimento da Resex, pois permitiu a realização de atividades complementares, focando em ações prioritárias e possíveis, o que fez com que as mesmas acontecessem em tempo hábil para a preservação das áreas ameaçadas e do modo de vida tradicional de seus moradores.

2.7. Caracterização econômica

2.7.1. Atividades produtivas

2.7.1.1. Uso dos recursos naturais – extrativismo

Há diversos produtos manejados na Resex do Rio Iriri, alguns deles para comercialização, outros para uso das famílias ribeirinhas (como na alimentação, na medicina tradicional, na construção das casas e canoas). Alguns produtos são ainda extraídos tendo em vista as duas finalidades (como a pesca, a coleta de mel e de óleos). Dentre as técnicas utilizadas para o manejo, muitas preservam os recursos locais facilitando a renovação dos mesmos.

Abaixo estão relacionados os principais produtos de extração da Resex do Rio Iriri:

Castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa***) –** Sua coleta ocorre de janeiro a abril, quando os ouriços estão no chão. A castanha é um dos produtos mais abundantes da região, e hoje é tida como principal fonte de renda, segundo grande parte das famílias entrevistadas. A coleta é realizada por pequenos grupos, sobretudo formado por familiares mais próximos. Os ouriços são coletados, geralmente, com um instrumento chamado “pé-

de-bode” e colocados no paneiro. Os ouriços são amontoados em locais próximos às castanheiras, onde são quebrados para a retirada das castanhas.

Alguns extrativistas planejam reunir os ouriços em uma jornada de trabalho e quebrá-los em outra. Esse intervalo não pode demorar muito mais do que uma semana em função do ataque de animais (como as cotias) e insetos (principalmente formigas). Não havendo esses ataques, os ouriços podem durar meses antes de estragarem. Após a quebra, as castanhas são despejadas em sacos e paneiros e levadas para a margem do rio ou para a casa, onde serão lavadas. Para o preenchimento de um saco são medidos quatro tambores de vinte litros (quantidade equivalente a duas caixas) cheios de castanha e esse volume é vendido para o regatão ou diretamente para compradores na cidade.

Os castanhais normalmente são herdados ou abertos em piques e quem fez as aberturas torna-se proprietário dos mesmos. Os piques são pequenos caminhos na floresta, que facilitam a locomoção e principalmente o transporte da castanha e de outros produtos que se encontram no entorno. Assim os piques de castanha se tornam as principais rotas para a coleta e também para a caça.

Cabe ainda observar que a maioria das famílias usa os mesmos castanhais há mais de uma geração. Notou-se um cuidado muito grande na limpeza dos piques antes da safra para facilitar a coleta. Para explorar castanhais longínquos, os extrativistas costumam passar entre cinco e trinta dias no mato dormindo em “barracos” ou casas – que constroem nas proximidades – e se alimentando principalmente de caça, pesca e frutos extraídos no local.

Ocorreram relatos sobre alguns castanhais terem safras fartas e pobres intercaladas e em outros a produção estar diminuindo bastante nos últimos vinte anos. O primeiro caso foi relacionado à presença de pragas esporádicas, como uma lagarta que come as folhas. No segundo caso, os motivos apontados pelos moradores foram: a derrubada de castanheiras em algumas regiões; a predominância de árvores mais antigas, que apresentam produtividade mais baixa nos castanhais; queimadas excessivas na região; e o aumento do calor, o qual os moradores afirmam “queimar” as folhas das castanheiras, resultando numa baixa produção. A grande maioria da população não relaciona a

diminuição da produtividade dos castanhais com a coleta excessiva ou falta de cuidado no manejo, em momento algum.

Os piques de castanhas são encontrados em todas as áreas individuais, no entanto, existem áreas de uso comum.

O período de maior requerimento de mão-de-obra é o das chuvas, de janeiro a abril, quando acontece a coleta da castanha. Os piques dos castanhais são geralmente limpos no início de dezembro para facilitar os deslocamentos e a coleta dos frutos. Contudo, as grandes distâncias, a reduzida mão-de-obra, a densidade de castanhais e a falta de munição para os percursos na floresta são as principais dificuldades para realizar a limpeza dos piques.

Breu – O breu (resina vegetal) é normalmente utilizado para calafetar canoas e também como combustível para lamparinas. É coletado ao longo do ano, normalmente em paralelo às caminhadas à procura de caça ou extração de algum outro produto da floresta. Os breus mais utilizados são de almíscar ou amescla, e jatobá. Não há época específica para a coleta do mesmo, não existindo uma quantidade fixa coletada por ano e nem piques específicos para o mesmo.

Babaçu (*Orbignya phalerata*) – A palha de babaçu é material predominante na construção de casas, servindo para coberturas e paredes. Também é utilizada na construção de barracões de reuniões e galinheiros. Por fim, é matéria-prima para artesanato (esteira, abano, cofo, peneira, pacotu, entre outros).

O manejo da palha consiste na retirada do “olho” da palmeira, que é a folha mais jovem, dando espaço para outra folha crescer no lugar, sem matar a planta. Esta folha é quebrada, cortada e aberta. A maioria das famílias mantém um “palhal” bem cuidado e próximo de sua casa.

O babaçu também se regenera com facilidade nos terrenos de roça depois de queimadas e acaba servindo como marcador dos limites das linhas e até mesmo como apoio para plantas de caule volúvel (como o cará e as favas).

Também pode ser produzido o óleo do coco babaçu que é utilizado especialmente para preparar e temperar alimentos, e ser comercializado, o que ainda não ocorre na Resex. Porém, segundo uma moradora, as palmeiras de babaçu encontradas nas áreas em regeneração, como por exemplo, a Fazenda Juvilândia, não produzem coco, e são utilizadas, sobretudo para retirada da palha. De acordo com outros estes babaçuais produzem coco.

Madeira – A madeira é retirada da mata somente para suprir as necessidades de cada família e tem basicamente as seguintes finalidades: construção de casas, canoas, pequenos utensílios, como remos e colheres, e pequenos móveis. Faz parte do conhecimento tradicional a ciência de qual é a árvore mais adequada para uma determinada finalidade. Algumas madeiras somente são utilizadas para o esteio (coração-de-nego, itaúba), outras para os caibros (maraúba, amargosa, ameiju, camuri), outras para tábua (louro, angelim, pequizeiro, cedro-rosa). Árvores como a castanheira e copaíba não são retiradas. A utilização dessa variedade de espécies colabora para o manejo madeireiro sustentável.

O tronco é derrubado na mata, beneficiado em tábuas ou preparado para cascos e então transportado para as imediações da casa, sem qualquer utilização de maquinário ou tração animal. No caso de canoas, os cascos pré-beneficiados são transportados por cima de pequenas toras, o que reduz o atrito e o contato com o chão, facilitando o deslocamento.

Recentemente o IPAM vem coordenando um projeto denominado “oficinas caboclas” que visa à confecção e comercialização de peças artesanais de madeira, como bancos com formas de animais típicos da região. As madeiras utilizadas são provenientes de troncos caídos na mata, não sendo cortada nenhuma árvore viva para obtenção da madeira. As árvores mortas são identificadas, fotografadas e georreferenciadas.

Coleta de mel – Foi identificada em muitas localidades do Iriri a extração de mel de diferentes qualidades de abelhas, entre as quais se destacaram europa, jandaíra, uruçu e tubi de fogo. O mel é retirado de forma artesanal, sem o auxilio de roupas ou utensílios especiais.

As colméias são encontradas normalmente durante a realização das outras atividades extrativistas. Assim não existe uma época específica de coleta do mel. Segundo os ribeirinhos, as luas favoráveis para a retirada do mel são a crescente e a cheia.

Dependendo do tipo de abelha é exigido mais ou menos cuidados na extração. Geralmente, a aproximação da colméia se dá com a ajuda de fumaça para espantar as abelhas mais agressivas. Quando a colméia está localizada no topo da árvore, é comum a derrubada da mesma, para que se alcance a colméia. Dessa forma, há de se investir em capacitação para retirada do mel, tornando essa uma tarefa menos arriscada e mais sustentável.

Após alcançar a colméia os favos são retirados e colocados em bacias. Em casa, os favos são espremidos e o mel é coado no pano. Costuma-se tirar em média de cinco a vinte litros de mel por colméia.

Cada um desses produtos possui, também, uma variação de mercado em sua comercialização, variando seus valores de ano para ano e também conforme a época do ano/safra do produto. Hoje poucos extraem este produto, porém havendo capacitação e equipamentos, muitos podem se animar em trabalhar nesta atividade.

Patauá (*Oenocarpus bataua*)**–** O fruto é matéria-prima para a produção de óleo, utilizado como produto para passar no cabelo, no corpo (para dores nas costas), em formulações cosméticas e na culinária. Produz também um vinho muito nutritivo, bebido da mesma forma que o açaí, normalmente com farinha. Seus caroços, por sua vez, podem ser vendidos ou utilizados para confecção de artesanatos (ou biojóias). Sua época de coleta é principalmente de novembro a março.

Açaí (*Euterpe oleracea*)**–** O açaí jussara é coletado para consumo da família em diferentes épocas de colheita ao longo do Iriri. Essas épocas se complementam de janeiro até setembro, sendo agosto e setembro as épocas mais comuns. O açaí do morro é coletado somente para consumo familiar. Sua época de coleta é complementar ao jussara e ocorre nos meses de outubro, novembro e dezembro. Algumas famílias também consomem o palmito.

Seringa (*Hevea brasiliensis*)**–** o calendário da extração do látex é complementar ao da castanha, acontecendo no verão, entre os meses de abril/maio a novembro/dezembro. Os ribeirinhos evitam o período das chuvas, pois ela atrapalha o processo de extração do látex. O processamento - defumação - ocorre no mesmo período, em paralelo à coleta.

A possibilidade de se retornar às atividades de extrativismo da seringa é uma das grandes vontades atuais das populações das Resex. Esta vontade dos extrativistas justifica-se por (1) não haver uma atividade econômica que provenha às famílias uma renda "firme" entre os meses de abril e novembro (verão); (2) Com a seringa, o extrativista pode estar em casa todos os dias, cuidando mais da família, criações e roça; (3) Há um conhecimento acumulado bastante grande sobre a atividade seringueira que pode se perder caso não seja reativada; (4) o preço da seringa é hoje mais alto que o do peixe; (5) um seringueiro consegue calcular exatamente o quanto pode produzir por dia, semana, mês e ano, tendo uma garantia de renda com a qual pode efetivamente contar, diferente de outras atividades, mais incertas, como o peixe. Percebe-se também, associado a estas razões, um saudosismo com relação à atividade, muitas vezes lembrada como responsável por um mítico "passado de ouro".

Em resposta a isso, o ISA, a FVPP, o IPAM, a WWF-Brasil e o ICMBio, implementaram, no segundo semestre de 2008, a primeira fase do Projeto Renascer da Seringa, empreendendo a reabertura dos seringais da Resex Riozinho do Anfrísio e o início, em 2009, das discussões na Resex do Rio Iriri com a escolha de seringueiros para entrarem no projeto.

Caça – A caça, que ocorre na área da reserva, é exclusivamente de subsistência e constitui uma importante fonte de proteína na dieta da população ribeirinha. Há duas estratégias utilizadas pelos ribeirinhos para caçar. Uma delas é a chamada "caça de perseguição", na qual a pessoa persegue o animal até conseguir abatê-lo. Na grande maioria das vezes, são utilizados cães para farejar e acuar a caça. A outra estratégia é a "chamada caça de espera", na qual o ribeirinho escolhe um determinado lugar (geralmente ao pé de uma árvore, onde ele não fica muito exposto) e espera até que um animal passe por perto. Esse tipo de estratégia é mais utilizado à noite.

Dentre os animais caçados estão alguns mamíferos, como queixada (chamada de “porcão” pelos moradores locais), veado, cotia, paca; algumas aves como, mutum, jacu e jacamim e répteis como jabuti e tracajá, este último, caçado nos rios ou praias. Seus ovos também são muito apreciados para o consumo familiar. Não foi apontada por nenhum morador qualquer diminuição na quantidade ou qualidade de animais caçados.

O tracajá é pego quando dormindo em troncos caídos, na pedra ou quando na superfície da água e seus ovos em covas na praia e consumidos em no máximo quatro dias.

No caso de excesso de caça, o caçador divide parte da carne com outra família. O animal pode ser limpo em casa ou ainda na mata, onde são deixadas suas vísceras e cabeça. A porção que fica em casa é cozida no mesmo dia ou salgada para ser consumida durante a semana. Há casos nos quais se torna conveniente o abate de uma quantidade maior de animais do que aquela que seria consumida apenas pela família dos caçadores. Por exemplo, na caça do porcão (queixada), cujo bando pode conter centenas de indivíduos, é comum que se mate mais de um e depois distribuir gratuitamente entre parentes e vizinhos.

Pesca – Hoje a principal atividade da Resex é a pesca. Ocorre ao longo de todo o ano tanto para subsistência quanto para comercialização e segue regras acordadas dentro da comunidade. No caso da comercialização algumas espécies não são pescadas no período de defeso, que vai de novembro a fevereiro. A principal época de pesca é o verão, de maio a outubro, pois há uma maior abundância de peixes.

Segundo relatos históricos, o manejo de peixe nunca foi um problema na Resex. Porém, há depoimentos recentes de diminuição perceptível dos peixes por conta do mariscar (da pesca) excessivo ou do uso de práticas inadequadas, especialmente na porção central da Resex, onde há maior concentração de famílias. Outro problema com relação a pesca, segundo moradores do Baixo Iriri, são os turistas que vêm de cidades próximas como Uruará e Altamira, que além de utilizar a área da reserva para lazer, acabam pescando grande quantidade de peixe, inclusive utilizando malhadeiras.

Segundo relatos dos pescadores, as principais espécies pescadas são: tucunaré (escasso no inverno e abundante no verão), pescada, surubim, pirarara, trairão, fidalgo, aridunha, curimatã, piau.

O tucunaré, a pescada, o fidalgo, a pirarara, o trairão e o surubim são os mais pescados para a comercialização, tendo os dois últimos restrições com relação à pesca comercial de novembro a fevereiro, época da piracema. Há ainda outros peixes dificilmente comercializados, mas utilizados na alimentação das famílias, como o pacu, pacuzinho, piau, pacu-de-seringa, matrincham, cadete e piranha.

O mariscar é realizado pela população tradicional, geralmente com anzol, caniço, flecha e algumas vezes são utilizadas também pequenas malhadeiras com malha de tamanho superior a treze centímetros. Os principais meios de transporte são a canoa, rabetas ou os próprios barcos de pesca dos regatões.

Os peixes são comercializados de duas formas distintas. Uma é no gelo (mais comum), na qual o comerciante deixa o gelo com o mariscador e retorna sete dias depois para buscar o marisco. A outra forma é o peixe salgado (menos utilizada), no qual o mariscador limpa o peixe, deixando somente o filé, salga e vende o saco de peixe salgado.

Recentemente alguns pescadores têm afirmado que se trata de uma atividade muito difícil, sendo preciso passar várias horas longe de casa e da família para retornar com pouca quantidade de peixes que ainda por cima são vendidos a preços baixos.

2.7.1.2. Agricultura

A agricultura na Resex do Rio Iriri ocorre na forma de roças voltadas para subsistência, considerando a dificuldade de venda da produção. Poucas famílias comercializam a farinha de mandioca.

Apesar da diversidade de culturas (arroz, feijão, mandioca, macaxeira, milho, banana, melancia, batata, abóbora, favas, cará), a da mandioca predomina, seguida do milho. São cultivadas variedades diferentes de mandioca de acordo com cada região e cultura familiar.

A distância usual entre cada cova de mandioca é de meia a uma braça (medida local que corresponde a aproximadamente dois metros, normalmente feita do chão até a altura de um dos braços levantados, o que varia com a altura do morador), e entre essas

covas são plantadas outras espécies alimentícias consorciadas, tais como o milho e a banana.

Os cultivos são realizados em linhas (ou tarefas) que correspondem a vinte e cinco por vinte e cinco braças, ocupando aproximadamente dois mil e quinhentos metros quadrados – ¼ de hectare. Existe uma variação na quantidade de linhas que cada família possui (de nenhuma a dezesseis linhas, com uma média de quatro linhas – um hectare) e também no manejo destas. A variação no número de roças depende do tamanho da família e se a mesma comercializa produtos plantados (milho, arroz e farinha), sendo que a média não representa a realidade individual familiar.

Existem duas classificações tradicionais das linhas: maduras ou verdes. As linhas maduras são as de onde os produtos passaram pelo tempo de amadurecimento e estão prontos para colher e as linhas verdes possuem ou produtos recém plantados ou em fase de amadurecimento.

Geralmente cada linha é utilizada diretamente por dois anos. Após esse período, a área é deixada em descanso por pelo menos cinco anos, havendo nessa fase, regeneração do solo e da mata - que necessita ser derrubada (ou “brocada”) e queimada para um novo cultivo. Dessa forma a área total média utilizada pelas famílias é de dezesseis linhas de roça (equivalentes a 4,3 hectares), sendo quatro produtivas e doze em descanso. No geral, foram constatadas 125,5 linhas de roça, o equivalente a 31,4 hectares produtivos para todas as famílias. A área total - entre roças produtivas e áreas em descanso - de todos os moradores é de cento e vinte e cinco hectares.

Normalmente o plantio começa pela melancia, depois pela mandioca e por último o milho. O arroz é normalmente plantado em uma área exclusiva, servindo mais como fonte de alimentação para a família do que para comercialização. Os plantios de arroz variam entre meia e uma linha.

As áreas de cultivo começam a ser preparadas em julho. Entre setembro e outubro se faz o “encoivaramento”, a retirada dos galhos mal queimados. A mandioca normalmente é plantada em novembro, mas o pode ser em outubro, dependendo do início das chuvas. O

milho é plantado quando a brota da mandioca atinge um palmo de altura, assim como o arroz, em consórcio, o que geralmente acontece do final de outubro ao início de dezembro.

Os principais produtos agrícolas são: mandioca, arroz, feijão, melancia, milho e banana.

Além desses, ocorre também o cultivo de café, abacate, manga, laranja, limão, coco, tangerina, lima, cupuaçu, urucum, pimenta do reino e pimenta de cheiro no terreiro e algumas famílias plantam cacau na roça.

É comum os moradores se queixarem de que suas roças são atacadas por animais silvestres. As principais ameaças relatadas são: caititu, queixada, cotia e paca, que invadem e destroem o roçado para se alimentarem. Eventualmente esses animais são mortos a tiros e constituem uma das fontes de alimento para a família. A formiga saúva é outra ameaça, pois ataca as folhas do pé de mandioca, não permitindo seu crescimento. Geralmente a formiga é controlada com um veneno químico.

2.7.1.3. Criação de animais

Em todas as localidades do Rio Iriri somente foram encontradas criações de animais de pequeno porte, com destaque a galinhas e patos. A média de criações por família é de vinte galinhas e dez patos, que são usados na alimentação ou vendidos. Geralmente há um pequeno poleiro construído de madeira e palha de babaçu para abrigar os animais durante a noite, protegendo-os de ataques de predadores. É muito comum também a presença de cachorros, que ajudam na vigilância da casa e na caça.

Foi verificada em duas localidades – Ilha do Amor e Rio Novo – a criação de porco, que também ocorre eventualmente em outras famílias.

Nenhuma cabeça de gado foi encontrada nas localidades. Outros trabalhos realizados na Resex apontam a presença de gado na fazenda Juvilândia e na fazenda Bacuri, recentemente desocupada e atualmente em demanda judicial. No entanto, esse gado se encontra solto e sem cuidados, sendo, inclusive, considerado como gado selvagem.

Em algumas casas são encontrados animais silvestres, como mutum, capivara, jacu e papagaio, criados como animais de estimação.

2.7.2. Dinâmica das atividades econômicas

2.7.2.1. Calendário Produtivo

Os diferentes produtos trabalhados no Resex do Rio Iriri possuem épocas próprias e complementares de plantio, amadurecimento, colheita e extrativismo, as quais consolidam os ciclos de trabalho da população. Estes ciclos ajudam a entender a composição das fontes de renda e subsistência dos moradores ao longo do ano.

O Calendário Produtivo (ICMBio, 2008), ilustra as épocas de produção dos diferentes produtos extraídos e cultivados na Resex do Rio Iriri, tanto para subsistência quanto para fins econômicos.

Cada período de plantio, amadurecimento e colheita foram indicados pelos moradores. Os produtos que podem ser coletados ao longo do ano estão qualificados como intermitentes. O período de amadurecimento está relacionado com o crescimento da planta e amadurecimento de seus frutos, e a distribuição colocada na tabela representa o período que leva para que a colheita possa começar a ser feita.

A data inicial é o período em que normalmente se começa a colher, podendo variar de local para local e mesmo ultrapassar o tempo de amadurecimento apontado (Figura 2.20).

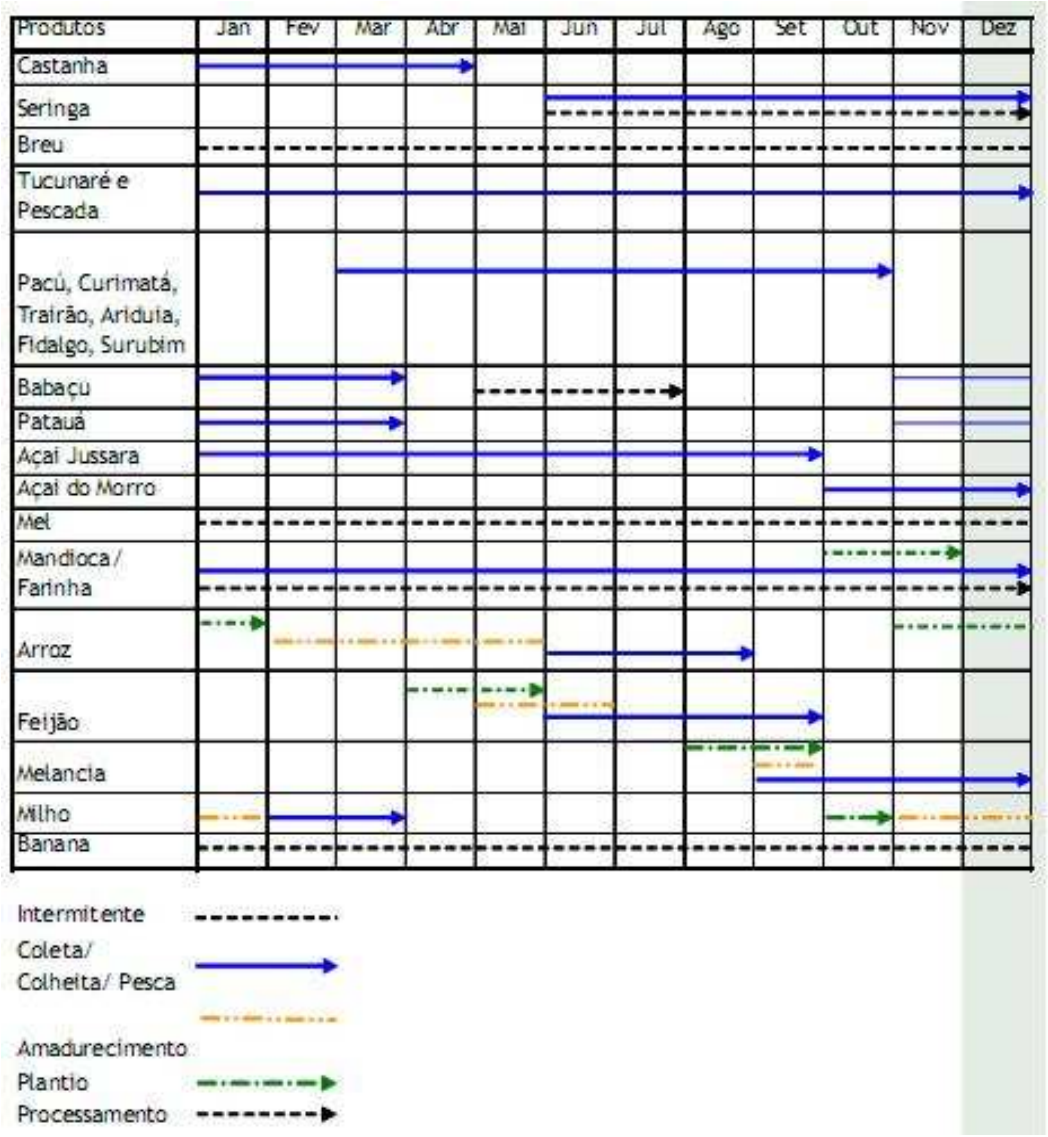

Figura 2.20. Calendário produtivo (ICMBio, 2008).
Nota: Modificado

2.7.2.2. Mapa produtivo

As principais fontes de renda das famílias do Rio Iriri são com a pesca, a castanha e a produção de farinha de mandioca. Há também eventuais vendas de óleo de copaíba e produtos de roça como o arroz, feijão, melancia, abóbora e banana. Poucos são os moradores que produzem canoas, remos e móveis para comercialização destacando-se a família Manelito da localidade Roberto.

Os dados sobre extrativismo, caça e pesca foi organizado em um mapa de produção (Figura 2.21) que apresenta uma distribuição geográfica esquemática, baseada em informações colhidas nas reuniões e verificações em campo.

No mapa estão representadas, de forma generalizada, as áreas onde se encontram açaí, babaçu e patauá em quantidade significativa. Os piques de castanha são apresentados de forma mais detalhada, incluindo informações sobre quem coleta em cada pique, distâncias de alguns piques (em tempo de caminhada na mata), capacidade produtiva de alguns castanhais, referente à coleta mais recente realizada no local ou à quantidade média coletada no início de 2007 e áreas potenciais, indicadas por moradores que sabem da existência de castanhais, mas nunca puderam explorá-los. Estão também representadas áreas de pesca de subsistência e comercial, bem como pontos de pesca de tracajá.

A maioria dos produtos coletados é explorada nas regiões dos castanhais, devido à limpeza realizada nos piques, que facilita a locomoção dos moradores pela floresta, o posicionamento geográfico dos mesmos e o transporte dos produtos coletados. Assim, as áreas indicadas para babaçu, copaíba, açaí e patauá estão geralmente relacionadas aos piques de castanha ou às antigas estradas de seringa.

Os castanhais estão presentes em toda a extensão do Rio Iriri, com exceção das áreas onde se localizam as fazendas, devido às derrubadas ilegais praticadas na abertura dessas fazendas. Os piques estão mais concentrados no Médio Iriri, devido à grande concentração de famílias que habitam a região. Há piques de moradores que estão localizados na Terra Indígena Cachoeira Seca. Existe na região do Baixo Iriri, uma área localizada próxima ao igarapé Dois Irmãos dentro da ESEC Terra do Meio, que os moradores dizem ser rica em castanha, porém praticamente inexplorada atualmente. Essas áreas eram exploradas por moradores antigos da região.

As estradas de seringa beiram as margens ao longo de todo o rio e igarapés. Porém, a seringa não representa hoje uma fonte de renda para as populações, devido ao baixo preço e à falta de compradores. Tenta-se atualmente o acesso a PGPM (política geral dos preços mínimos) a fim de retomar a retirada da seringa.

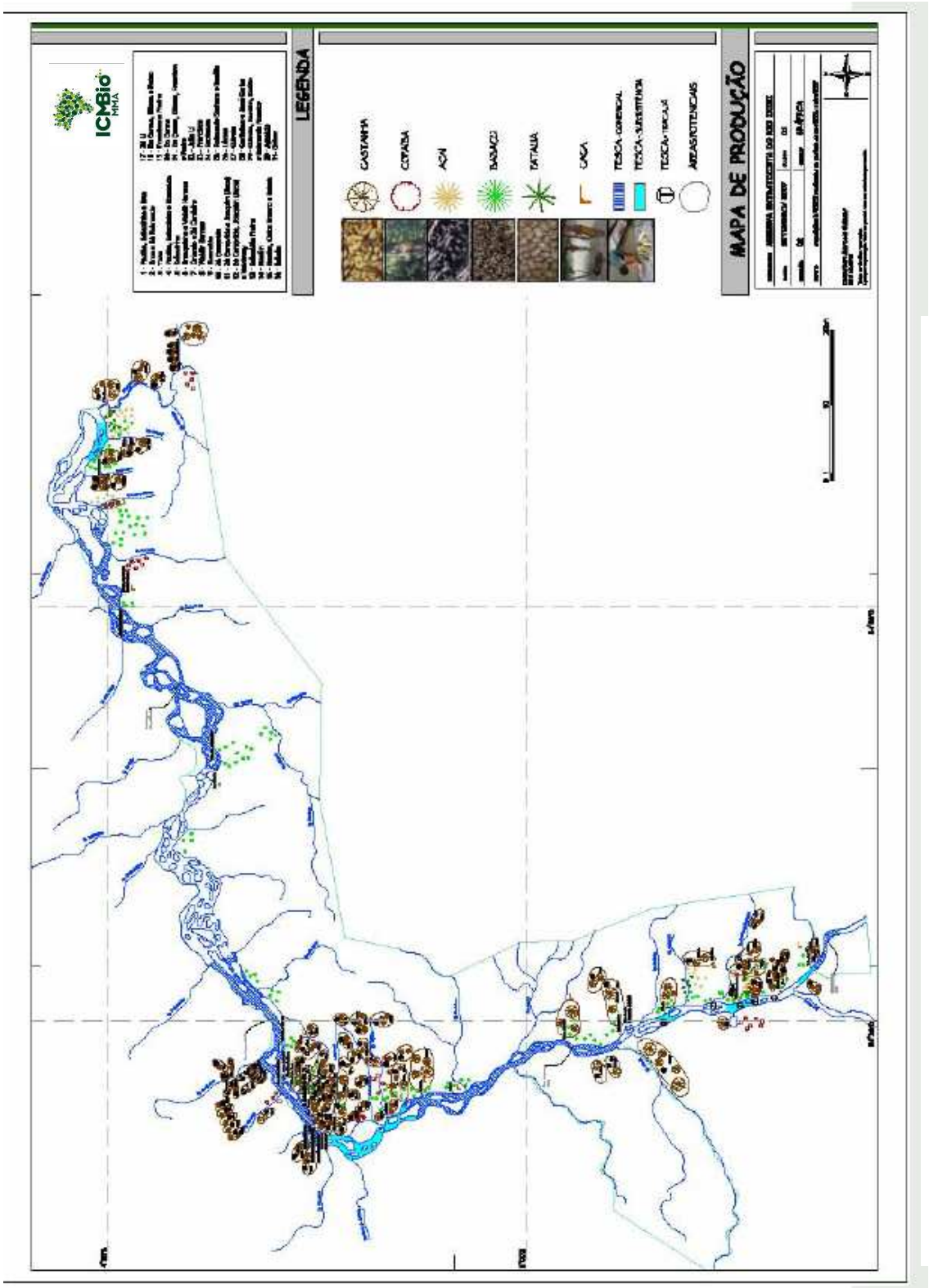

Figura 2.21. Mapa produtivo da Resex do Rio Iriri.

Quanto à pesca, a atividade de subsistência é realizada em todas as áreas habitadas da Reserva. A atividade comercial concentra-se principalmente nas áreas pesqueiras dos regatões localizadas nas regiões do Médio e Alto Iriri. No Baixo, a localidade Rio Novo é onde há a maior concentração de trabalho na atividade pesqueira, devido à abundância de peixes no Rio Novo, afluente do Iriri. Também é importante mencionar a pesca comercial e para consumo praticada pelos índios Xipaya no Rio Iriri, no extremo sul da Resex.

Hoje, a pesca é disciplinada pelo Plano de Uso da Resex e pelo acordo firmado com os índios Xipaya. Ambos são apresentados no tópico sobre Regras de Convivência.

2.7.2.3. Comercialização

Cada um dos produtos apresentados anteriormente possui uma variação de mercado em sua comercialização, variando seus valores de ano para ano e também conforme a época do ano/safra do produto. Esse ciclo de preços ocorre com a maioria dos produtos extrativistas, ocorrendo menos com aqueles que possuem um ciclo mais irregular ou intermitente ao longo do ano, como é o caso do breu e do mel.

A comercialização dos produtos no Rio Iriri é realizada através de diversos regatões. Isso ocorre por influência das famílias do rio, tribos indígenas e principalmente para atender a demanda do Garimpo Madalena, dentro da TI Curuaia.

Segundo os moradores, sete regatões trabalham com peixe no Iriri. São eles: Zé Li, Zé Porto, Zé da Rosa, Evangelista, Manoel Barata, Zeca da Marta, Tonico e o Ney. O peixe tem uma dinâmica própria de trabalho. O barco passa deixando as caixas de isopor com barras de gelo e retorna pegando a produção pesqueira, levando ao porto da Maribel ou à Altamira para pegar mais gelo e entregar o produto. Esse ciclo se repete em média a cada sete dias. A produção pesqueira ocorre o ano todo, com maior concentração durante o verão, conforme observado no cronograma de produção. O pescado é, em geral, vendido/trocado no próprio Iriri com o regatão, que compra o quilo do peixe fresco por R$1,00 (um real) e o quilo do peixe salgado por R$1,50 (um real e cinqüenta centavos). O preço de venda do peixe em Altamira varia de acordo com o tamanho, o peixe pequeno vale aproximadamente de R$ 2,00 (dois reais) a R$ 2,50 (dois reais e cinqüenta centavos) o quilo, o médio por volta de R$ 3,00 (três reais) a R$ 3,50 (três reais e cinqüenta centavos)

o quilo e o grande por volta de R$ 4,00 (quatro reais) a R$ 4,50 (quatro reais e cinqüenta centavos) o quilo.

Uma das estratégias de comercialização é de transportar a mercadoria de barco no inverno e de caminhão alugado até Maribel, prosseguindo o resto do trajeto de barco, no verão. No início do verão ainda é possível fazer o trajeto inteiro navegando, mas gastam-se de oito a nove dias até a localidade de Sobradinho.

Os regatões que compram castanhas e outros produtos não têm um ciclo tão rígido. São produtos não perecíveis e podem ficar armazenados por diversas semanas antes de serem comercializados. Esses produtos são: óleo de copaíba, óleo de andiroba, óleo de patuá, farinha de mandioca, mel, breu de almíscar e breu de jatobá.

A comercialização dos produtos locais se dá, na maioria das vezes, por troca. Nesse processo, os ribeirinhos entregam seus produtos ao regatão, recebendo o valor na forma de mercadorias industrializadas como açúcar, sal, óleo, sabão etc. Isso reproduz a forma de funcionamento dos antigos seringais, nos quais toda a produção de borracha era vendida para os patrões em troca de mercadorias dos armazéns destes.

No caso dos ribeirinhos, há possibilidade de venderem seu produto por dinheiro, mas ele adquire um valor menor nesta transação do que quando é trocado por mercadoria industrializada. Conforme os relatos, o valor recebido em dinheiro pode variar de 60% a 90% do valor que o produto adquire na segunda transação. A caixa de castanha, por exemplo, vale R$20,00 (vinte reais) na troca por produtos e cerca de R$12,00 (doze reais) na venda a dinheiro. O que ocorre, na verdade, é uma falta de padronização na formulação dos preços, com uma baixa compreensão de margem de lucros, ocorrendo uma montagem de preços empírica.

Alguns poucos produtores levam pessoalmente o seu produto para vender em Altamira ou na Maribel.

A população se queixa muito do preço alto dos produtos industrializados que chegam até a Resex. Mas, por não enxergarem outra alternativa de aquisição destes produtos e de escoamento de sua produção, acabam fazendo negócio com os regatões.

Estes, por sua vez, se queixam dos altos custos da viagem (com óleo diesel, tripulação e "rancho" – alimentação) entre a reserva e Altamira, e também da inadimplência dos ribeirinhos.

Além dos regatões existem outros fluxos de comercialização na Resex do Rio Iriri. Um deles é o de peixe das localidades Rio Novo e Boa Esperança diretamente para o Porto da Maribel no Baixo Iriri. O comprador vem de Uruará para buscar a produção e entregar o gelo, inclusive na época do inverno, quando a maioria dos regatões passa direto pela região. Esse atravessador comercializa peixe com moradores de todo o Baixo Iriri, chegando a vir pessoas que moram a três horas de distância da Maribel.

Além disso, a Maribel abriga uma mercearia, à qual os moradores recorrem para a compra de alguns produtos industrializados quando não têm peixe para vender e/ou trocar.

Também existe um fluxo de venda de produtos, normalmente farinha e animais de pequeno porte (galinha e pato), diretamente para o garimpo Madalena. Porém este é realizado por poucos, normalmente do Médio e do Alto Iriri.

2.7.2.4. Análise das fontes de renda

Segundo as informações levantadas pelo ICMBio nas fases de elaboração deste Plano de Manejo, a Resex do Rio Iriri tem como principal fonte de renda o extrativismo (representado pela castanha) e a pesca, representando 67,2% da renda geral, sendo praticado por 100% das famílias. Juntos ocupam posição de destaque como fonte de recursos financeiros e para a aquisição de bens industrializados. 16% da renda são oriundas de salários, como aposentadoria, funcionários públicos ou empregados em empresas privadas; e 9,8% da renda vêm de produtos da agricultura, principalmente da farinha.

O peixe fresco é o principal produto comercializado na Resex do Rio Iriri, participando em 49,9% da renda total, seguido da castanha-do-pará com 17,3%.

A renda média anual familiar na Resex do Rio Iriri é de R$4.687,17 (quatro mil seiscentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos) e a renda per capta média anual é de R$1.036,11 (mil e trinta e seis reais e onze centavos), semelhante ao que se tem na cidade

de Altamira onde a renda per capita gira em torno de R$5.000,00 (cinco mil reais) (IBGE, 2009). A quantidade de pessoas na família influencia diretamente a geração de renda e também o consumo de bens industrializados (roupa, calçado, material de trabalho, café, açúcar, entre outros). É importante observar que essa renda representa ¼ do poder de compra que essa mesma quantia teria na cidade, devido ao alto preço dos produtos comercializados pelos regatões.

Também vale destacar o maior poder de compra dos assalariados e comerciantes em comparação aos moradores tradicionais, que trabalham somente com o sistema de troca. Isso ocorre também porque os primeiros têm acesso constante à cidade, o que permite a compra de produtos a preços menores e, algumas vezes, um ganho sobre a revenda desses produtos para as outras famílias.

2.7.3. Potencialidades de uso dos recursos naturais

Aqui são abordadas as potencialidades produtivas levantadas na Resex do Rio Iriri, não considerando ainda outros potenciais, como o turístico.

- Castanha-do-pará – Existem castanhais ainda não explorados em locais mais distantes. Com agregação de valor ao produto há possibilidade de incremento na renda e no trabalho para a região, como por exemplo, limpeza da castanha, descascamento, produção de óleo e armazenamento para venda posterior.

- Óleos – Há uma grande abundância de babaçu em toda a Resex, sendo um dos principais produtos potenciais não explorados, segundo os moradores. Há necessidade de busca de mercados e desenvolvimento de técnicas de extração. Além do babaçu, não há muita abundância de produtos geradores de óleos como copaíba, andiroba e patauá, porém podem ser produzidos em pequena quantidade, diversificando a renda.

- Sistemas Agro-florestais nas áreas degradadas – Devido a grandes áreas degradadas dentro da Resex, há a possibilidade do desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais com frutas como o cacau, cupuaçu, açaí, pupunha, dentre outras, desde que haja tecnologia para o processamento e mercado.

- Açaí e outras frutas nativas – Podem ser desenvolvidos processamentos de frutas para fabricação de doces e frutas desidratadas.

- Seringa e Solva – Faz-se necessário com base no estudo de mercado, investimento e desenvolvimento de parcerias para resgatar essa tradicional prática de extração na região, bem como acesso ao PGPM.

- Pesca Ornamental – Há hoje a prática de pesca de peixes ornamentais na região, mas não por moradores tradicionais. É um mercado promissor que acompanhado de uma plano de manejo específico, pode gerar renda para a região sem prejudicar o estado de conservação das espécies comercializadas.

- Pesca Comercial – Bem desenvolvida, mas com baixos preços de comercialização. Precisa de agregação de valor para diminuir a quantidade, aumentando a qualidade e renda gerada pela atividade. É insustentável da forma como está evoluindo hoje.

- Cumaru – semente muito abundante na região e procurada pelo mercado cosmético. Explorada por poucos moradores atualmente.

- Breu de Almiscar e Breu de Jatobá – Há em pouca quantidade, mas pode complementar a renda e diversificar os produtos geradores de renda na região.

- Pequenos móveis – Há algumas famílias que fabricam pequenos móveis, remos e canoas para a região e até para a venda em Altamira. Pode ser um ótimo mercado a ser desenvolvido.

- Artesanato – Existe muita procura por peças de artesanato feitas com cipós (titica, ambé e timbó) e tala de arumã. No entanto, a distância da cidade de Altamira, a falta de transporte, de organização e de comprador certo acaba por dificultar a comercialização desses produtos.

- Folha de jaborandi – Há potencial para comercialização no mercado de cosméticos, como, por exemplo, no fabrico de tônicos capilares.

Nesta análise sobre a potencialidade do uso de recursos naturais, foram considerados os mapas produtivos, entrevistas, visitas a campo e observações da equipe.

Como ainda não foram realizados estudos específicos de flora e fauna, estas análises não consideraram as capacidades de suporte das determinadas espécies. Também não são consideradas, no momento, as diversas possibilidades de matérias primas da biodiversidade amazônica ainda não comercializadas pelos moradores, bem como o potencial de exploração madeireira, de turismo, comercialização de imagens, dentre outros que podem ser opções para incrementar a renda da população no futuro.

2.8. Análise situacional da Unidade

O entendimento dos fatores históricos foi e tem sido importante para compreender as relações existentes atualmente (internas e externas às comunidades) e as possíveis portas de entrada de novos e velhos conflitos.

Aqui estão reunidos os principais acontecimentos, presentes e históricos, internos e externos, da Reserva do Rio Iriri levantados em Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) executados nas fases de elaboração deste Plano de Manejo, contemplando mapa de conflitos, levantamento de problemas, observações, entrevistas e análise de documentos; bem como informações obtidas na convivência com as famílias e na relação com as instituições parceiras.

2.8.1. Ameaças e conflitos externos

Os tópicos abaixo exploram as principais invasões ocorridas na Resex do Rio Iriri, contemplando garimpeiros, grileiros, madeireiros, pistoleiros e fazendeiros. O mapa de Conflitos (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) apresenta os principais piques de invasão, os garimpos, pistas de pouso, fronteiras com a Resex e áreas desmatadas.

A exploração madeireira já foi a grande marca da Terra do Meio e a região ficou conhecida nos meios jornalísticos, governamentais e entre as entidades ambientalistas como área de atuação da “Máfia do Mogno”. A atividade, predominantemente ilegal, se dava sobre terras públicas e terras indígenas.

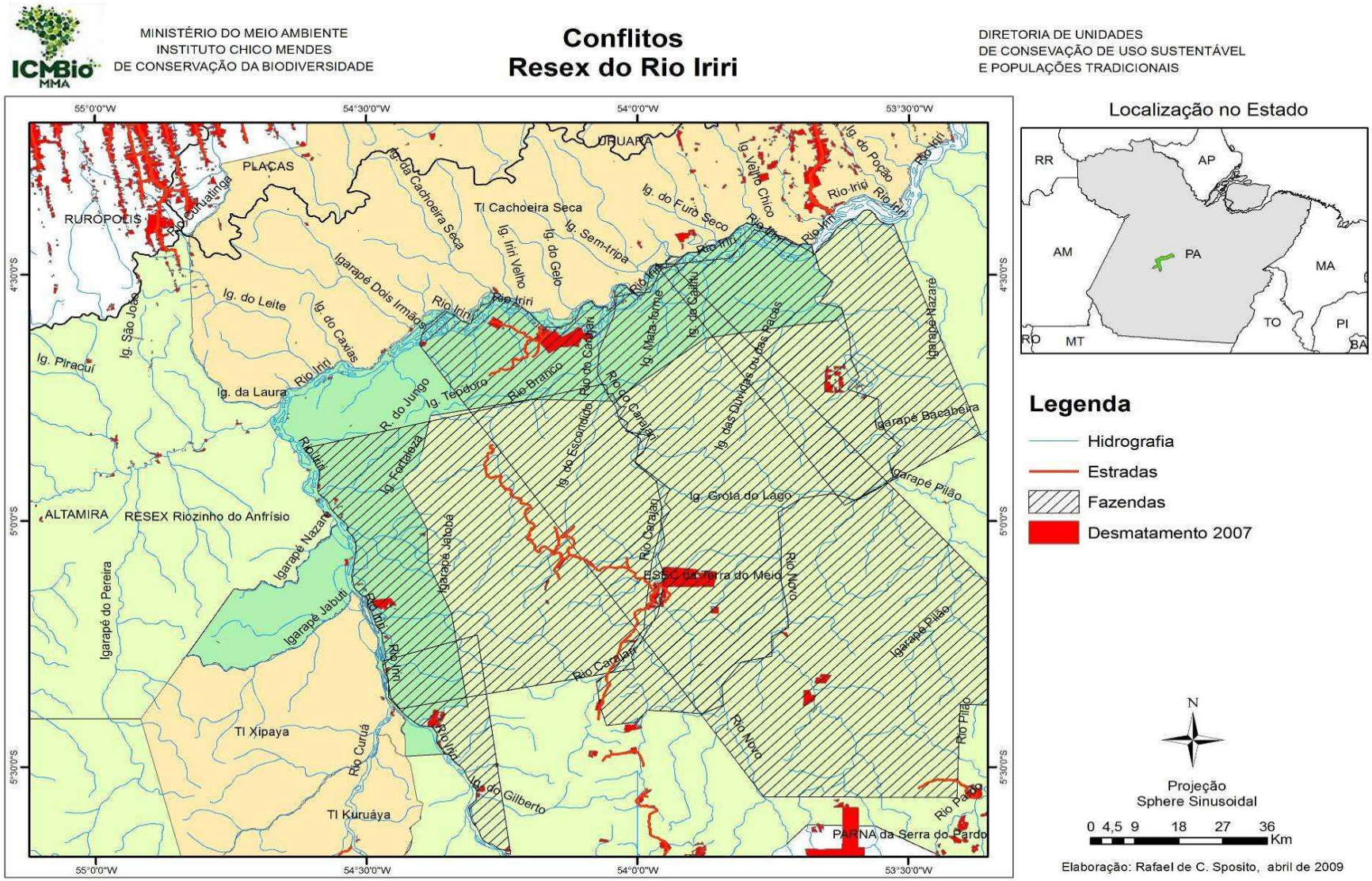

Figura 2.22. Mapa de Conflitos na Resex Rio Iriri.

É importante apontar que o ciclo de retirada de madeira, grilagem de terras e formação de fazendas possui semelhanças em diferentes lugares na Amazônia. Primeiro vêem os madeireiros retirando as espécies florestais de maior valor no mercado e preparando a infra-estrutura para o escoamento da madeira – são os madeireiros que geralmente abrem as estradas. Os grileiros de terra normalmente aproveitam essa estrutura (estradas, picadas) para entrar nas regiões já exploradas e demarcar glebas de terra para venda.

Nesse processo, eles invadem os terrenos dos ribeirinhos que, ou são expulsos, ou se vêem acuados e acabam por aceitar uma "proposta de compra" de toda a sua terra. O passo seguinte é a aquisição da posse "legal", em cartório, das terras demarcadas, uma maquiagem de legalidade para poderem ser vendidas para fazendeiros ou ocupadas pelo próprio grileiro.

Este capítulo trata também dos possíveis conflitos no entorno da Resex, com índios da TI Xipaya, ribeirinhos da TI Cachoeira Seca e ESEC Terra do Meio.

Os altos custos e os riscos envolvidos faziam com que a exploração se centrasse quase que exclusivamente no mogno (*Swietenia macrophylla*), madeira de alto valor comercial. Feita de forma seletiva, a exploração do mogno não resulta em grandes áreas desmatadas, porém, levou essa importante espécie a ameaça de extinção. Na Terra Indígena Kayapó, por exemplo, área adjacente e com ambientes muito similares à Terra do Meio, a exploração ilegal intensiva removeu, em uma década, cerca de 85% dos indivíduos da floresta madura (ZIMMERMAN et al, 2001). Em 13 de fevereiro de 2003, com o Decreto Federal nº 4.593, foi proibida a extração do mogno. Sem mercado, a exploração foi abandonada.

Os primeiros madeireiros começaram a chegar à Terra do Meio aproximadamente no final da década de 1970, pelo Rio Xingu. A partir das margens do rio eram abertas as estradas para a retirada da madeira do interior da Terra do Meio, posteriormente escoada por balsas.

O avanço mais forte da frente madeireira para o interior da Terra Meio teve início em 1995, com a abertura da estrada que liga o Rio Xingu ao Rio Iriri e que servia à

mineração Canopus. A maioria dos madeireiros dessa frente veio das cidades de Redenção, Tucumã, Ourilândia e São Félix do Xingu.

As primeiras madeireiras chegaram à área onde hoje está a Resex do Rio Iriri no final da década de 1970, pelas proximidades do Rio Novo.

Para exploração da madeira nas matas do Iriri e de seus afluentes Novo e Carajari, abriram-se mais de 46 (quarenta e seis) quilômetros de estrada entre o Rio Iriri e a Vila Canaã, um trecho da atual Transiriri. No total, a Transiriri tem noventa e seis quilômetros de extensão e liga o Rio Iriri a Transamazônica no município de Uruará. Essa estrada foi um importante ponto de penetração da exploração madeireira na Terra do Meio na década de 1980.

Outra estrada utilizada por invasores vai de São Félix de Xingu até uma localidade chamada Garrancho, que fica entre o Rio Novo e o Igarapé Batatal. Esta estrada segue paralela ao Rio Iriri, do Garrancho até a Fazenda Juvilândia, e toda esta área era utilizada para a extração de madeira.

Diferentes moradores da Resex trabalharam para madeireiros, tanto no corte de madeira, nas picadas e na própria serraria, como no transporte de funcionários.

No alto da Resex, nas proximidades da localidade Triunfo, região da Canopus, surgiram outros madeireiros consorciados que escoavam sua produção pelo Rio Iriri até Altamira. Outra forma de escoamento era pela estrada da Canopus.

Um fato marcante na ação deste grupo foi que alguns colaboradores da Eletronorte em expedição pela região presenciaram a construção de uma ponte de toras sobre o Rio Curuá para o transporte de equipamento, mantimentos e trabalhadores. Eles denunciaram o ocorrido para o Ministério Público, o que resultou em uma grande apreensão de madeira e na criação do fundo DEMA (nome em homenagem a Ademir Alfeu Federicci) em 2003. Essa operação marcou o declínio da exploração madeireira na região.

A fazenda Juvilândia também fez contratos de exploração de madeira, tanto na área onde hoje é a Resex do Rio Iriri quanto na ESEC Terra do Meio, havendo diferentes ramais madeireiros e estradas na região.

Sobre atuação das fazendas no interior da Resex do Rio Iriri, veja-se também o item “Situação Fundiária”.

2.8.1.1. Pecuária e Grilagem de Terras

A ilegalidade se manifestou em um grande movimento de grilagem de terras e no uso da pecuária como seu instrumento de consolidação. O avanço da frente pecuária em direção à Terra do Meio é recente, mas revela-se de uma celeridade impressionante. A existência de uma imensa faixa de terras públicas sobre as quais o acesso do Estado é dificultado por falta de recursos humanos e operacionais, deixou a região propícia ao comércio imobiliário nas mãos de atravessadores especializados.

Desta forma, grandes áreas de terras públicas passam para mãos privadas por meios bastante escusos.

A implantação de fazendas de pecuária na Terra do Meio segue na esteira da atividade madeireira na região. Embora os atores não sejam exatamente os mesmos, existe uma grande relação entre as duas atividades, na medida em que a exploração madeireira capitaliza, direta ou indiretamente, os atuais e potenciais fazendeiros. Além disso, conforme já mencionado, os fazendeiros utilizam as estradas abertas pelos madeireiros. Assim, os mesmos vetores de penetração das madeireiras servem de caminho para a derrubada de grandes parcelas da mata para a implantação de pastagens. A expansão da pecuária na Terra do Meio é um fenômeno bastante recente. Até a primeira metade da década de 1990 havia poucas fazendas abertas no interior da Terra do Meio, concentradas basicamente na parte sul da área, aproximadamente em frente a sede do município de São Félix do Xingu.

2.8.1.2. Mineração e garimpo

A atividade de mineração e garimpo na Terra do Meio começou em fins da década de 1970, tendo-se intensificado principalmente na década seguinte, com a proliferação de garimpos nos Rios Iriri e Curuá e a chegada de empresas mineradoras para a exploração mecanizada em alguns pontos. Anteriormente, havia pelo menos cinco garimpos no Iriri, mas nenhum de grande porte e todos se encontram abandonados atualmente.

A atração de muitos empresários e garimpeiros para a região trouxe novas fontes de renda para a população, porém junto vieram problemas sociais, exploração de moradores e impactos ambientais. Diferentes moradores da Resex já trabalharam em garimpos, tanto na extração do ouro sem a utilização de maquinários, quanto junto a garimpeiros externos no manejo de equipamentos, no transporte dos trabalhadores e suprimentos, e na construção e manutenção de casas e estradas do garimpo.

Em 1983 houve exploração por empresas mineradoras na região onde hoje se encontra o garimpo Madalena. Desde o começo das atividades houve uma série de conflitos com os índios Curuaia. Em várias oportunidades, seguranças da empresa ameaçaram e chegaram a expulsar índios de suas moradias, numa óbvia tentativa de intimidação. Em 1985, frente a estes acontecimentos, a FUNAI constituiu um Grupo Técnico para identificação da área Curuaia, que seria posteriormente declarada pela Portaria MJ nº 550, de novembro de 1992. Por esta portaria a área da TI teria 19.450 (dezenove mil, quatrocentos e cinqüenta) hectares, incluindo o local do garimpo. Apesar disso, as empresas continuaram suas atividades, até que em 1996 houve a interrupção da atividade das empresas e os índios passaram a controlar a atividade garimpeira ilegal.

A utilização de balsas para retirada de ouro de aluvião no Rio Curuá também diminuiu significativamente. Informações indicam que o rio já chegou a comportar até dezenas de balsas trabalhando dia e noite em seu leito. Atualmente, cerca de oito balsas continuam trabalhando a montante da localidade da Pista do Fogoió, sendo esta uma área de conflito com os índios da TI Baú. A presença do garimpo de balsas no Rio Curuá é uma importante questão para a proteção da Terra do Meio, pois além do potencial de degradação ambiental deste modelo de garimpagem, este rio é uma das portas de entrada

para a Terra do Meio a partir da pressão que vem da cidade de Novo Progresso no eixo da rodovia Cuiabá-Santarém.

O Garimpo Madalena é hoje um local onde alguns moradores vão trabalhar em determinadas épocas do ano, principalmente quando necessitam de uma renda extra para quitar uma dívida, comprar algo de maior valor, suprir a esporádica baixa produção dos castanhais ou da pesca, por exemplo, ou mesmo estabelecem relações comerciais durante o ano – venda de farinha, peixe, arroz, canoa, remo, entre outros produtos. Segundo moradores da Resex Riozinho do Anfrísio que conhecem a realidade local, há pessoas que criam patos e galinhas para vender no garimpo Madalena. Segue abaixo (Tabela 2.7) alguns exemplos de produtos vendidos no garimpo e o valor pelo qual são negociados, segundo informações obtidas pela equipe da unidade:

Tabela 2.7. Valor dos produtos vendidos no garimpo.

Produtos	**Quantidade de ouro (g)**
Saco de farinha	2,5
Peixe (1kg)	0,3
Galinha	0,5
Pato macho	2
Mel (litro)	0,4
Arroz (30 kg)	3
Tapioca (1 kg)	0,2

Além dos impactos diretos que o garimpo Madalena causa na região, há também os indiretos. Segundos moradores da Resex do Rio Iriri, algumas pessoas que trabalham no garimpo costumam entrar na área da reserva para caçar.

A outra área da Terra do Meio que foi objeto de exploração mineral por parte de empresas mineradoras foi a região da Canopus, nome de uma mina de cassiterita. Para alcançar a mina, construiu-se mais de duzentos e cinqüenta quilômetros de estradas, rasgando a Terra do Meio desde o Xingu até o Iriri, abrindo a estrada da Canopus ou estrada Xingu-Iriri, como é denominada pelos fazendeiros de São Félix do Xingu. Além da estrada, foi construída uma completa infra-estrutura no local da mina, com diversas casas,

alojamentos e maquinários. Durante algum tempo a empresa manteve seguranças na área da mina, mas como não voltou a ativá-la, a mesma acabou sendo invadida por garimpeiros que passaram a operar de maneira quase manual, com uma produção em torno de vinte toneladas por mês de cassiterita.

Após a criação da Resex houve ampla divulgação do ICMBio demonstrando a ilegalidade da exploração mineral nas Reservas Extrativistas e destaca-se que esta atividade não ocorre mais no interior da Resex do Rio Iriri. Segundo consulta ao DNPM, não existem mais autorizações de pesquisa de lavra válida na área da unidade.

2.8.1.3. Pesca comercial e ornamental

Recentemente, o Xingu tornou-se alvo dos interesses da comunidade científica mundial, mais especificamente dos ictiólogos, em função da exploração intensiva da fauna de peixes ornamentais destinados ao comércio de exportação. Aparentemente, o aumento progressivo na exploração de novas áreas e estoques foi correspondido pela descoberta de novas espécies ou variedades de peixes, especialmente de acaris (Loricariidae), o que retroalimentou o sistema e estimulou a exploração de áreas cada vez mais remotas e águas progressivamente mais profundas. Essa descoberta de espécies, entretanto, não foi acompanhada pelo trabalho de descrição científica adequada. Além da carência de especialistas disponíveis para trabalhar com os diferentes grupos de peixes, a falta de fiscalização sobre a extração e o comércio de exemplares para diversas partes do mundo tem dificultado a elaboração de registros confiáveis de procedência desses exemplares. Isso tem contribuído para a manutenção do quadro de desconhecimento da real riqueza de espécies existente no Rio Xingu, dificultando a elaboração de estatísticas confiáveis de capturas e impedindo a realização de um manejo adequado desse recurso natural, de alto valor para a região e o país.

A estratégia de captura de peixes ornamentais, sobretudo de acaris, nos rios Xingu e Iriri é aparentemente de baixo impacto direto sobre o meio ambiente, pois é realizada com o auxílio de vaquetas (pequenas varetas de madeira utilizadas para extrair os acaris das fendas nas pedras, conduzindo-os lentamente em direção à superfície onde são então capturados). Como os peixes são coletados um a um, não há destruição do ambiente imediato, havendo um alto potencial para o estabelecimento de um manejo sustentado de

uso desse recurso. Mesmo na quase completa ausência de informações sobre recrutamento e características dos estoques pesqueiros, seria possível estabelecer medidas de proteção à ictiofauna local, como o estabelecimento de cotas de captura e de períodos de defeso para certas espécies, além do aprimoramento das técnicas de captura e manuseio dos peixes, de forma a minimizar a mortalidade dos exemplares. Tais medidas, associadas a uma estatística confiável de desembarques e exportação, seriam suficientes para que um manejo experimental dos estoques fosse estabelecido e gradualmente aprimorado, a partir do monitoramento permanente dessa atividade.

A pesca do acari na região do Rio Iriri, sobretudo no Baixo Iriri, era uma prática recorrente entre pescadores da região de Soledade, abaixo da Maribel. Com a demarcação da reserva e a proibição do uso dos recursos por populações de fora, esta atividade parece ter cessado. Porém, faz-se necessário um entendimento em conjunto com as famílias da Resex sobre o potencial da área e a criação de possibilidades de geração de renda a partir dessa atividade pesqueira.

Uma questão que vem ganhando força nos encontros com os comunitários é a possibilidade de cessar a pesca por um tempo determinado, tendo em vista as dificuldades que os pescadores têm encontrado. Esta proposta foi levantada por um dos pescadores do Rio Iriri e atende a demanda de algumas famílias que não pescam comercialmente e têm sofrido com as dificuldades da pesca para subsistência. É o que apontam algumas falas de comunitários: “antes a gente cortava uma tira de pano e pegava tucunaré, pescada. Hoje mesmo usando uma isca viva você peleja prá pegar um peixe”.

Esta questão será mais bem tratada no item “Uso dos recursos naturais – extrativismo”.

2.8.2. Histórico da ocupação indígena

É fundamental analisar o histórico da ocupação indígena, suas lutas para garantia do uso de suas terras ancestrais e sua legalização, para que a gestão da Resex do Rio Iriri, procurando conhecer a cultura e as formas de organização destes povos próximos, possa dirigir ações e somar esforços na garantia de conservação do uso dos recursos naturais.

Neste item será caracterizado de forma sucinta o histórico e as características dos principais povos que ocupam a área do entorno da Resex do Rio Iriri.

A) ARARA E CACHOEIRA SECA DO IRIRI

Os Araras habitam a margem esquerda do rio Iriri, nas Áreas Indígenas Arara e Cachoeira Seca do Iriri. No ano de 1994 sua população estimada era de 158 pessoas. Em 1998, tal grupo contava com 195 indivíduos. Falam uma língua da família Karib.

Eram conhecidos como uma nação guerreira, que ostentava troféus que retiravam dos corpos dos inimigos. Atualmente, devido a sua facilidade de interação com o mundo exterior, sua paixão guerreira foi ultrapassada pelo estabelecimento de relações de contato com outras culturas. São muito solícitos à convivência e interagem com alguns ribeirinhos para pesca e venda de castanha.

O Decreto 399 de 24/12/1991 homologou a demarcação da Terra Indígena Arara. Em se tratando da área correspondente à Cachoeira Seca do Iriri, esta já havia sido declarada de posse dos índios desde 22/01/1993, através de Portaria do Ministério de Justiça. No entanto, sua demarcação foi suspensa, sendo que em 29/01/2004 foi publicada Portaria da Funai de número 1537, considerando em situação de risco os Arara desta área e estabelecendo restrições para o ingresso de pessoas estranhas ao quadro da Funai pelo prazo de 1 ano.

B) XIPAYA

Os Xipaya são da família lingüística Juruna, tronco Tupi. Três são as línguas incluídas nessa família: Manitsawa (extinta), Juruna e Xipaya.

Os Xipaya vivem na Terra Indígena Xipaya, às margens do Iriri e Curuá, na cidade de Altamira e na Volta Grande do Xingu. Na Terra Indígena estão as aldeias Tukamã e Tukuauá, além de três pequenas comunidades. A aldeia é cortada pelo igarapé João Martins e está situada à margem esquerda do rio Iriri. A população total foi estimada, em 2002, pela Funasa em 595 pessoas. Teve sua demarcação determinada pela Portaria 2.362, com data de publicação em 18/12/2006

Sendo a mais conflituosa no relacionamento com os ribeirinhos, destacaremos a interação com os Xipayas no tópico conflito com indígenas.

C) KURUÁYA

Na história do contato com o colonizador, os Kuruaya sofreram uma desestruturação da vida em suas aldeias no rio Curuá, devido ao trabalho forçado nos seringais e castanhais. Nos séculos XVIII e XIX, foram conduzidos pelos jesuítas em descimentos forçados até a aldeia-missão Imperatriz ou Tauaquara, que veio a ser o embrião da cidade de Altamira. As conseqüências desse processo foram desastrosas e os Kuruaya chegaram a ser considerados extintos na década de 1960. Nos anos seguintes, tiveram sua legitimidade questionada ou ignorada, mas a conquista de suas terras garantiu o reconhecimento de sua identidade étnica. Hoje vivem num movimento pendular entre a aldeia e a cidade, buscando assegurar seus direitos de cidadão indígena. Do tronco Tupi, a língua dos Kuruaya é da família Munduruku.

A aldeia é composta de uma população jovem que fala o português e conhece palavras soltas da língua materna. Até 2000, havia apenas um velho Kuruaya que falava fluentemente a língua na aldeia. Teve sua demarcação homologada pelo Decreto s/n de 18/04/2006.

2.8.2.1. Conflitos com indígenas

Foram relatados problemas de relacionamento ocorridos por conta da prática de pescaria comercial realizada por índios da aldeia Tukamã. A reclamação dos moradores, principalmente da localidade Ilha do Amor, próxima ao local utilizado pelo grupo de índios, tem sido com relação à quantidade de peixes retirada por estes, refletindo em um impacto negativo na pesca de subsistência das famílias da localidade. Outro fator de conflito é o fato da pesca estar ocorrendo na boca do lago do Amor localizado em frente à aldeia, que é abundante em peixes, serve para procriação dos mesmos e facilitava a pesca de subsistência dos moradores. Houve, recentemente, acordo firmado como os índios Xipaya, encaminhando soluções para o conflito (ANEXO C).

2.8.2.2. Questão dos moradores da Terra Indígena e da Esec Terra do Meio

Ao longo do Rio Iriri e nas proximidades com a Resex moram famílias tradicionais nas duas margens. Estas famílias estão localizadas dentro da Terra Indígena Cachoeira Seca (Figura 2. e Figura 2.23). Elas participaram da formação da Resex e possuem um grande relacionamento com os moradores da mesma. Foi informado a todas essas famílias, ao longo do tempo de formação da Reserva, as possibilidades de mudança da área da TI Cachoeira Seca para uma área dentro da Resex do Rio Iriri.

Foram levantadas na Terra Indígena Cachoeira Seca, um total de duzentas e cinqüenta e três pessoas distribuídas em cinqüenta e duas famílias pelas seguintes localidades: Cupí, Solidade, Bem-Bom, Maribel, Sorriso, São Sebastião, São Francisco, Praia da Mina, Cachoeirinha e Altos e Baixos. Segundo os dados levantados em maio de 2009 96% desses moradores nasceram e cresceram na região do Rio Xingu, Iriri ou Riozinho do Anfrísio, devendo ser, portanto, caracterizados como legítimos ribeirinhos. Além disso, dentre essas cinqüenta e duas famílias do entorno, 63% tem grau de parentesco com moradores das Resex (Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio), 44% tem relação de cumpadrio, e 23% trabalha ou já trabalhou com moradores das Resex. Vale observar que esses valores são independentes entre si, por isso ultrapassam 100% quando somados.

Boa parte dos moradores gostaria de permanecer na TI Cachoeira Seca, principalmente devido aos gastos que estariam envolvidos com a mudança para a Reserva. Outro fator que influencia a mudança destes moradores é a sua área de uso, rica em castanhais, regiões de copaíba e andiroba. Do lado da reserva, estas famílias teriam limitado o seu acesso a estas formas de extrativismo. Além disso, as áreas abaixo do Igarapé Leite até a Cachoeira do Julião são impróprias para a abertura de novas moradias por ser área alagadiça. Segue abaixo a área de uso dos moradores do entorno, lembrando que até o momento não foram mapeadas as áreas de uso dos moradores da ESEC Terra do Meio.

Segundo relato dos moradores que estão na TI Cachoeira Seca, os índios são coniventes a sua estada nestas terras e reconhecem as áreas de extrativismo destas famílias e de seus antepassados, porém informaram que se eles saírem da terra não poderão continuar a extrair seus produtos e por isso, muitos destes moradores relutam em sair da

área da Terra Indígena. Contudo, por conta da privação de acesso a direitos, principalmente de créditos, eles aceitariam se mudar, nesse momento, caso alguma indenização fosse paga pelas benfeitorias que seriam abandonadas. Outro fator importante levantado é que a Resex não possui terra alta suficiente para abrigar todas estas famílias, por isso a capacidade para abrigar novos moradores deve ser analisada antes de encaminhar soluções para este impasse.

Essa indefinição com relação à situação dos moradores da TI Cachoeira Seca leva à possibilidade de novos conflitos entre os que são oficialmente moradores da reserva e os que não são moradores oficiais, pois os direitos de utilização do rio para pesca, uma das principais fontes de renda da região, são dos moradores oficiais. Assim, devem-se tomar alguns cuidados nesse sentido:

- Reconhecer esses moradores como usuários da Reserva, principalmente junto aos moradores da Resex;

- Buscar soluções para a regularização da situação dessas famílias;

- Aumentar o diálogo entre os moradores do Rio Iriri;

- Informar os ribeirinhos moradores da TI Cachoeira Seca das decisões tomadas pelos moradores da Reserva;

- Informar os moradores da Reserva sobre as opiniões dos moradores da TI Cachoeira Seca;

- Procurar junto aos órgãos responsáveis prováveis soluções para o conflito.

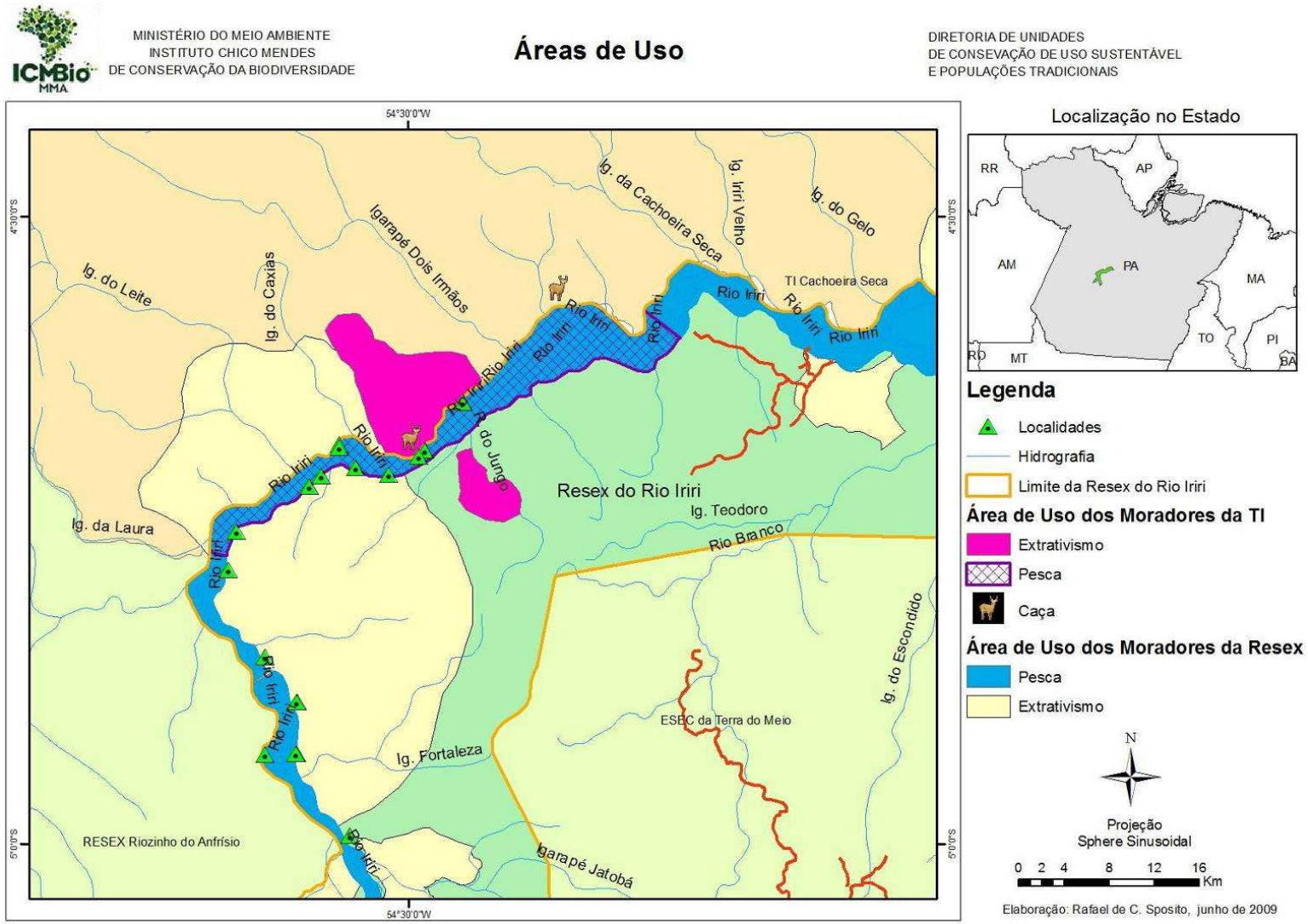

Figura 2.24. Área de uso dos moradores da TI Cachoeira Seca que habitam a região do Médio Iriri.

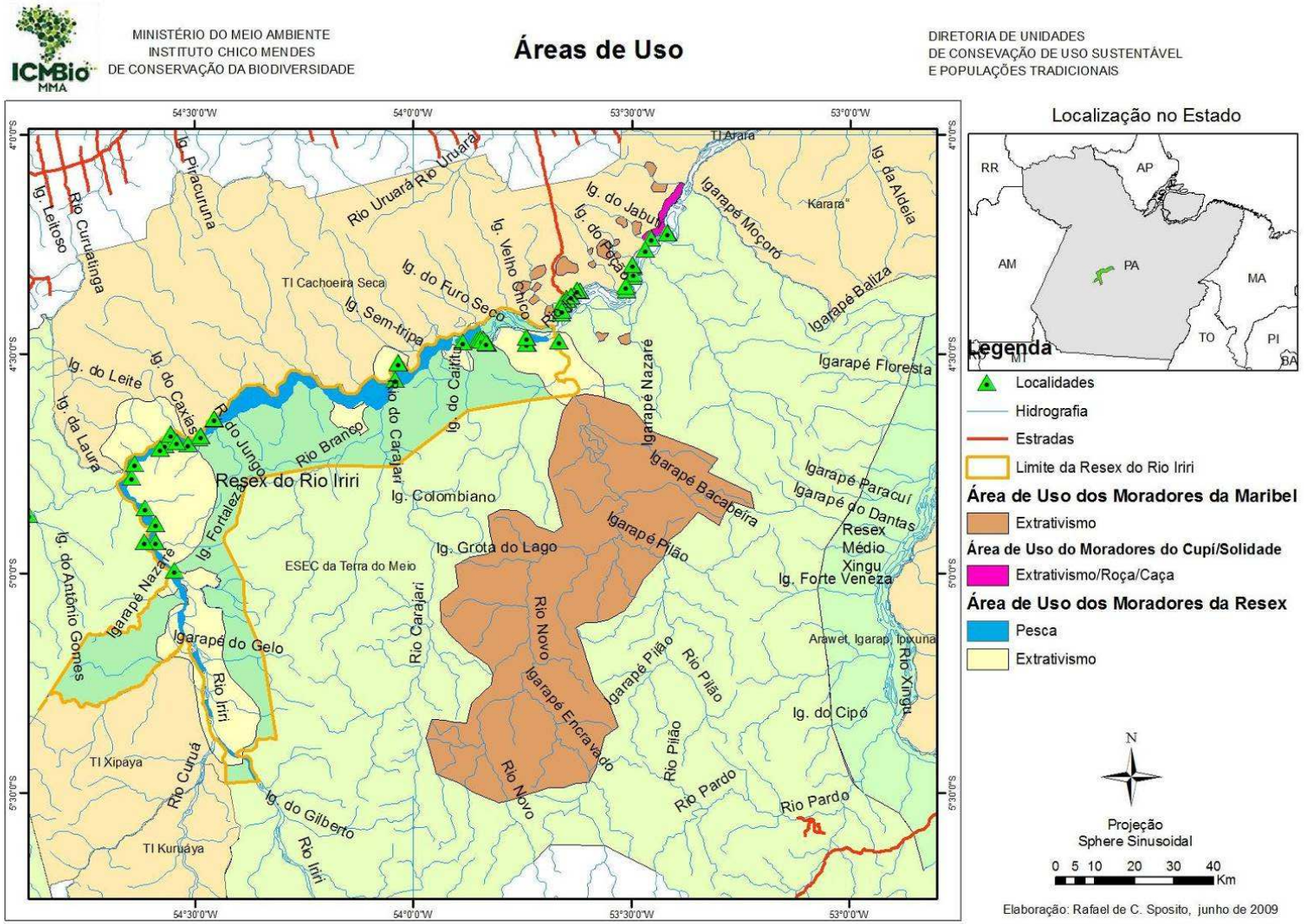

Figura 2.23: Área de uso dos moradores da TI Cachoeira Seca que habitam a região do Baixo Iriri.

Há, então, possibilidades futuras de conflitos a serem administrados pelos moradores e pelo ICMBio, quais sejam: as áreas não ocupadas podem já estar sendo utilizadas por algumas das famílias ou terem seus castanhais cobiçados e as fontes extrativistas podem não ser suficientes para absorver moradores tanto da ESEC Terra do Meio, quanto da TI Cachoeira Seca por isso um levantamento mais preciso sobre essas informações deve ser realizado.

2.8.2.3. Maribel

A região da Maribel é uma das principais portas de entrada e saída da Reserva. O travessão Trans-Iriri é a ligação mais fácil dos moradores do Baixo Iriri com a cidade de Uruará, à qual eles recorrem principalmente em casos de doença, saque de benefícios sociais e venda de produtos.

Em Canaã se situa o meio de comunicação – telefone público – mais próximo para os moradores do Baixo Iriri. Em todo o travessão Trans-Iriri estima-se que morem mais de quinhentas famílias. Já ao longo da TI Cachoeira Seca existem aproximadamente trinta e cinco travessões, que abrigam aproximadamente mil e duzentas famílias, segundo funcionário da FUNAI entrevistado na Maribel durante segunda expedição de levantamento socioeconômico (ICMBio, 2008).

O principal ponto negativo da existência deste travessão, citado pelos moradores do Baixo Iriri, é a invasão de pessoas, na época do verão, para pescar na área da Reserva, e quando saem deixam lixo e destruição.

Para além dessas questões, no entanto, reside o fato de alguns dos moradores da região da Maribel, fora dos limites da Resex, residirem no local há mais de quarenta anos e terem diversos parentes e compadres nas Resex do Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio. Por conta de estarem em uma Terra Indígena, foram historicamente excluídos das políticas de Unidades de Conservação e, atualmente, têm reivindicado junto ao ICMBio e demais instituições que atuam na região, que levem em consideração as histórias de vida dessas populações.

2.8.3. Ameaças e conflitos internos

As principais ameaças e conflitos internos parecem derivar principalmente do processo de associativismo que está em curso na Resex. Antes da demarcação da Reserva os moradores mantinham relações entre si sem maiores conflitos pessoais, o que muda com a ação do governo e de instituições, cada vez mais presente. Os conflitos emergem quando se começa a implementar ações de melhoria da qualidade de vida dos moradores em determinados pontos e em outros não. Por conta das longas distâncias entre as residências/regiões, a distribuição dos benefícios torna-se um grande desafio.

Ao se construírem ações que atendam um ou outro lugar em detrimento do todo, começam a se romper os fios sociais que haviam sido tecidos pela convivência. Como geralmente esses acontecimentos têm uma velocidade muito maior do que a possibilidade de refletir/avaliar/aprender junto com essas famílias sobre tais acontecimentos, muitos problemas se criam. É necessário, no entanto, perspectivando uma diminuição nas ameaças e conflitos internos e uma conseqüente maior possibilidade de fortalecimento comunitário e conquista de direitos, que ocorram processos de valorização dos espaços de organização comunitária internos à comunidade e um aprendizado contínuo sobre outras formas de associativismo, como por exemplo, o espaço da associação e cooperativismo.

A intenção de moradores do Baixo Iriri de montar outra Associação, parte da premissa de que a Associação de Moradores existente não atende aos seus interesses e as melhorias ficam restritas à região onde moram seus atuais diretores.

Seguindo um caminho de entendimento e de fortalecimento, aumentam as possibilidades de se ampliarem os elos entre os moradores, fortalecendo o tecido social que mantém a solidariedade entre estas famílias. É preciso, portanto, ao se buscar a efetivação de ações de melhoria da qualidade de vida dos moradores da Resex e de proteção da floresta que essas famílias habitam, investir na formação destes moradores, buscando o fortalecimento comunitário e a gradativa conquista de direitos.

3. GESTÃO DA UNIDADE

3.1. Estrutura da gestão da Unidade

3.1.1. Gestão da Unidade

O ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) é o órgão gestor responsável juridicamente pela gestão da Resex do Rio Iriri. Atua de forma direta na organização da comunidade e nas ações de conservação do meio ambiente, contratando e coordenando atividades de consultoria, aprovando e muitas vezes apoiando projetos de intervenção local e pesquisa, fiscalizando e articulando ações para a melhoria local com outras instituições, agindo na proteção e articulação com todos os temas de gestão que influenciam direta ou indiretamente a Resex, além de ser o órgão responsável pelo fomento de ações de educação ambiental e regularização de atividades das mais diversas instituições.

Os gestores do ICMBio, responsáveis pela Resex, ficam lotados em Altamira/PA e estão vinculados à recém criada Coordenação Regional 03, com sede em Itaituba/PA, e à DIUSP – Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais, na sede nacional do ICMBio, em Brasília.

A gestão da unidade sempre foi compartilhada com a gestão das outras Unidades de Conservação que compões um mosaico de UCs Federais da Terra do Meio, principalmente com a gestão da Resex Riozinho do Anfrísio. Portanto os servidores lotados na Resex do Rio Iriri integram suas ações com as demais Unidades de Conservação da Terra do Meio, sendo esta gestão integrada estratégica para consolidação e implementação destas unidades. Em função disto, o ICMBio publicou a portaria nº 28 de 17/12/2007, que criou as bases operacionais em núcleos de gestão integradas.

Faz-se necessário, ainda, a formalização do mosaico da Terra do Meio, sendo importante ressaltar que se deve ampliar a discussão sobre quais áreas protegidas farão parte deste mosaico, levando em consideração na oficialização do mesmo à dificuldade de logística na região, o tamanho da área em questão, o grau de implementação das unidades,

a integração entre o ICMBio-IBAMA-SEMA/PA-FUNAI e os recursos humanos e financeiros disponíveis.

Para gestão compartilhada com a sociedade da Resex e cumprimento do que determina o SNUC em seu artigo 18 § 2, foi criado, em 2008, o Conselho Gestor da Unidade, composto por diversos segmentos sociais e governamentais com caráter deliberativo. O Conselho Deliberativo foi oficializado pela Portaria nº 13 de 06 de fevereiro de 2008, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação.

O conselho se reúne três vezes por ano, sendo duas reuniões ordinárias e uma extraordinária. As três primeiras reuniões ocorreram na cidade de Altamira, porém foi solicitado pelos moradores que as reuniões posteriores ocorressem no interior da Resex. Assim se deu as duas últimas reuniões e se percebeu que dessa forma, no interior da Resex, os ribeirinhos se comunicam melhor, expõe melhor seus anseios e as instituições mergulham na realidade local. Em contrapartida, a reunião é mais dispendiosa e a dificuldade do deslocamento impede a participação de alguns conselheiros institucionais importantes, por isso é necessário haver um balanço e se distribuir as reuniões de forma que haja gastos equilibrados e participação representativa de todos setores atuantes.

Além da instância formal de gestão participativa proporcionada pelo Conselho Deliberativo, o órgão gestor tem interlocução direta com outros espaços organizativos das comunidades.

3.1.2. Infraestrutura e Equipamentos

A Resex do Rio Iriri não dispõe de infraestrutura na Unidade e sua base está localizada no escritório do IBAMA/ICMBio em Altamira.

Os equipamentos e materiais permanentes estão no ESREG/IBAMA/Altamira e foram adquiridos, em sua maioria, através do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA e encontram-se em bom estado de conservação.

3.1.3. Pessoal

Durante o primeiro ano de existência, a Resex não possuía funcionários, sendo que a gestão da mesma era feita graças ao apoio de funcionários do ESREG de Itaituba/PA e Santarém, e ações pontuais de Brasília.

Em novembro de 2005, através de concurso promovido pelo IBAMA, uma servidora foi lotada na Resex Riozinho do Anfrísio, colaborando também com a gestão da Resex do Rio Iriri, até sua transferência para outra Resex em maio de 2009.

No ano de 2007, dois novos analistas foram lotados na Resex do Rio Iriri. Desde então, iniciou-se um trabalho integrado entre as duas Resex, o que proporcionou um melhor desempenho das atividades e maior cumprimento das demandas.

Em 03 de agosto de 2009 foi publicado no D.O.U a Portaria ICMBio nº 408/2009, que nomeou o primeiro chefe da Resex do Rio Iriri.

Ainda em 2009, houve a convocação de treze analistas, concursados, que vieram somar ao NGI (Núcleo de Gestão Integrada) de Altamira e assim, neste contexto de gestão integrada, auxiliar na gestão das UCs geridas em Altamira. Destes, dois gestores foram lotados na Resex do Rio Iriri.

Mesmo com esse trabalho integrado, há muitas demandas da Unidade que ficam comprometidas em função do número reduzido de funcionários. É necessário que o efetivo de funcionários aumente, seja através de concurso, seja através de contratos.

Qualquer funcionário novo, seja do ICMBio, sejam de instituições parceiras devem estar cientes que necessitam conhecer a Resex, seus moradores, regras da unidade e demais mecanismos de gestão, para evitar repetir trabalhos e obter um melhor entendimento da realidade local e modo de vida de seus moradores, garantindo o uso consciente e sustentável dos recursos naturais da reserva e assim continuando os trabalhos desenvolvidos anteriormente a sua chegada.

3.1.4. Associação

Na Resex do Rio Iriri há atualmente uma associação chamada AMORERI – Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri, criada em 16 de junho de 2007, com sede na própria Resex.

A AMORERI foi criada graças ao apoio da sociedade civil organizada, para se ter uma personalidade jurídica no processo de criação da Resex e melhor interlocução com as comunidades.

Sua importância é clara para alguns moradores: “se na nossa casa, que tem só quatro pessoas temos que estar reunindo para resolver os problemas, imagina numa comunidade inteira”, diz Assis Porto, morador da localidade Pati. Enquanto que para outros moradores a idéia de associativismo ainda não foi amadurecida, o que faz com que a AMORERI tenha dificuldades de atuar sem ajuda de entidades externas.

Além desse processo de entendimento do papel do associativismo na vida cotidiana dos moradores, está o descontentamento cada vez maior com a diretoria da associação por parte dos moradores do Baixo Iriri, encaminhando-se para a estruturação de outra associação. As falas trazem um descontentamento com a postura do presidente, que tem agido em benefício próprio ou para o benefício dos poucos que residem próximos a sua localidade.

Outro fator que contribui para a estruturação de uma segunda associação é a freqüente desordem nas reuniões comunitárias. O que se percebe é que há o entendimento de que se há algo errado na direção de um movimento é preciso fazer outro.

Estas situações indicam a necessidade de se promover ações de formação política com os moradores do Rio Iriri, procurando dialogar acerca do fazer política, os aprendizados históricos da democracia, do poder do povo, quais os avanços, quais as dificuldades. Esta questão da formação política é algo fundamental para o fortalecimento da organização comunitária, pois é no exercício de entendimento do que é política, das dificuldades de atender a interesses coletivos em detrimento de interesses próprios, que se

constrói uma convivência mais respeitosa com o outro, evitando a cooptação política e troca de favores.

A realidade Amazônica, em grande parte, ainda é marcada pelo coronelismo, pelo patronato, situação que marca o imaginário dos moradores. Aqui é preciso, portanto, por um lado, ler a realidade política em que estão inseridos os moradores da Resex, como também, aprender os ensinamentos históricos de quem se debruçou sobre o entendimento do cuidado com o coletivo.

Somado a essa formação política faz-se necessário também que haja uma formação voltada para os processos de associativismo e cooperativismo, buscando a compreensão dos papéis de cada diretor da associação de moradores e o papel dos moradores no processo de fortalecimento dela. É essencial que este trabalho ocorra com uma freqüência, ampliando este intervalo conforme o amadurecimento sobre o tema, a fim de que sejam proporcionadas as condições para um entendimento aprofundado do associativismo e que conflitos entre moradores possam ser resolvidos de maneira a fortalecer os laços comunitários.

3.1.5. Conselho Deliberativo

A preparação do Conselho Deliberativo da Resex do Rio Iriri foi o principal enfoque dado às expedições realizadas pelo ICMBio em 2007. Este processo está documentado e a disposição na sede da unidade.

Dentre os critérios de seleção dos conselheiros foi definido que deveria haver representatividade de pessoas de todo o Rio Iriri para que as opiniões de todas as pessoas pudessem chegar até as reuniões de Conselho e também para que os resultados da reunião voltassem para todos, bem como uma boa distribuição entre as instituições que fariam parte do conselho.

Dentre as pessoas escolhidas há três pessoas do Alto Iriri, oito pessoas do Médio Iriri e quatro pessoas do Baixo Iriri; seis mulheres e nove homens; dez pessoas que lêem e escrevem um pouco; há três pessoas com mais de cinqüenta anos; onze pessoas de vinte e

cinco a cinqüenta anos e três pessoas abaixo de vinte e cinco anos. Observa-se, portanto que o grupo escolhido é representativo.

Com os representantes das comunidades e instituições escolhidas durante as reuniões, foi realizada uma reunião em Altamira para a finalização da formação do Conselho.

Todo este processo de formação ocorreu juntamente com a Resex Riozinho do Anfrísio e todas as reuniões do conselho que ocorreram até hoje foram em conjunto com o conselho do Riozinho do Anfrísio. É importante se discutir a possibilidade de junção destes conselhos o que diminuiria gastos e quantidade de conselheiros, facilitando a gestão e a metodologia de condução das reuniões.

Após a publicação da portaria oficializando a formação do conselho, já houve cinco reuniões, sendo que nas duas primeiras formulou-se o regimento interno e um plano de ação inicial focado em saúde e educação. Nas outras três reuniões as pautas se basearam principalmente em: reconhecimento da Resex pelo INCRA; acordos de pesca; retorno de famílias para Resex; projetos de instituições parceiras; discussão do plano de manejo; formação de grupos de trabalho para discutir temas como: pesquisa, produção e comercialização, saúde e educação, dentre outros. As duas últimas reuniões do conselho deliberativo ocorreram no interior da unidade o que melhorou significativamente a participação e intervenções verbais dos ribeirinhos, bem como propiciou as instituições conselheiras conhecer de perto a realidade das comunidades, as moradias e o modo de vida tradicional dos ribeirinhos.

É importante destacar que as metodologias utilizadas para condução das reuniões, devem levar em conta o baixo grau de instrução formal dos moradores, tendo o mínimo possível do uso de linguagem escrita, quem estiver conduzindo a reunião deve falar devagar e pausadamente, observando e perguntando sobre o entendimento dos pontos levantados nas mais diversas pautas e preferencialmente realizar as reuniões no interior da unidade agregando a elas atividades culturais e atividades com as crianças.

3.1.6. Proteção dos Recursos Naturais

O Plano de Proteção da Resex do Rio Iriri já está elaborado e tem como objetivo embasar o planejamento, as ações e a integração com a população, a fim de combater as ameaças à preservação da unidade e de seu entorno. Este plano foi elaborado pela equipe técnica do ICMBio de Altamira, tendo como base os trabalhos de campo realizados no decorrer dos últimos anos e oficinas específicas realizadas para o tema. Será um documento norteador das atividades, tendo que ser constantemente revisado com intuito de melhorar as práticas utilizadas na proteção.

Os vetores de pressão que se pretende trabalhar por meio deste planejamento são: exploração de madeira, pesca comercial predatória, invasões, extração mineral, caça esportiva e comercial, grilagem, atividade agropecuária, grandes fazendas, pistolagem e desmatamento. Dentre as estratégias de atuação levantadas estão à ocorrência de operações de fiscalização, o atendimento de denúncias e a integração com o entorno, sendo esta última centrada na atuação do Conselho Deliberativo.

3.2. Regras de Convivência

3.2.1. Plano de Utilização da Resex do Rio Iriri: Elaboração

O processo de elaboração do Plano de Utilização da Resex do Rio Iriri foi baseado na Instrução Normativa/ICMBio 01/2007, que regulamenta os procedimentos para elaboração do Plano de Manejo e Plano de Utilização das Reservas Extrativistas.

Foi construído antes da elaboração do plano de manejo, mas não fora publicado. Destaca-se que este plano de uso passou por todas as instâncias deliberativas e foi aprovado pelo conselho em sua 4ª reunião ordinária, faltando somente análise da procuradoria jurídica e encaminhamento para publicação. No entanto, devido à elaboração deste plano de manejo em seqüência, percebeu-se que não haveria necessidade de publicação do plano de uso separadamente.

Para construção deste plano de uso, foram realizadas reuniões de planejamento em Altamira e quatro reuniões em campo com as comunidades, sendo três reuniões menores e

uma reunião grande com toda comunidade, a fim de se coletar e validar as informações que construíram de forma participativa este plano de uso.

Nas reuniões menores foram discutidas as formas de utilização da UC, que já tinha começado com a aplicação do DRP durante os trabalhos de 2006 e 2007, e na reunião grande foram validados e comparados os dados coletados e as regras conflitantes foram apresentadas e discutidas até a chegada de um consenso.

O plano de uso foi encaminhado a DIUSP que emitiu o parecer técnico nº nº13/CGREX/DIUSP/2009 no qual foram apontadas contribuições significativas. Estas foram à plenária na 4ª reunião do conselho deliberativo, ocasião na qual se aprovou e encaminhou o plano de uso para publicação, depois de acatada todas as contribuições do parecer técnico citado.

3.2.2. Plano de Utilização da Resex do Rio Iriri:

OBJETIVOS E FINALIDADES DESTE PLANO DE UTILIZAÇÃO (PARA QUE SERVE ESTE PLANO DE USO)?

1 O objetivo deste plano de utilização é proteger a reprodução familiar, comunitária e a conservação da Reserva Extrativista do Rio Iriri através das regras da utilização dos recursos naturais por parte de seus moradores através da determinação dos comportamentos a serem seguidos.

2 É finalidade deste, orientar as atividades produtivas que não destroem o meio ambiente e que estão incorporadas ao modo de vida dos moradores.

3 O Plano de Utilização deve ser um guia para que os moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri tirem seu sustento da Reserva, mas se comprometam em conservá-la para seus filhos, netos e gerações futuras.

4 O plano de utilização servirá ainda como um guia para as ações do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade dentro da Reserva Extrativista do Rio Iriri. Além disso, é objetivo deste Plano de Utilização ser instrumento legal frente aos órgãos da administração pública dos poderes executivo e judiciário para que as normas de utilização da Reserva aqui estabelecidas sejam respeitadas e cumpridas.

5 É finalidade deste plano de utilização definir um acordo de convivência e as responsabilidades e competências de cada um na utilização dos recursos naturais da Reserva Extrativista do Rio Iriri.

RESPONSABILIDADES PELA EXECUÇAO DO PLANO

6 São responsáveis pela execução do Plano de Utilização:

a) Todos os moradores e associações de moradores,

b) O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e

c) Todas as organizações que compõe o Conselho Deliberativo da Reserva.

7 O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é responsável pela administração da Reserva e a gestão compartilhada juntamente com o Conselho Deliberativo e Associações de Moradores. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é o órgão gestor da Reserva sendo responsável pela execução do Plano de Utilização, assim como pelo monitoramento, proteção ambiental e auxílio nos encaminhamentos das atividades de fomento.

DELIMITAÇÃO DOS TERRENOS/COLOCAÇÕES, ENTRADA DE NOVOS MORADORES E VENDA DE BENFEITORIAS

8 Cada família só poderá ter uma moradia, uma área de uso imediato e área do roçado. Entendendo que as áreas de castanha e as roças, podem ser distantes da morada.

9 Responsabilidade dos extrativistas zelarem por suas estradas de castanheira ou outras estradas que possuem em sua área e nas áreas de uso comum.

10 No caso da ocupação de colocações abandonadas, a própria família é que tem direito em primeiro lugar; para que outras pessoas ocupem, devem ser autorizadas pela associação e vizinhos, devendo ser comunicado o chefe da Resex.

§1 A mesma família não pode ter duas ou mais colocações

§2 Para que a colocação seja considerada abandonada, deverá ser ouvida a família, vizinhos e a Associação.

11 Fica proibido o loteamento e venda das colocações existentes na Reserva.

12 A transferência de uma família para uma nova morada deve ser aprovada pelos vizinhos, associação com registro em ata da reunião e pelo chefe da Resex, respeitando o zoneamento da reserva.

§1 Fica proibida a venda de colocações no interior da Resex. Podendo ser vendidas apenas as benfeitorias.

13 Caso o morador queira sair da Reserva, a venda da benfeitoria só poderá ser feita para outro morador da reserva, ou seja, pessoas estranhas não tem direito a comprar a benfeitoria, retirá-la da Reserva ou morar dentro da área onde está a benfeitoria.

ATIVIDADES EXTRATIVISTAS

14 O uso do fogo deve ser evitado ao máximo pelos moradores podendo ser utilizado para a abertura de roçados e novas moradas, desde que sejam tomados todos os cuidados necessários. A pessoa que fizer o fogo fica sendo responsável pelas suas conseqüências.

15 Deve-se, portanto, ao utilizar o fogo:

§1 Fazer aceros, em mutirões como forma de dividir responsabilidades.

§2 É obrigatória a abertura de aceros no entorno das árvores nobres, por exemplo: Castanheira, Andiroba, Copaíba, Seringueira, Ipê, Mogno, Cedro e outras madeiras de lei.

§3 Não fazer queimadas em nascentes.

§4 Cada família é responsável pela queima de sua área.

16 As seringueiras e castanheiras não podem ser derrubadas. São proibidas as derrubadas e queimadas que ameacem a sobrevivência das seringueiras e castanheiras.

§1 Pode-se cortar castanheira e outras árvores nobres dentro da colocação, desde que essas ofereçam perigo aos moradores ou a suas atividades. Com o conhecimento e autorização da associação e do chefe da Resex.

17 É permitido que seja roçado (mantendo as árvores maiores) até 100 (cem) metros em frente às colocações.

18 As estradas de seringa que estão desativadas somente poderão ser abertas pelos antigos extrativistas, respeitando um a estrada do outro.

§1 Caso as estradas sejam reabertas, deve ser construído de forma coletiva um mapa indicando quais são as áreas de cada família.

§2 As novas estradas que forem abertas, devem ser submetidas aos moradores do local e a associação, desde que respeitados o zoneamento da Resex.

19 Ficam definidos como áreas comuns para a exploração da castanha o Igarapé do Gelo (exceto o castanhal do Zezinho), o Carajari e o Nazaré.

§1 Quando alguém quiser coletar castanha em uma área comum deve convidar, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para ir junto outros moradores que não tenham castanhais produzindo dentro de sua área.

§2 Deve-se deixar castanhas nos castanhais comuns, para aqueles que justificaram o fato de não poderem ir no dia combinado.

20 A coleta de Copaíba, Breu, Andiroba, mel, cipós e outros produtos tradicionalmente coletados podem ser praticadas em qualquer local dentro da reserva, desde que respeitando as áreas das casas de cada família e o zoneamento da Resex.

21 Os moradores da Reserva poderão extrair madeira para uso próprio e pequenas vendas, tais como construções dentro da Reserva, barcos, gamelas, remo, artesanatos, móveis, instrumentos de trabalho, desde que respeitado as suas áreas de uso.

§1 Não podem ser derrubadas as seguintes espécies: castanheira, andiroba, copaíba, seringueira, mogno, e outras madeiras protegidas por lei. Deve-se evitar retirar o ipê roxo e jatobá por serem medicinais.

§2 Para lenha ou carvão só podem ser utilizadas árvores mortas, caídas ou de capoeira e para ser utilizado dentro da Resex.

§3 Caso haja retirada de madeira em tora ou beneficiada em tábuas para venda deve ser feito um plano de manejo florestal comunitário especificando esta atividade.

22 É permitido o uso de palmeiras por parte dos moradores para a cobertura de suas casas, bem como a coleta de seus frutos, folhas, e sementes. Fica autorizado o corte para a construção de casas e instalações conforme a tradição local.

23 Somente moradores cadastrados na Resex podem explorar os produtos não madeireiros da Resex. Como por exemplo: castanha, copaíba, andiroba, seringa, mel, cipó (titica, ambé, timbó), breu, cascas de árvores, sementes, palhas, frutos, fitoterápicos, coco babaçu, buriti, açaí, patuá, cumaru, bacaba, jatobá, desde que a exploração não comprometa o uso destas espécies pelas futuras gerações.

§1 Caso for ocorrer produção em larga escala para venda é necessário estudo específico e deve estar tratado no plano de manejo da Resex.

24 Além das atividades extrativistas, os moradores da Reserva poderão realizar atividades complementares, tais como:

§1 Agricultura para consumo familiar e venda (arroz, mandioca, feijão, pimenta do reino, urucum, milho, banana, batata, inhame etc.).

§2 Criação de animais de pequeno e médio porte.

25 Fica definido que o tamanho das roças não pode ultrapassar 20 (vinte) hectares por família e que deve ser distante do rio e de igarapés ao menos 100 (cem) metros.

§1 Esse limite de 20 (vinte) hectares inclui as atividades complementares.

§2 Este limite é a quantidade máxima a ser aberta durante a vida do Extrativista e reflete o uso tradicional das gerações da Resex.

26 Na criação de animais de médio porte, devem ser obedecidas as seguintes regras:

§1 Eles devem ser criados de forma cercada.

§2 O dono do animal deve cuidar para que o mesmo não passe fome.

§3 A responsabilidade pelos danos causados pelos animais é do seu criador.

§4 A construção de cercas, chiqueiros, etc. também é responsabilidade do criador.

ATIVIDADE DE PESCA

27 Os moradores cadastrados da Reserva têm o direito de pescar (mariscar) para sua alimentação e para venda, respeitando a lei do defeso.

28 Não é permitido aos moradores convidar pessoas que moram fora da Reserva para essas atividades.

29 Na atividade de pesca é proibido aos moradores da Reserva a utilização de explosivos, venenos, e arrastão para pesca nas áreas da Reserva.

30 Os restos de peixe que serão vendido e o lixo devem ser enterrados e nunca jogados ao rio ou praia.

31 Tarrafa, linha e anzol (tela), flecha e malhadeira são permitidos, desde que respeite a legislação que diz que o tamanho da malhadeira deverá ser no máximo um terço da largura do rio. É permitido o uso de malhadeira (malhas com tamanho entre 12 (doze) centímetros a 18 (dezoito) centímetros).

32 Os mariscadores não podem pescar na frente de nenhuma casa, a não ser a sua, sem a autorização do(s) morador (es) residente(s) na área.

§1 Em colocações abandonadas, a área em frente à colocação é de uso coletivo.

33 Todo rio é de uso coletivo, respeitando uma faixa de 500 (quinhentos) metros para cada lado das colocações.

§1 O Sr. Sebastião Feira, morador cadastrado na Resex do Riozinho do Anfrísio, pode continuar a pescar e realizar suas atividades na Resex do Rio Iriri (como sempre ocorreu), sempre respeitando as normas de uso desta unidade, insere-se

o Sr. Sebastião Feira neste item, pois o mesmo está cadastrado no Riozinho do Anfrísio, porém é usuário da Resex do Rio Iriri.

34 Nenhum lago ou igarapé afluente ao Rio Iriri pode ser utilizado para a pesca comercial, sendo consideradas áreas de reprodução de peixe e também para pesca de subsistência.

OUTRAS ÁREAS RECONHECIDAS PELOS MORADORES

35 Os rios, lagos, igarapé, nascentes, vazadouros, praias e barrancos da Reserva e do entorno a ser definido no Plano de Manejo da Reserva são áreas de uso na Reserva, respeitando-se a tradição dos moradores, sendo proibido o desmatamento. Casos essas áreas estejam desmatadas, as mesmas deverão se reflorestadas ou deverão ser abandonadas para regeneração.

36 As nascentes dos rios, lagos e igarapés foram definidas pelos moradores como áreas de preservação permanente para as futuras gerações e preservação do próprio rio Iriri, não sendo permitida qualquer atividade de coleta de castanha e pesca.

37 Fica definida a localidade Ressaca da Califórnia como centro comunitário e a comunidade Boa Esperança como possível região para construção de outro centro comunitário.

PROTEÇÃO DA RESERVA

38 Cada morador é colaborador para fazer cumprir as normas em sua área, cabendo a ele não só zelar por sua colocação, como também observar para que as normas deste Plano de Utilização estejam sendo cumpridas pelo conjunto dos moradores.

39 A fiscalização da Reserva é responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que deverá contar com o apoio das Associações de Moradores existentes na Reserva e do Conselho Deliberativo.

40 Caso haja a invasão ou ocupação sem autorização de moradas abandonadas o fato deve ser comunicado às associações de moradores para que entrem em contato com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade visando que sejam tomadas as devidas providências.

PENALIDADES

41 O não cumprimento do presente Plano de Utilização significa quebra do compromisso do Direito de Uso da Reserva por parte dos moradores, de modo a conservá-la para os filhos e netos, tal como a receberam, e poderá resultar na perda dos direitos de uso por parte do infrator, nos termos das penalidades estabelecidas neste Plano de Utilização.

42 Quando houver uma infração ao Plano de Utilização, o morador, as pessoas das instituições e os visitantes estarão sujeitos às penalidades previstas neste Plano de utilização e na Lei de Crimes Ambientais.

43 Se for identificada alguma infração a esse Plano de Utilização, pelos moradores, pessoas das instituições e os visitantes serão inicialmente advertidos por escrito pela Associação ou pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Se voltarem a cometer o mesmo erro ou em caso de crimes graves, o caso deverá ser encaminhado ao Conselho Deliberativo para que sejam tomadas as devidas providências.

44 O Plano de Utilização constitui-se como o documento que estabelece os acordos entre os moradores da Reserva e deve ser considerado perante o Ministério Público em processos legais que tratam do uso da Reserva.

45 De acordo com o previsto neste Plano, morador extrativista que descumprir o limite de 01 colocação perderá o direito de uso da área aberta por último, ficando a critério da associação a destinação dela.

46 O morador extrativista que tiver perdido o direito de uso não poderá requerer outra colocação na mesma Unidade.

DISPOSIÇÕES GERAIS

47 A divulgação do Plano de utilização deve ser ampla, especialmente entre os moradores da Reserva Extrativista do Rio Iriri, pois o mesmo é um guia para os moradores.

48 As Associações de Moradores da Reserva e o Conselho Deliberativo deverão observar o Plano de Utilização e deverão ser parceiros do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade no processo de administração da Reserva.

49 Quando um extrativista solicitar a transferência ou troca de sua morada por outra, a transação só poderá ser efetuada após aprovação da comunidade e desde que aquela morada esteja bem cuidada (estradas limpas, recursos ambientais conservados). Deve-se fazer o registro em ata comunitária.

50 Fica proibida a ocupação de colocações e utilização de residências por pessoas não extrativistas, salvo pessoas que comprovadamente prestem serviço a comunidade.

51 Não há limites de regatão, ou seja, qualquer beneficiário da Resex que quiser fazer o trabalho de regatão é bem vindo e pode comercializar com os demais ribeirinhos.

52 O acesso de regatão dentro da unidade para compra e venda de produtos deve ser comunicado a associação e ao gestor da Resex. A comercialização dos produtos deverá ser livre entre a comunidade e o regatão.

53 O acesso de pessoas estranhas à reserva deve ter a autorização, por escrito, do chefe da unidade com anuência da associação. Em caso de descumprimento desta norma, a pessoa será retirada da área, sendo responsabilizado civil e criminalmente, por atos praticados em desacordo com a legislação ambiental ou que coloque em risco a integridade física dos moradores da reserva.

§1 Entende-se estranhos por: pessoas não parentes dos comunitários e instituições em geral.

§2 A autorização escrita deve ser apresentada a qualquer morador sempre que solicitada.

54 Fica acordado entre os moradores que qualquer família que não esteja cadastrada até o momento e que queira mudar para a área da Resex deverá seguir os seguintes passos:

1º) Consultar a associação em uma reunião geral, com a presença da maioria dos moradores, através do encaminhamento de uma carta para a associação;

2º) A associação deve submeter a carta ao Conselho Deliberativo, que verificará se há algum problema ou risco de conflitos, autorizando ou não a família a ir para o local.

3º) Com as autorizações da associação e do Conselho Deliberativo, a família pode se mudar para o local escolhido e fazer a abertura de roça e construção da casa.

4º) Após autorizada a família tem até três anos para ocupar a área.

55 Caso tenha uma pessoa sozinha morando na casa de uma família, essa pessoa é considerada agregada e não uma nova família, por isso se quiser abrir uma colcoação deve passar pelo processo descrito no item 54.

56 Entende-se por família:

§1 Os pais e os filhos não-casados

§2 Pessoas maiores de idade que queiram morar sozinhas.

57 Podem pedir alteração deste plano de uso: As associações, o Conselho Deliberativo, o ICMBio, chegando sempre que possível a um consenso.

58 A revisão deste plano de utilização pode se dar sempre que solicitado, devendo o mesmo ser revisto a cada 2 anos de implementação.

SIGNIFICADOS:

Áreas de uso comum: Locais onde não tem “dono”, ou não foi identificado pessoas que queiram retirar PFNM desta área, neste caso a área é destinada a qualquer morador cadastrado, respeitando as regras aqui estabelecidas.

Morada/Colocação: Local onde a pessoa mora e seu quintal.

Localidade: Região onde está localizada uma ou várias moradias.

Regatão: Comerciante itinerante que leva e traz produtos da Resex em barcos regionais.

3.3. Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

A reserva ainda não possui o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. Este deve ser precedido da devida regularização fundiária que ainda não foi efetivada e da aprovação do plano de manejo.

3.4. Zoneamento da Unidade

O zoneamento da Resex é, segundo o SNUC, a definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz, ou seja, é uma ferramenta que visa organizar o uso e conservação dos recursos naturais. O zoneamento apresenta as diferentes formas de uso do solo e recursos naturais na Reserva Extrativista do Rio Iriri e sua zona de amortecimento é proposta no mesmo molde que foi estabelecido pela Resolução CONAMA 13/90, ou seja, dez quilômetros no entorno, devendo ser revista quando necessário (Figura 3.1).

De acordo com os trabalhos desenvolvidos na região, foram definidas seis classes de zoneamento: Zona de Pesca (ZP); Zona de Preservação (ZPP); Zona de Potencial Ecoturístico (ZPE); Zona de Extrativismo (ZE); Zona de Uso Intensivo (ZI); Zona de Amortecimento (ZA).

A Zona de Extrativismo foi dividida em duas subzonas: 1- Uso Sazonal; 2- Área Potencial. Abaixo seguem as definições das zonas e o mapa do zoneamento construído com as comunidades.

- **Zona de Pesca (ZP) -** Compreende as áreas onde podem ser realizadas a pesca para fins comerciais de acordo com o plano de utilização da Resex e acordos com indígenas. Corresponde ao trecho do Rio Iriri que vai do Rio Novo a ponta da ilha do Cosme; da cachoeira do Julião até o iguarapé Jabuti; da localidade João Pinto até a Raimunda Gomes. É importante lembrar que segundo alguns moradores do Baixo Iriri, ainda existem pessoas de fora da Resex que pescam no interior da Unidade.

Dessa forma, deve-se fiscalizar a entrada da reserva para não deixar que haja uma sobrepesca na região.

▪ **Zona de Extrativismo (ZE)** – Compreende as áreas destinadas ao uso múltiplo dos recursos florestais, com ênfase na exploração dos recursos florestais não madeireiros. Trata-se uma área importante para a manutenção do modo de vida e sobrevivência das comunidades residentes na Resex, sendo permitido o uso comercial dos produtos pelos moradores. As áreas enquadradas neste zona são divididas em duas subzonas:

- 1- Uso Sazonal – Compreende uma área de 176.487 (cento e setenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e sete) hectares, correspondendo a cerca de 32% da área total da Unidade. Esta área é utilizada pelos moradores da reserva, para o desenvolvimento de atividades tradicionais, como extrativismo e caça de subsistência. A utilização dos recursos nesta área pode se dar de forma comunitária ou individual de acordo com o plano de utilização.
- 2- Áreas Potenciais – Compreende uma área de 124.884 (cento e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta e quatro) hectares correspondendo a 31% da área total da Unidade. São áreas ainda não exploradas onde podem ser encontrados recursos extrativistas como castanheiras, copaíbas, andirobas, entre outros.

▪ **Zona de Uso Intensivo (ZI)** - Esta zona compreende os arredores das casas dos moradores da Resex, onde são implantados os roçados (descritos no item 2.7.1.2), obras de infra-estrutura, como por exemplo, casas de farinha, e onde se utiliza o trecho do rio para a pesca de subsistência.

- **Zona de Potencial Ecoturístico (ZPE)** – Compreende as áreas indicadas pelos moradores como de especial beleza cênica, com potencial para a realização de atividades de ecoturismo. Na Resex do Rio Iriri, essas áreas correspondem especialmente às praias que se formam durante a estação seca, de julho a outubro. Essas praias constituem verdadeiros espaços para o lazer, sendo possível tomar banho de rio e aproveitar a paisagem local. São elas: Praia do Jatobá, Jacubá, Mina, Curica e Furo Seco. Há também as Praias das Cobras, do Anfrísio, da Ilha do Feitiço, da Boca do Teimoso e também a região próxima a Jatobá conhecida como Cu de

Pilão. O turismo de experiência é também uma ótima opção, sendo que os eventuais visitantes terão a chance de vivenciar com os moradores locais, o tradicional modo de vida ribeirinho.

▪ **Zona de Preservação (ZPP)** – Compreende as áreas onde não há ocupação e nem uso humano, sendo destinada a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Esta área ocupa cerca de 147.328 (cento e quarenta e sete mil, trezentos e vinte e oito) hectares, correspondendo a aproximadamente a 37% da área total da Unidade.

- **Zona de Amortecimento (ZA)** – As ações de manejo implementadas nessa área objetivam não prejudicar os recursos naturais e modo de vida das populações da Unidade. Um total de 26% da área de extrativismo de uso sazonal 46.262 (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois) hectares está nesta zona, fora dos limites da reserva. Medidas restritivas de uso do solo devem ser tomadas sempre que o processo de ocupação ameaçar a integridade da Resex. Foi definida conforme resolução CONAMA de zona de entorno, sendo delimitada em dez quilômetros, devendo haver revisão quando necessário.

É importante lembrar que no modo de vida tradicional ribeirinho o manejo e a conservação dos recursos naturais são naturalmente praticados, pois essas populações dependem da integridade da floresta para dela retirar seu sustento. Sendo assim, é comum se fazer um rodízio entre as áreas de uso, ora explorando ora preservando os recursos de uma mesma região, de acordo com sua produtividade. Portanto, esse zoneamento deve atender a essa dinâmica de uso e ocupação do solo que já ocorre, sendo revisto e atualizado dentro do prazo de revisão do próprio plano de manejo.

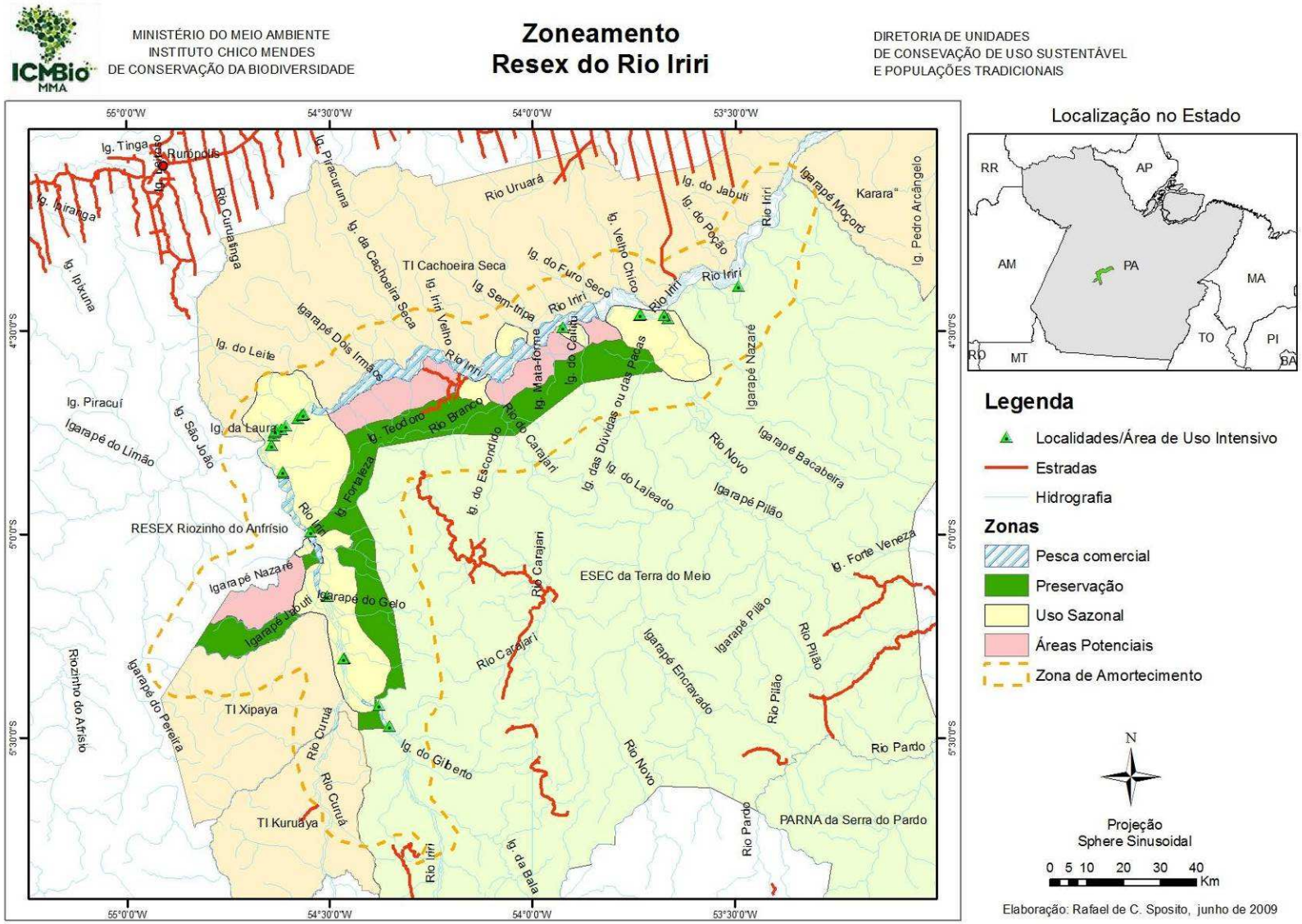

Figura 3.1. Zoneamento da Resex do Rio Iriri.

4. CENÁRIOS

As projeções dos cenários foram construídas com base nos diálogos acerca da elaboração dos Programas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Resex do Rio Iriri. Além disso, pretende-se o diálogo com as instituições responsáveis ou parceiras da Resex, procurando o cumprimento do seu papel de indicar estratégias e ações para as demandas identificadas nesse plano de manejo.

O conhecimento acumulado com a estruturação do plano de manejo (Diagnósticos, Plano de Utilização, Elaboração de Programas e Subprogramas e Zoneamento) deve ajudar a determinar as possibilidades futuras para a gestão da Resex. Será uma visão coletiva com papel norteador para o detalhamento de ações e prioridades realizadas pelos administradores que de alguma forma tem atuação na Resex, seja do ICMBio, AMORERI, Prefeitura, ONGs ou demais organizações de apoio.

4.1. Cenário Ótimo

Cenários para 5 anos	**Cenário 1 – Ótimo** (bem positivo)
Condições do Cenário / **Eixos de Gestão**	Muitos recursos para a gestão da Resex (equivale à manutenção do recurso ou mais recursos). Muitos parceiros envolvidos nas causas da Resex. Políticas públicas específicas para a Resex bem definidas. Mais linhas de projetos e investimentos privados para Resex. Projetos piloto de carbono e pagamento por serviços ambientais. Manutenção do regime hidrológico dos rios.
Fiscalização e Monitoramento	Boa gestão de conflitos e redução das pressões externas. Informações sobre dinâmica florestal (volume, biomassa, mortalidade e recrutamento), pesqueira e faunística (volume, biomassa, mortalidade e recrutamento). Bases operativas do ICMBio ao longo da unidade para pesquisa, visitas, proteção, fiscalização e monitoramento. Participação efetiva de comunitários nas atividades de vigilância. Interromper e evitar invasões e desmatamento na Resex. Todos os pescadores com

	carteira de pesca. Equipe de fiscais a disposição com um analista e cinco técnicos ambientais.
Desenvolvimento da Resex 1 (Saúde, Educação, Infra-estrutura, comunicação, transporte)	Implantação do posto de saúde, com enfermeira, transporte para emergência e visitas médicas/odontológicas com freqüência de três em três meses. Implantação de escolas e bibliotecas, garantindo o atendimento de toda a comunidade. Redução de malária e verminoses. Moradores da Resex em cursos técnicos e universidades. Acesso mais rápido à cidade em casos de emergência médica, comunicação facilitada entre as comunidades, entre comunidades e cidades, e entre comunidades e ICMBio. Telefones públicos instalados nas comunidades. Construção da sede da Associação. Embarcações adequadas para transporte dos produtos (barcos que comunitários possam consertar), energia elétrica, unidades de beneficiamento de produtos não-madeireiros e de agricultura (mandioca, frutas etc.). Implantação de fossas e água potável nas localidades, três analistas e seis técnicos ambientais lotados na UC.
Desenvolvimento da Resex 2 (Pesca, Produtos não-madeireiros, Roça, Artesanato)	Identificação do potencial de peixes para manejo e comercialização. Melhoria do valor do pescado manejado. Melhores técnicas de plantio, incluindo sistemas agroflorestais e processamento de produtos de roça e extrativismo para aumento da renda por quantidade de trabalho (maior valorização do trabalho). Agregação de valor aos produtos florestais não madeireiros por meio da busca de novos compradores e da melhoria da qualidade e do beneficiamento destes. Contratos com empresas e/ou pessoas físicas para venda de pescados. Manejo da maioria dos animais silvestres utilizados para a alimentação. Comunitários capacitados em utilização e beneficiamento de PFNMs, pesca sustentável e produção de peças artesanais. Aproveitamento de frutas por meio do processamento e venda.

Desenvolvimento da Resex 3 (Madeira, Turismo)	Implantação de infra-estrutura e fortalecimento da organização comunitária para a implementação do turismo na região da Resex. Implantação de áreas demonstrativas (ou áreas piloto) de manejo florestal. Aproveitamento de madeira caída pela comunidade (elaboração de móveis, artesanatos e outros produtos de madeira). Instalação de uma base de inventário florestal contínuo. Processamento de madeira dentro da comunidade para uso local. Regulamentação legal do transporte de madeira de pequena escala para uso na comunidade. Comunitários preparados para receber turistas.
Gestão da Resex (Comunidade, ICMBio, Conselho, parceiros)	Fortalecimento da AMORERI com recursos para poder pagar funcionários. Boa comunicação da AMORERI com os moradores da Resex. Decisões/deliberações da AMORERI com uma assertividade maior. Fortalecimento da organização comunitária. Maior integração da Associação com o Conselho Deliberativo. Parceria com prefeitura de Altamira. Realização de duas reuniões do Conselho por ano. Plano de Manejo sendo executado em sua totalidade. Apoio da prefeitura para a Resex. Solução dos conflitos internos na comunidade. Conselheiros capacitados e cumprindo suas funções.
Conservação	Propostas de manejo implementadas. Diversidade de flora e fauna mantidas e cabeceiras dos igarapés preservados. Solução dos principais conflitos internos na comunidade relacionados a uso dos recursos. Regularização da situação fundiária da Resex e do entorno (TI Cachoeira Seca e ESEC Terra do Meio).
Pesquisa	Ampliação de convênios e parcerias de pesquisa, construção de bases de apoio a pesquisadores com acesso a internet e outros meios de comunicação, além de acomodações adequadas.
Cultura Tradicional	Valorização das festas típicas e rituais na Resex. Valorização de conhecimentos populares como as plantas medicinais e curas tradicionais, lendas etc. Valorização do conhecimento tradicional ("querer que o filho saiba o que o pai sabe e aprenda novas coisas").

4.2. Cenário Mais Provável

Cenários para 5 anos	**Cenário 2 – Mais provável** (mais realista)
Condições do Cenário / **Eixos de Gestão**	Pulverização do recurso para a Resex. Aumento dos parceiros. Manutenção das linhas de projeto existentes.
Fiscalização e Monitoramento	Aumento da participação comunitária. Aumento de pescadores com carteira de pesca. Construção de uma base de proteção e monitoramento na entrada da Unidade na boca do Rio Novo.
Desenvolvimento da Resex 1 (Saúde, Educação, Infra-estrura, comunicação, transporte)	Melhorias nos serviços de saúde, água e saneamento. Implantação de escolas. Implantação de mais rádios de comunicação. Construção das fossas. Baixo aproveitamento de frutas que não passaram por processamento algum. Dois analistas ambientais lotados na Resex.
Desenvolvimento da Resex 2 (Pesca, Produtos não madeireiros, Roça, Artesanato)	Completar estudos para implementar cadeias produtivas de PFNM. Melhoria da qualidade e do beneficiamento da castanha. Realização de cursos para manejo do extrativismo. Incentivo a produção de artesanato.
Desenvolvimento da Resex 3 (Madeira, Turismo)	Aproveitamento da madeira caída da floresta e madeira em pé para uso na comunidade. Intercâmbio de experiência com comunidades que trabalham com manejo da madeira. Aproveitamento de resíduos de madeira. Intercâmbio de experiências com comunidades que trabalham com turismo. Elaboração de um projeto de implementação do turismo.
Gestão da Resex (Comunidade, ICMBio, conselho, parceiros)	Implementação de ações previstas no Plano de Manejo. Fortalecimento da AMORERI. Manutenção do quadro atual de servidores na Resex. Realização de duas reuniões do Conselho Deliberativo. Aumento de parcerias com instituições governamentais e não governamentais. Conselheiros cumprindo

	as suas funções. Formação de conselheiros.
Conservação	Manutenção da diversidade de espécies de flora e fauna, preservação das cabeceiras dos igarapés. Redução dos principais conflitos internos na comunidade relacionados ao uso dos recursos. Cumprimento do plano de utilização.
Pesquisa	Manutenção das parcerias existentes e aquisição de algumas novas parcerias. Utilização de base de proteção e monitoramento para suporte aos pesquisadores.
Cultura Tradicional	Manutenção dos festejos. Técnicas de extração e manejo de produtos aprimorados. Absorção de técnicas externas.

4.3. Cenário Ruim

Cenários para 5 anos	**Cenário 3 – Ruim** (mais negativo)
Condições do Cenário / **Eixos de Gestão**	Diminuição de recursos. Política de Altamira contra a Resex. Diminuição de parceiros (afastamento, distanciamento) ou interferência negativa dos "parceiros". Não aprovação de mais projetos para a Resex. Defeso total de todas as espécies de peixe. Permissão ou proibição total da pesca. Fortes alterações ambientais (seca ou cheia fortes, ou "roça de ventos").
Fiscalização e Monitoramento	Aumento de invasões. Desmotivação de agentes comunitários. Aumento do comércio ilegal de peixes, caça e madeira. Nenhuma base instalada na Resex.
Desenvolvimento da Resex 1 (Saúde, Educação, Infra-estrutura, comunicação, transporte)	Aumento de doenças, mais idas para Altamira em busca de atendimento (mais tempo fora da Resex), surtos de malária e outras epidemias. Não aproveitamento de frutas que não têm processamento algum. Falta de manutenção nos equipamentos, acarretando deterioração de rádios, voadeiras e outros equipamentos. Não ter continuidade no processo de criação da escola. Não ter apoio da Secretaria Municipal de Educação. Não ter apoio da Secretaria Municipal de Saúde. Nenhum analista lotado na Resex.
Desenvolvimento da Resex 2 (Pesca, Produtos não madeireiros, Roça, Artesanato)	Sobrexploração e venda desordenada de recursos não-madeireiros e pesqueiros. Queda do preço de produtos não-madeireiros, pescado e farinha. Atraso nos projetos para exploração de produtos não-madeireiros. Impedimento legal do uso dos recursos, venda ilegal de produtos, falta de metodologias para quantificar produtos não-madeireiros pode dificultar processos de manejo de PFNM. Aumento da quantidade de pescadores de fora da Resex. Aumento da caça e diminuição dos animais silvestres.

Desenvolvimento da Resex 3 (Madeira, Turismo)	Não implementação de atividade de turismo. Redução de espécies de madeira de valor econômico. Degradação das áreas de beleza para o turismo, lixos no rio e na comunidade etc. Assoreamento de rio. Turismo desordenado na comunidade com visitantes que degradam o ambiente. Retirada de produtos das comunidades (animais, potes antigos etc.). Concentração de lixo.
Gestão da Resex (Comunidade, ICMBio, Conselho, Indígenas e parceiros)	Redução do quadro de funcionários da Resex. Aumento de conflitos entre moradores e enfraquecimento da organização comunitária e da AMORERI. Redução de viagens para a Unidade. Desentendimento entre prefeitura e ICMBio, prefeitura e AMORERI. Redução do número de reuniões do Conselho Deliberativo. Conselho funcionando de forma inadequada. Conselheiros não cumprindo suas funções, aumento de conflitos com os índios que ficam no entorno da Resex.
Conservação	Agravamento dos principais conflitos internos na comunidade relacionados ao uso dos recursos. Degradação das cabeceiras dos igarapés e redução de espécies de flora e fauna. Uso predatório dos recursos naturais. Não cumprimento do plano de utilização.
Pesquisa	Perda de parceiros. Perda de pesquisas.
Cultura Tradicional	Abandono de saberes essenciais a reprodução material e simbólica do grupo.

Um desdobramento desejável a partir do conteúdo dos cenários é a definição de ações, atores responsáveis, cronograma, meios de execução, custos e contingências para cada um dos eixos de gestão e para cada cenário, considerando as possibilidades de acontecimentos futuros. Isso representa a construção do plano tático e operacional para a Resex.

Espera-se que isso seja realizado sempre que necessário pelos interessados, usando como base essa análise de cenários somada às ações dos programas e subprogramas. Detalhamentos nesse nível são necessários principalmente para a gestão mais fina das atividades anuais, mas também para a estruturação de projetos de busca de financiamento. Esta base deve ajudar a administrar mudanças drásticas de cenário ao longo do ano e justificar financiamentos junto ao governo e entidades privadas.

5. PROGRAMAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DA UNIDADE

O processo de construção dos programas e subprogramas de sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Resex do Rio Iriri tem início nos primeiros estudos para criação do mosaico de Unidades de Conservação, nos primeiros estudos para a criação da Unidade, seguidos de diagnósticos socioeconômico (ICMBio, 2008), de encontros de Formação do Conselho Deliberativo (2007), reuniões do Conselho Deliberativo (2008-2009) e da Rede Terra do Meio (2008–2009).

5.1. Metodologia Utilizada

Para a consolidação das ações que integram os programas e subprogramas que aqui se trata foram realizadas duas reuniões comunitárias. Os programas e subprogramas foram trabalhados separadamente em dois grupos: a) Programa de qualidade de vida e cidadania, e Programa de monitoramento e proteção ambiental; b) Programa de manejo dos recursos naturais e cadeias produtivas. Em cada grupo foi feita a validação das informações até então diagnosticadas, seguida do levantamento das ações para cada subprograma e da priorização destas. Após concluída esta etapa, um grupo apresentou ao outro o que foi produzido, validando as informações construídas nos pequenos grupos. Em seguida foi realizada uma nova priorização, agora coletiva, destacando as ações que são mais urgentes de ocorrerem para aquelas famílias.

Para facilitar a visualização das ações que foram priorizadas pelos comunitários, foi criada a seguinte legenda: 1) ações priorizadas nas reuniões, 2) ações priorizadas nos pequenos grupos de trabalho, 3) ações levantadas porém sem destaque pelos comunitários, 4) ações propostas pelas instituições envolvidas com a Resex e a gestão estratégica da unidade.

Os programas e subprogramas descritos abaixo apontam ações para:

- Promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a conservação do ambiente em que vivem e do qual vivem, considerando a manutenção do modo de vida das populações da Resex;
- Apoiar o acesso dos moradores a políticas públicas tais como: saúde, educação, crédito, saneamento, comunicação, dentre outras.

5.2. Programa qualidade de vida e cidadania

5.2.1. Subprograma Saúde

A saúde está entre as principais demandas dos moradores da Resex do Rio Iriri. Foi apontada de forma unânime a construção de um Posto de Saúde, que é a principal demanda das comunidades nesse tema. Quando se diz Posto de Saúde, entende-se o mesmo, com as diversas características que o qualificam, como enfermeiro atendendo, com leitos para receber doentes, com equipamentos para análise de alguns exames e com barco para transporte de emergência. As ações, portanto, caminham no seguinte sentido como prioridade (TABELA 5.1).

Tabela 5.1. Ações propostas para o setor de saúde.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Construção de Posto de saúde com estrutura adequada (enfermeira, cama, remédios etc.)	SEMUSA		Posto em funcionamento	Já houve aquisição de material para este fim na gestão do ex-presidente da AMORERI. Falta resgatar estas articulações e instalar o posto de fato. Já houve comprometimento da SEMUSA na reunião do Conselho.	1
Aquisição de uma voadeira, com piloto e motor 40 hp para locomoção para a cidade em casos graves	SEMUSA		Voadeira adquirida		1
Visitas médicas com freqüência de dois a três meses (Dentistas,	SEMUSA		Visitas agendadas	Tentar conciliar com ações do ICMBio e instituições atuantes para minimizar custos	3

Pediatras, Urologista, Ginecologista...)					
Contratação de um agente comunitário de saúde (ACS) para o Baixo Iriri	SEMUSA		Contratação ACS		3
Fomentar ações de educação em Saúde, as quais se somem as ações dos ACS.	SEMUSA		ACS capacitados e ações realizadas	Conciliar com atividades de parceiros que possuam recurso para este fim.	3
Mudança da casa de apoio da cidade para um local mais saudável e que tenha uma estrutura interna capaz de receber pessoas acamadas.	AMORERI		Mudança da casa		3
Melhoria da estrutura de diagnóstico e tratamento da malária.	SEMUSA		Diminuição de casos de malária		3
Reserva mensal de combustível para urgências	SEMUSA, AMORERI		Doentes emergenciais removidos rapidamente.		3
Formação e acompanhamento em campo dos agentes comunitários de saúde;	SEMUSA e ONGs	Após contratação dos ACS.	ACS formados e capacitados.	Identificar parcerias que tenham recurso para este fim.	4
Desenvolvimento de inseticidas naturais contra “pium” e “carapanã”, para substituir o veneno da FNS	SEMUSA, UFPA e FNS		Índice de infestação de insetos menor.		4
Valorização dos conhecimentos dos mais experientes a respeito de remédios caseiros (promover curso de plantas medicinais e horta medicinal).	UFPA, ICMBio e ONGs				4

5.2.2. Subprograma Educação

A educação formal também aparece como uma das principais demandas das famílias da Resex do Rio Iriri. A implantação de mais escolas é a segunda ação necessária dentre todos os programas na opinião dos moradores. Esta ação visa atender a dinâmica da distribuição populacional da Resex, na qual as famílias estão distribuídas ao longo do rio com grandes distâncias de região para região. A atenção às reivindicações que estão sendo feitas pelas famílias são fundamentais para a manutenção das crianças e das famílias nas comunidades.

Com uma educação escolar de qualidade nas comunidades, crianças e jovens tem oportunidade de conviver com o cotidiano da família e da floresta – não mais tendo que ir para cidade para estudar -, jovens e adultos podem retomar a oportunidade de ler e escrever o mundo (das letras) que não enxergam.

É essencial que os professores respeitem o modo de vida que vem sendo construído por diversas gerações. Entende-se respeito nesse caso como uma ação de entendimento de algo antes de querer mudá-lo. Para tanto, o diálogo com as instituições que já atuam na Resex também é fundamental. Em função do exposto, para melhoria do sistema educacional na Resex, as propostas abaixo foram elencadas pelas comunidades (TABELA 5.2).

Tabela 5.2. Ações propostas para o setor de educação.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Construir escolas (Rio Novo, Furo do Fava, Praia do Frizan e São Lucas)	SEMEC	2010	Início das aulas nas comunidades	Já houve discussões neste sentido no plano de ação do conselho. Deve-se articular auxílios à SEMEC, a fim de que haja cumprimento desta proposta prioritária.	1
Contratação de professor/a (Rio Novo, Furo do Fava, Praia do Frizan e São Lucas)	SEMEC	2010	Profs. contratados	Os professores devem estar familiarizados com a educação do campo e abertos a adequação dos	1

				conteúdos a realidade local.	
Transporte escolar	SEMEC		Contratação dos barqueiros	A própria comunidade possui gente apta a este transporte.	1
Ampliar ensino para 9ª série	SEMEC		Resex com 9ª série instituída		3
Apoiar os ribeirinhos no avanço dos estudos fora da Resex (para que retornem posteriormente como profissionais formados)	ONGs, SEMEC E UFPA		Professores da própria comunidade		3
Acompanhamento pedagógico dos professores da Resex	SEMEC	2010	Relatório de acompanhamento		3
Aquisição do benefício Bolsa Escola para as famílias com filhos matriculados nas escolas	Governo		Acesso ao benefício	Devem ocorrer conversas com a prefeitura e a AMORERI para cadastro.	3
Sistema de energia para o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) – aulas noturnas	ELETRONORTE e SEMEC		Escola com iluminação própria	Pode-se conversar com ONGs e demais parceiros a fim de viabilizar este acesso.	3
Material pedagógico para a EJA	SEMEC e UFPA		Jovens e adultos alfabetizados e avançando nos estudos		3
Contratação de merendeira	SEMEC		Merenda de qualidade sendo servida		3
Implantação do Programa Merenda Regionalizada	SEMEC, AMORERI e parceiros	2010	Merenda Regional	Com o reconhecimento da Resex pelo INCRA facilita-se o acesso ao PAA que contribui para utilização dos alimentos produzidos por eles na merenda escolar.	3
Valorização da cultura ribeirinha	ICMBio, UFPA, parceiros e	2010	Cultura local inserida no	O conselho deve acompanhar este	4

	SEMEC		conteúdo programático.	processo e recomendar ações neste sentido.	
Sensibilização de prof. em Educação Ambiental, formando ribeirinhos multiplicadores	ICMBio, SEMAT, SEMEC e parceiros		Educação ambiental permeando todas as matérias lecionadas nas escolas ribeirinhas	Deve-se fazer ações diferenciadas para este fim.	4
Adequação das estruturas dos colégios e conteúdo programático à realidade ribeirinha.					4

5.2.3. Subprograma saneamento

A qualidade da água, o tratamento do lixo e a estruturação de banheiros são os temas tratados dentro deste subprograma. Abaixo estão listadas as ações em prioridade (TABELA 5.3).

Tabela 5.3. Ações propostas para o setor de saneamento.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Implantação das pedras sanitárias nas residências	ONGs, FNS, Parceiros		Pedras instaladas	Já houve um inicio deste tipo de atividade na Resex Riozinho do Anfrísio que não teve continuidade pelos moradores. Deve-se pensar em uma educação sanitária de qualidade antes desta implementação.	3
Construção de fossas adequadas a cada comunidade para todas as casas	ONGs, FNS, Parceiros		Fossas construídas	O acesso aos créditos do PRONAF deve viabilizar este tipo de construção.	3

Implantação de poços ou outro tipo de captação e distribuição de água para as localidades da Resex (poço, bomba de água, encanamentos, caixa de água)	ONGs, FNS, Parceiros		Água de qualidade nas casas		3
Definir local para descartar pilhas	AMORERI, Prefeitura	2010	Pilhas recolhidas	É fundamental o trabalho de educação ambiental e sensibilização quanto à problemática dos lixos tóxicos.	4

5.2.4. Subprograma comunicação

A comunicação é tema essencial na relação humana. É por meio dela que as pessoas interagem uma com as outras e com os diversos conhecimentos que estão no mundo. Abaixo estão listadas as demandas colhidas com as comunidades e instituições atuantes na Resex (TABELA 5.4).

Tabela 5.4. Ações propostas para setor de comunicação.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Ampliar sistema de rádio-comunicação nas Escolas e no Posto de Saúde	MDA, ICMBio e Parceiros	2010	Comunicação sigilosa implantada	Existe uma articulação do ICMBio com o MDA, a fim de implantar sistemas de telecentros comunitários na Resex.	3
Instalação de telefone celular rural no Posto de Saúde	ANATEL e parceiros		Telefone instalado		3
Promover maior interação e troca de experiências da AMORERI com outras comunidades, por meio de visitas	Parceiros		Visitas de capacitação realizadas	Já houve este tipo de interação que demonstrou ser eficiente e necessária de ser continuada.	4

Divulgar a Resex para o público externo (Altamira, Pará, Brasil e Mundo)	AMORERI, ICMBio e parceiros	2010	Divulgação da UC	Elaboração de jornal, documentários e cartilhas de divulgação das ações da Resex, inclusive deste plano de manejo.	4

5.2.5. Subprograma de Cultura

A proteção dos meios de vida e da cultura das populações tradicionais é objetivo central de uma Resex. Assim a valorização da cultura, em seus diversos aspectos, deve ser priorizada. Aspectos das manifestações culturais estão descritos em diversos itens do plano (educação, saúde, extrativismo etc.) e suas recomendações estão nos programas e subprogramas específicos. Desta forma, neste subprograma estão descritas as propostas relacionadas com as festas e eventos culturais, como segue abaixo (TABELA 5.5).

Tabela 5.5. Ações propostas para o setor de cultura.

Proposta	Ajuda	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Promover a educação formal de maneira a valorizar a cultura ribeirinha	SEMEC		Cultura ribeirinha no programa escolar.		3
Promover ações que incentivem e apóiem a criação de músicas, poesias, histórias, brincadeiras, artesanato, com qualificação de técnicas e instrumentos dos artistas da região.	SEMEC, ICMBio e parceiros		Obras divulgadas.		3
Apoiar a realização de festejos e divulgação do calendário de festas	AMORERI		Calendário de festejos.		3
Promover oficinas de troca de experiências de conhecimento tradicional;	ICMBio e parceiros		Intercâmbios realizados	Conciliar com outras trocas.	4
Trazer a “Arca das letras” para as comunidades que ainda não a tem (biblioteca móvel).	SEMEC, MEC		Escolas com a arca das letras.		4

5.2.6. Subprograma de Esporte e Lazer

Junto às manifestações culturais, no subprograma de Esporte e Lazer são apresentadas propostas para tornar a vida na Resex mais animada e saudável, envolvendo crianças, jovens e adultos em atividades educativas e recreativas de grande importância para contribuir com a fixação das famílias na Resex e para valorização da cultura local (TABELA 5.6).

Tabela 5.6. Ações propostas para o setor de esporte e lazer.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Aprimorar as áreas de esportes/lazer na Resex	Parceiros, ICMBio e prefeitura		Áreas aprimoradas	Aproveitar as áreas já destinadas para este fim	3
Apoiar campeonatos e jogos internos	AMORERI, parceiros e prefeitrua		Campeonatos com calendário instituído.	Conciliar com calendários de festejos.	3
Buscar repasse de material de esporte às comunidades pela prefeitura (uniforme, chuteira, bola...)	Parceiros e Prefeitura		Material de esporte entregue.		3

5.2.7. Subprograma de Habitação

As moradias ribeirinhas guardam toda uma forma de conhecimento construída por gerações, as quais se caracterizam pelo uso de materiais, em sua grande maioria, retirados da mata, associados a um conjunto de técnicas de amarração e encaixes. Estes materiais associados às técnicas de construção conferem a estas casas um conforto térmico em relação ao clima quente e úmido da região. No entanto, é desejo de algumas famílias o acesso a materiais com uma durabilidade maior para a cobertura das casas (cavaco, telhas de barro), e para o piso das casas (cimento), conferindo a estas, segundo algumas famílias, por um lado, uma menor proliferação de bichos e, por outro lado, menos trabalho na manutenção das mesmas. Deve haver preocupação dos gestores da Resex para que a tradicionalidade das construções sejam mantidas, por isso é necessário anuência de qualquer obra que ocorra no interior da unidade pelo órgão gestor e pelo Conselho Deliberativo (TABELA 5.7).

Tabela 5.7. Ações propostas para o setor de habitação.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Aquisição de materiais de construção para a reforma das casas	ICMBio, INCRA e parceiros	2010	Casas reformadas e construídas	Com acesso ao PRONAF haverá liberação de crédito para este fim.	1

5.2.8. Subprograma de Energia

O acesso à energia elétrica é um dos fatores que ampliam as possibilidades de processamento de produtos extrativistas, implantação de programas efetivos de educação de jovens e adultos e outros aspectos que elevam a qualidade de vida, contribuindo para a fixação das famílias na Resex. Deve-se buscar soluções energéticas que levem em consideração as potencialidades climáticas e demais características locais, que sejam adaptadas a região e as condições de uso das famílias. Deste modo, é fundamental ter em vista os custos com a aquisição e manutenção de motores de luz, o consumo de combustível, como também a demanda por energia pelas famílias da Resex. Seguem abaixo as propostas levantadas relativas a este subprograma (TABELA 5.8):

Tabela 5.8. Ações propostas para o setor de energia.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Buscar alternativas e implementar energia solar	ELETRONORTE, MME		Luz em todas as comunidades		1
Buscar instalação do programa Luz Para Todos em todas as comunidades	MME		Luz em todas as comunidades		1

5.2.9. Subprograma de Transporte

Os investimentos no sistema de transporte da Resex são essenciais para melhorar o acesso a educação, os serviços de saúde e para escoar a produção. É importante se destacar a demanda por uma urna eleitoral – o período de votação é uma época que o rio está muito ruim para navegar, aumentado o tempo e o esforço da viagem e o risco de acidentes. Indica-se a necessidade da aquisição de embarcações pequenas (com capacidade de mais ou menos três toneladas), propiciando melhoria no transporte para um número maior de pessoas e promovendo um comprometimento maior das pessoas com a manutenção dos mesmos. Acreditamos que dessa forma, seriam evitados problemas como o uso particular (e indevido) de um bem comum e a danificação permanente das embarcações como se deu com o barco comunitário que se encontra inutilizado no porto da Maribel (TABELA 5.9).

Tabela 5.9. Ações propostas para o setor de transporte.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Reformar e aquisição de barcos comunitário para transporte de carga, produtos e pessoas	Parceiros		Barco navegando		1
Transporte fluvial e combustível para os agentes de saúde se locomoverem com pacientes em casos graves	SEMUSA		Transporte contratado		3
Melhorar transporte de professores e agentes de saúde da Resex para Altamira	SEMEC		Transporte contratado		3
Implantar transporte para alunos	SEMEC		Transporte contratado		3
Urna eleitoral na Praia do Frizan	TRE	2010	Urna na praia		3

5.3. Programa de manejo dos recursos naturais e cadeias produtivas

5.3.1. Subprograma Extrativismo (produtos não-madeireiros)

O extrativismo proveniente dos produtos não-madeireiros representa a principal forma de geração de renda das famílias da Resex. A organização e o fortalecimento deste trabalho podem contribuir no incremento da renda familiar, ao mesmo tempo, que valoriza e conserva a cultura tradicional. O ICMBio, juntamente com o conselho gestor deve acompanhar os processos deste subprograma, a fim de que não haja maior quantidade de atravessadores e ações de má fé. Abaixo estão listadas as ações levantadas junto aos moradores (TABELA 5.10):

Tabela 5.10. Ações propostas para o setor de extrativismo (produtos não madeireiros).

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Buscar novos compradores para os produtos de extrativismo (castanha, seringa, óleos entre outros produtos)	Parceiros				1
Buscar crédito financeiro para a aquisição de materiais de trabalho e alimentos para a manutenção do trabalho das famílias nas safras	Parceiros				2
Melhorar o sistema de transporte para escoamento da produção – reforma do barco da comunidade	Parceiros				2
Criação de uma ou mais cooperativas de trabalho visando a auto-gestão da atividade extrativista	Parceiros				2
Implementar ações de extrativismo do babaçu	Parceiros				2
Promover o fortalecimento da organização do trabalho de forma coletiva entre os membros da comunidade	Parceiros				2
Implantação de projetos para fazer criação de abelhas para produção de mel	Parceiros				2

Formação dos ribeirinhos em técnicas de administração, qualidade dos produtos e óleos vegetais	Parceiros				4
Realização de pesquisas de mercado referentes a cada um dos produtos extraídos na Resex do Rio Iriri, tendo em vista suas potencialidades para a região e para fora dela	Parceiros				4
Convênios para assistência técnica voltada à melhoraria o sistema de produção, a produtividade, a diversificação da produção e a agregação de valor aos produtos extraídos.	Parceiros				4
Sensibilizar e formar a população para Sistemas Agro-florestais, permitindo um aumento na capacidade produtiva de Produtos Florestais Não Madeireiros	Parceiros				4
Buscar certificação como forma de reconhecimento dos produtos extrativistas e técnicas tradicionais de produção	Parceiros				4

5.3.2. Subprograma de Animais Silvestres

Os animais silvestres são importantes componentes da biodiversidade e exercem funções essenciais para o equilíbrio ecológico e para a segurança alimentar das famílias da Resex do Rio Iriri. Assim, o objetivo deste subprograma é promover a conservação da fauna silvestre e manter o uso sustentável das principais espécies que fazem parte da subsistência das famílias. As espécies de animais silvestres que são encontradas na área da Resex estão apresentadas neste plano. É importante frisar que estas espécies relacionadas são manejadas de forma tradicional para uso exclusivo de subsistência. Abaixo seguem propostas para este subprograma (TABELA 5.11).

Tabela 5.11. Ações propostas para o setor de animais silvestres.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Estudos detalhados sobre a interferência das araras e cutias na produtividade dos castanhais	UFPA, ICMBio e parceiros		Pesquisa realizada		2

Melhorar a estrutura de preservação de quelônios	UFPA, ICMBio e parceiros		Aumento na desova dos quelônios	Proteção dos ninhos naturais, transferência de ninhos ameaçados e manutenção de filhotes	4
Criação de animais silvestres: caititu, mutum, jacamim, queixada, conforme legislação vigente, viabilidade econômica, e as possíveis demandas para esse mercado	UFPA, ICMBio e parceiros		Relatório de viabilidade	Intercâmbio com outras comunidades que manejam animais silvestres	4

5.3.3. Subprograma recursos pesqueiros

Diante da importância da pesca como a principal fonte de renda para a maioria das famílias, é premente o desejo destas, por um lado, a melhoria das condições de produção e comercialização desse recurso e, por outro lado, de opções de outras formas de geração de renda, possibilitando uma menor pressão sobre o recurso. A diminuição do volume de peixe pescado é uma preocupação muito forte das famílias que não pescam para o comércio e acreditam ser prejudicadas com a atividade pesqueira, na medida em que está dificultando a pesca de subsistência. Segundo estas famílias, a criação de opções de geração de renda, associadas a um trabalho de fiscalização mais eficiente, podem ser uma maneira dos grandes pescadores diminuírem a pressão sobre o recurso pesqueiro. Além desse alerta que fazem algumas famílias com relação à pesca comercial, evidenciando uma postura de proteção das condições de subsistência das famílias, há um alerta que vem de algumas instituições que atuam na região: ou se interrompe a pesca comercial ou a pesca de subsistência pode estar comprometida, como tem ocorrido com outras regiões do Brasil, desencadeando um processo de pressão sobre outras fontes protéicas (carne de caça) e riscos à segurança alimentar das famílias. Além disso, a eminência da construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte pode aumentar ainda mais a pressão sobre esse recurso, na medida em que tende a aumentar a população que reside na cidade de Altamira e região aumento assim a demanda pelo pescado. Segue abaixo as ações propostas pelas famílias da Resex (TABELA 5.12):

Tabela 5.12. Ações propostas para o setor recursos pesqueiros.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Promover a criação de novos canais de comercialização (ponto de venda próprio da cooperativa ou da associação na cidade de Altamira ou Uruará)	Parceiros		Pesquisa realizada		2
Implantar medidas para controlar o volume da produção pesqueira comercial comunitária	ICMBio		Produção fiscalizada	É necessário estudo para embasar ação.	2
Fomentar um plano de estudo para verificar a necessidade de pausa da pesca comercial	UFPA, ICMBio e parceiros		Relatório de pressão pesqueira.		4
Valorizar outras formas de extrativismo, como estratégia de diminuir a pressão sobre o recurso pesqueiro	UFPA, ICMBio e parceiros		Diminuição da pesca.		4
Acessar políticas de preço mínimo para os produtos extrativistas, criando possibilidades a curto e médio prazo de diminuir a pressão sobre o recurso pesqueiro;	ICMBio, CONAB e parceiros		Acesso a PGPM		4
Promover reuniões comunitárias e gerais para apresentar, avaliar e discutir as ações de manejo para redução dos conflitos	ICMBio e parceiros		ATA das reuniões		4
Aumentar as habilidades dos comunitários para gestão de negócios.	Parceiros				4
Piscicultura de peixes nativos	UFPA, ICMBio		Peixes criados em cativeiro		4

5.3.4. Subprograma de Segurança Alimentar

Na Resex do Rio Iriri a produção de farinha de mandioca representa importante fonte de renda da população, além de ser base para alimentação local. Desta forma, o apoio para a melhoria da produção da farinha de mandioca pode se configurar como uma importante ação de melhoria da renda destas famílias. Por outro lado, também aparece como demanda dos moradores, o incremento na diversificação dos produtos agrícolas, sendo muito

importante para garantir a segurança alimentar dos moradores da Resex. Junto ao extrativismo vegetal, pesca e caça, a agricultura familiar compõe o centro do modo de vida da população ribeirinha, necessitando de atenção especial. Seguem abaixo as propostas para melhoria desse subprograma (TABELA 5.13).

Tabela 5.13. Ações propostas para o setor de segurança alimentar.

Proposta	Ajuda	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Estimular a implantação de novas sementes para aumentar a variedade nutritiva e produtiva do roçado	Parceiros				1
Estimular a comercialização de produtos agrícolas, por meio de estudos para implementar melhores formas de escoar a produção	Parceiros				2
Melhorar o preço e qualidade dos produtos agrícolas	Parceiros	2010	Preços melhorados	Acesso a PGPM ajudará nesta atividade	2
Promover intercâmbios e cursos para melhorar a qualidade da farinha e das casas de farinha para aumentar a produção.	Parceiros	2010	Melhora dos produtos e maior produção	Já existem parceiros atuando nesta atividade.	3
Promover a formação para organização do trabalho comunitário para fortalecer uma base de produção para o comércio;	Parceiros		Melhoria de produtos e preços		3
Estímulo a estruturação de hortas, procurando diversificar os alimentos presentes na dieta das famílias	Parceiros		Hortas instaladas		3
Curso de cultivo de plantas medicinais	Parceiros		Hortas instaladas		3

5.3.5. Subprograma de Produtos Madeireiros

A madeira é um recurso estratégico para as populações da Resex, utilizada na construção de casas, embarcações e diversos utensílios para as casas e para o trabalho das famílias. É também um recurso com potencial de complementação da renda familiar devido à grande demanda de mercado. No entanto, são necessários estudos que levem em conta a

legislação vigente e muita organização dos órgãos responsáveis e dos ribeirinhos, de forma a não comprometer a base da floresta que compõe a Resex. Para tanto é fundamental compartilhar dos aprendizados que tem tido as populações que trabalham com o manejo comunitário da madeira. É importante destacar que as famílias da Resex já têm o costume de aproveitarem árvores caídas para a construção de utensílios de trabalho, utensílios domésticos e móveis, configurando-se como uma importante atividade de manutenção do modo de vida e de geração de renda destas famílias. Iniciativas de aprimoramento e de valorização do manejo de árvores caídas podem propiciar um incremento da renda destas famílias.

Destaca-se que não existe na Resex do Rio Iriri tradicionalidade na derrubada de árvores vivas. Somente houve utilização da mão de obra ribeirinha quando grandes madeireiros comandaram a devastação da floresta, atrás de mogno principalmente, que culminou na grande apreensão desse produto florestal no ano de 2001. Foram recomendadas as seguintes propostas no subprograma produtos madeireiros (TABELA 5.14):

Tabela 5.14. Ações propostas para o setor de produtos madeireiros.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Aproveitamento de madeira caída na floresta para utensílios domésticos, utensílios de trabalho e móveis	Parceiros		Utensílios fabricados		2
Incentivar e desenvolver o artesanato com madeira	Parceiros		Utensílios fabricados		2
Plano de Manejo específico para a madeira beneficiada no interior da Resex para fabricação de pequenos móveis	ICMBio, Parceiros		PMF realizado	Com acompanhamento obrigatório do conselho deliberativo	2
Desenvolvimento e realização de pequenas oficinas para beneficiar madeira nas comunidades	Parceiros		Relatório das oficinas	Já existe esta iniciativa na Resex	4
Estudos que apontem as macroregiões com potenciais madeireiros	Parceiros, SFB		Relatório dos estudos		4

5.3.6. Subprograma Turismo

Os atrativos físicos, de flora e de fauna, bem como a cultura local, são evidências do potencial turístico da região. Essa possibilidade, no entanto, exige pesquisas, planejamento para seu desenvolvimento e uma integração forte com os ribeirinhos. A implementação do turismo na Resex pode ser uma forma de regular as invasões que tem ocorrido na região como também, pode contribuir para a construção de uma postura turística que respeite a cultura e o modo de vida das famílias da região. Para além do Baixo Iriri, no entanto, é importante indicar que existe uma modalidade de turismo no qual as pessoas procurem vivenciar o modo de vida de comunidades tradicionais, denominado de turismo de experiência ou turismo cultural. Deste modo, toda a extensão do Rio Iriri tem um forte potencial para receber este tipo de prática, dado o modo de vida que caracteriza as famílias da Resex. Foi detectado que a comunidade como um todo tem pouco conhecimento sobre o funcionamento da atividade turística. Para tanto, faz-se fundamental o investimento em ações de organização comunitária, a fim de que estas sustentem o trabalho posterior de implementação do turismo na Resex. Desta forma, é importante ter em vista os ensinamentos de processos ocorridos em outras regiões, nas quais a imaturidade organizacional da atividade turística trouxe mais conflitos do que melhorias para as famílias. Seguem abaixo propostas para este subprograma (TABELA 5.15):

Tabela 5.15. Ações propostas para o setor de turismo.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Implementação de ações de fortalecimento comunitário para iniciar a organização das atividades turísticas	Parceiros, ICMBio	2010	ATA da reunião do conselho.	Deve-se começar esta discussão nas reuniões do conselho deliberativo e buscar parceiros potenciais.	1
Formação de moradores - guias turísticos - para receber o turismo	ICMBio, Parceiros		Moradores certificados		2

Intercâmbio de experiências com outras comunidades que implementaram o turismo como uma fonte de renda	Parceiros		Intercambio realizado	Associar a outro intercambio esta troca de experiência	2
Levantamento de locais propícios a visitação, com potenciais e possíveis locais de trilhas	ICMBio parceiros		Relatório de pontos turísticos		2
Fiscalização das atividades turísticas	ICMBio				3
Criação de infra-estrutura para organização e recepção das atividades turísticas	Parceiros				3

5.3.7. Subprograma de Pesquisa

Em grande parte dos subprogramas há propostas que não tem soluções óbvias e precisam ser pesquisadas, principalmente, nas questões relativas ao manejo de recursos naturais, geração de renda, saúde, energia e educação. Considerando que a Resex tem como uma das finalidades a pesquisa científica, é importante indicar lacunas de pesquisas que precisam ser preenchidas ao longo do tempo por alunos de pós-graduação, ONGs, pelos próprios centros especializados do ICMBio e consultorias contratadas para fins específicos. Abaixo estão as demandas levantadas pelas comunidades (TABELA 5.16):

Tabela 5.16. Ações propostas para o setor de pesquisa.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Promover pesquisa do potencial de beneficiamento e mercado de produtos florestais não madeireiros (óleos, resinas, fibras, tinturas, mel, babaçu, açaí, castanha, cacau etc)	UFPA, ICMBio Instituições de pesquisa e parceiros		Relatório das pesquisas	As pesquisas devem ser inseridas no SISBio e ser conhecida do GT de pesquisa criado no âmbito do conselho	2
Promover estudos sobre a fossa mais adequada nas localidades, que evitem a proliferação de insetos					2

Promover estudos sobre soluções de energia adequados ao contexto das famílias				deliberativo.	2
Promover estudos para avaliar atividade pesqueira em função da capacidade de suporte do Rio Iriri					2
Promover pesquisas de utilização de plantas medicinais e produção de fitoterápicos					3

5.4. Programa recuperação de áreas degradadas

5.4.1. Subprograma recuperação de áreas degradadas

Devido ao processo de ocupação irregular de terras ocorrido na Resex do Rio Iriri, existem áreas degradadas, porém já em estágio de regeneração. As principais propostas levantadas pelos moradores quanto ao aproveitamento dessas áreas são: o enriquecimento com espécies de importância econômica, tal como castanheira, andiroba, copaíba, babaçu e sistemas agroflorestais, além do estabelecimento de novas localidades para moradia. Seguem as ações propostas (TABELA 5.17):

Tabela 5.17. Ações propostas para o setor de recuperação de áreas degradadas.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Estabelecimento de novas localidades para moradia	ICMBio		Novas moradias instaladas		3
Enriquecimento com espécies de importância econômica, tal como castanheira, andiroba, copaíba, babaçu e cacau	Parceiros		Colheitas nas áreas degradadas		3
Encaminhamento dos processos de regularização fundiária das áreas ocupadas por fazendas dentro da Resex;	ICMBio		Concessão de direito real de uso entregue		4
Planejamento conjunto com as famílias da Resex para o processo de recuperação das áreas degradadas	Conselho		Áreas recuperadas		4

Viabilidade de acesso a crédito carbono e pagamento de serviços ambientais para recuperação das áreas degradadas	ICMBio, parceiros		Relatórios elaborados		4

5.4.2. Subprograma de impactos ambientais

A população da Resex do Rio Iriri, no seu modo de vida, respeita e conserva os recursos naturais locais, pois dependem deles para o seu sustento. Dessa forma, grande parte dos impactos ambientais existentes na reserva advém de agentes externos. Esses impactos dizem respeito principalmente à pesca ilegal. Sendo assim, as principais ações a serem implementadas para reduzir os impactos ambientais devem consistir na proteção da Unidade. Tais como (TABELA 5.18):

Tabela 5.18. Ações propostas para o setor de impactos ambientais.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Ações de proteção, fiscalizando e educando as embarcações e invasores.	ICMBio		Relatórios de proteção		4
Plano de monitoramento da qualidade da água da Resex;	ICMBio Parceiros		Relatório da qualidade da água		4
Emissão da concessão real de uso	ICMBio		Concessão emitida		4
Construção de uma Base na entrada do Rio Novo	ICMBio	2010	Base construída		4
Informação sobre inseticidas nocivos e tóxicos	Parceiros ICMBio		Cartilha educativa	Utiliza-se em algumas plantações MIREX e outros inseticidas nocivos	4

5.5. Programa de monitoramento e proteção ambiental

5.5.1. Subprograma de monitoramento

Para garantir o cumprimento e melhoria no atendimento aos objetivos da Unidade de Conservação, são necessárias ações sistemáticas de monitoramento das atividades. Faz-se

essencial a construção dessas formas de monitoramento com as famílias da Resex, procurando identificar as formas que estas já tem de monitoramento, criar outras em conjunto e encontrar formas para a geração de renda associada à proteção de espécies sob risco, como os quelônios. Em maio de 2009 foi apresentado aos moradores, um calendário de caça e pesca, no qual os ribeirinhos podem anotar as quantidades dos animais que eles consomem ao longo de todo o ano. Trata-se de uma primeira experiência de monitoramento comunitário da fauna, na qual cada família pode iniciar o acompanhamento das populações mais caçadas e pescadas. Seguem as ações propostas (TABELA 5.19):

Tabela 5.19. Ações propostas para o setor de monitoramento.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Utilizar e aprimorar o calendário de caça e pesca apresentado para as famílias da Resex como ferramenta de monitoramento das espécies de animais mais consumidas	ICMBio parceiros		Levantamento dos calendários		4
Fazer monitoramento de quelônios, peixes e caça na Resex			Relatórios de monitoramento		4
Implantar sistema de monitoramento com informações organizadas			Sistema funcionando		4
Aumentar o monitoramento da vigilância e fiscalização;	ICMBio				4
Consolidar o SIG como ferramenta de planejamento, monitoramento e avaliação;	ICMBio parceiros				4
Capacitar os funcionários no uso do SIG.	ICMBio parceiros				4

5.5.2. Subprograma de proteção ambiental

A Resex do Rio Iriri é circundada por diversas áreas protegidas, quais sejam a ESEC Terra do Meio, as T. I. Cachoeira Seca do Iriri e a Xipaya, e a Resex Riozinho do Anfrísio. Apesar de ser envolta por um conjunto de UC, a Resex do Rio Iriri foi historicamente marcada pela intensa atividade madeireira, de grilagem e de ocupação irregular da terra. Atualmente estas atividades estão paralisadas, sendo que algumas áreas ocupadas com fazendas ainda estão em processo de regularização. A proteção, associada à vigilância constante dos locais de maior pressão é, portanto, muito importante para garantir o cumprimento da lei e conseqüentemente a melhoria da preservação dos recursos naturais da Resex. Seguem as ações propostas (TABELA 5.20):

Tabela 5.20. Ações propostas para o setor de proteção ambiental.

Proposta	Responsabilidade	Previsão	Indicador	Observações	Prioridade
Melhorar o apoio do ICMBio na proteção da Resex	ICMBio				2
Instalação de uma base de fiscalização no Rio Novo,	ICMBio			Auxiliará a proteção da ESEC Terra do Meio	3
Fiscalização intensiva no período do verão no Baixo Rio Iriri	ICMBio				4
Ações de proteção intensivas na vazante e no período da desova	ICMBio	2010			4
Construção de base de apoio a proteção e pesquisa na localidade da Praia do Frisan e na Raimunda Gomes	Parceiros ICMBio			Após a construção da base no Rio Novo	4
Aumentar o diálogo com a FUNAI a fim de integrar as ações de proteção no Porto da Maribel	ICMBio	2010			4

Definir a equipe de vigilância e propiciar estrutura;	ICMBio				4
Sensibilizar as comunidades para o curso de Agente Ambiental Voluntário;	ICMBio				4
Colocação de mais placas de sinalização em regiões sob risco	ICMBio	2010		Placas já adquiridas	4

A base a ser instalada no Rio Novo pode ficar na Esplanada onde ficava a madeireira Vargas & Vargas, pois é uma área de sequeiro (que não inunda na cheia) e possui uma estrada que sai no Carajari, além de ser uma área onde, devido às condições do Rio, as embarcações devem passar em menor velocidade.

5.5.3. Programa de gestão e administração

5.5.3.1. Subprograma de organização comunitária

Por entender que diversos dos subprogramas tem como eixo condutor para a sua implementação as formas de organização comunitária existentes na Resex, optou-se por criar um subprograma que descrevesse as ações necessárias para o seu fortalecimento. Neste subprograma está sendo sugerido a criação de um pólo de assistência com o objetivo de propiciar condições para tornar factível o acesso a políticas públicas que reivindicam as famílias da Resex, na medida em que será facilitado o acesso de profissionais a Resex (TABELA 5.21).

Tabela 5.21. Ações propostas para o setor de organização comunitária.

Propostas para o pólo central de assistência	Prioridade
Manutenção e legalização da pista de pouso de aviões (para remoção de pacientes em caso de emergência como principal fator e para facilitar visitas de empresários para comercialização de produtos diretamente com as comunidades)	3

Alocação do Posto de Saúde	3
Alocação de Escola	3
Construção de barracão comunitário	3
Construção de alojamento para visitantes (para cursos de formação, reuniões e também para receber eventuais profissionais de assistência como médicos, dentistas, etc)	3

6. REFERÊNCIAS

ALEIXO, A. **Planejamento estratégico do mosaico "terra do meio"Avaliação ecológica rápida.** 2008. (Relatório da primeira expedição – componente avifauna).

ARROYO, M. G. **Da escola carente à escola possível**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola. 1998.

BARATA, R. O terror e as artimanhas da contra-reforma agrária paraense. In: CARUSO, M. M. L.; CARUSO, R. **Amazônia, a valsa da galáxia**. Florianópolis: UFSC, 2000.

BRANDÃO, C. R. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado das letras, 2002.

BRASIL. DNPM. **Projeto RADAM**. Folha SB.22 Araguaia e parte da folha SC.22 Tocantins. Rio de Janeiro: DNPN.1974.

BRASIL. DNPM. (1975). **Projeto RADAM**: Levantamento de Recursos Naturais, 7, Folha SB.21 Tapajós. Rio de Janeiro: DNPN. 1975. 418p.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Art.18. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em: 26 de nov. 2010.

DUELLMAN, W. Herpetofaunas in Neotropical Rainforests: comparative composition, history, and resource use. In: GENTRY, A. H. (ed.), **Four Neotropical Rainforests.** New Haven: Yale University Press, 1996. p. 455-487.

FEARNSIDE, F. M. Deforestation impacts, environmental services and the international community. In: HALL, A. (ed.). **Amazonia at the crossroads:** the challenge of sustainable development. London: Institute of Latin America Studies, 2000, p.11-24.

FREIRE. P. Ação cultural para a liberdade, 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.

IBGE. **IBGE cidades 2009**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 de fev. 2009.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diagnóstico socioeconômico, cadastramento e formação do conselho deliberativo da Resex Riozinho do Anfrísio. Altamira. 2008.

KOLLING, E. J., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S. Educação do campo: Identidade e políticas públicas. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (org.). **Por Uma Educação do Campo:** Declaração 2002**.** Brasília: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4).

LAURANCE, W. F.; et al. The future of the Amazon. **Science**, v. 19, n. 291, 2001, p. 438-439.

LAURANCE, W. F.; VASCONCELOS, H. L. A década da decisão para a Amazônia. **Ciência Hoje**, 2000, p. 59-62.

MARINI, M. A.; GARCIA, F. I. Conservação de aves no Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, 2005. p. 95-102.

MPEG e WWF-Brasil. **Diagnóstico e Estudo da Vegetação do Mosaico "Terra do Meio"**. 2007. (Relatório Técnico – 1ª expedição).

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. Tese (Livre-docência em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.

_____. **Integrar para não entregar:** políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus. 1988.

ROCHA, C. G. S. et al. **Diagnóstico Socioeconômico da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.** Altamira: LAET/UFPA, 2005.

RUEDA, R. P. Reservas Extrativistas no Brasil. In: _____. **Reservas da Biosfera e Reservas Extrativistas: Conservação da Biodiversidade e Ecodesenvolvimento**. Belém, 1997, (Série Cooperação Amazônica).

SCHNEIDER, R. R. et al. **Amazônia sustentável:** limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Belém: Banco Mundial/Imazon. 2000.

SILVA, P. A. **Contextualização socioambiental da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio**: **um estudo de caso – Altamira, PA**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

TORRES, M. **O boi que não leu o Snuc.** São Paulo, mimeo. 2008. (Versão preliminar).

_____. **A beiradeira e o grilador**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008b.

_____. **A polifonia da terra**: o conflito entre IBAMA, grileiros e camponeses ocupantes da Esec Terra do Meio, nas proximidades da Vila Canopus. Laudo pericial solicitado a fim de subsidiar o Procedimento Administrativo nº 1.23.003.000424/2008-50, instaurado pelo Ministério Público Federal, na Procuradoria da República no Município de Altamira – Pará. Altamira, 2007.

VILLAS-BÔAS, A. et al. **Estudos preliminares e formulação de uma proposta técnica para a implantação de um mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

WWF. **Expedição Terra do Meio Flona de Altamira e Parna do Jamanxim, Pará. 2008.** (Relatório Técnico Equipe: Ictiofauna).

ZIMMERMAN, B. et al. Conservation and development alliances with the Kayapó of south-eastern Amazonia, a tropical forest indigenous people. **Environmental Conservation,** v. 28, n. 1, 2001, p.10-22.

7. ANEXOS

Anexo A – Decreto da criação da Reserva Extrativista Rio Iriri

DECRETO DE 5 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Rio Iriri, no Município de Altamira, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentado pelo Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo no 02001.006395/2004-10;

DECRETA:

Art. 1o Fica criada a Reserva Extrativista Rio Iriri, no Município de Altamira, Estado do Pará, com área aproximada de 398.938 ha (trezentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e oito hectares), tendo por base as Folhas MI-721, MI-791, MI-862, MI-863, de escala 1:100.000, editadas pela Diretoria de Geodésia e Cartografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e MIR-143, de escala 1:250.000, publicada pela Diretoria de Serviço Geográfico-DSG com o seguinte Memorial Descritivo: partindo do Ponto 1, de coordenadas geográficas aproximadas 04º26’12.83” S e 53º40’44.24” Wgr., localizado na margem esquerda do Rio Iriri, segue por uma reta, atravessando o Rio Iriri para a sua margem direita, com um azimute de 169°22’59” e distância 2.632,44 metros, até o Ponto 2, de coordenadas geográficas aproximadas 04°27’37.06” S e 53°40’34.60” Wgr., localizado na margem direita do Rio Novo, na confluência com o Rio Iriri; deste, segue a montante pela margem direita do Rio Novo, por uma distância aproximada de 25.236,44 metros até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 04°35’33” S e 53°37’48” Wgr., localizado na margem direita do Rio Novo; deste, segue por uma reta de azimute 262°45’43” e distância aproximada de 11.234,52 metros até o Ponto 4, de coordenadas geográfica aproximadas 04º36’19.08” S e 53º43’53.04” Wgr., localizado no Igarapé das Dívidas ou das Pacas; deste, segue em linha reta de azimute 260º48’11” e distância aproximada de 15.913,07 metros até o Ponto 05, de coordenadas geográfica aproximadas 04°37’41.88” S e 53°52’28.91” Wgr., localizado no Igarapé do Caititu; deste, segue por uma reta de azimute 231°18’00” e distância aproximada de 22.656,07 metros até o Ponto 06, de coordenadas geográfica aproximadas 04°45’23.04” S e 54°2’38.04” Wgr., localizado no Rio Carajari; deste, segue por uma reta de azimute 271°13’47” e distância aproximada de 17.005,92 metros até o Ponto 07, de coordenadas geográfica aproximadas 04°45’11.16” S e 54°11’48.84” Wgr., localizado no Rio Branco; deste, segue por uma reta de azimute 259º36’35” e distância aproximada de 20.601,32 metros até o Ponto 08, de coordenadas geográfica aproximadas 04°47’12.12” S e 54°22’55.91” Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Rio Branco; deste, segue por uma reta de azimute 186º59’15” e distância aproximada de 8.010,43 metros até o Ponto 09, de coordenadas geográfica aproximadas 04°51’30.96” S e 54°23’48.13” Wgr., localizado na nascente do Igarapé Fortaleza; deste, segue pelo referido Igarapé no sentido jusante por uma distância aproximada de 8.841,97 metros até o Ponto

10, de coordenadas geográfica aproximadas 04°55’36.12” S e 54°25’59.17” Wgr., localizado no Igarapé Fortaleza; deste, segue por uma reta de azimute 149º36’18” e distância aproximada 11.422,92 metros até o Ponto 11, de coordenadas geográfica aproximadas 05°0’56.88” S e 54°23’17.89” Wgr., localizado no Igarapé Jatobá; deste, segue por uma reta de azimute 173º28’06” e por uma distância aproximada de 7.947,21 metros até o Ponto 12, de coordenadas geográfica aproximadas 05°5’13.92” S e 54°23’9.96” Wgr., localizado em um igarapé sem denominação, afluente do Igarapé Jatobá; deste, segue por uma reta de azimute 153º16’01” e distância aproximada de 12.691,31 metros até o Ponto 13, de coordenadas geográfica aproximadas 05°11’22.92” S e 54°20’35.88” Wgr., localizado em um igarapé sem denominação, afluente do Igarapé do Gelo; deste, segue em por uma reta de azimute 166º15’54” e distância aproximada de 21.572,51 metros até o Ponto 14, de coordenadas geográfica aproximadas 5°22’43.63’’ S e 54°18’49.22’’ Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação, afluente da margem direita do Rio Iriri; deste, segue pelo referido igarapé no sentido jusante até sua confluência no Rio Iriri por uma distância aproximada de 12.604,02 metros até o Ponto 15, de coordenadas geográfica aproximadas 05°24’46.08” S e 54°24’23.04” Wgr., localizado na confluência do referido igarapé sem denominação com o Rio Iriri; deste, segue pela margem direita do Rio Iriri no sentido montante por uma distância aproximada de 10.651,60 metros até o Ponto 16, de coordenadas geográfica aproximadas 05°28’24.22” S e 54°21’6.15” Wgr., localizado na margem direita do Rio Iriri; deste, segue por uma reta de azimute 265º49’57” e distância de 8.717,05 metros até o Ponto 17, de coordenadas geográfica aproximadas 05°28’44.50” S e 54°25’48.28” Wgr., localizado na divisa das Terras Indígenas de Xipaya e Kuruáya; deste, segue por uma reta de azimute 355º50’58” e distância aproximada de 4.773,46 metros até o Ponto 18, de coordenadas geográfica aproximadas 05°26’9.51” S e 54°25’45.53” Wgr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação afluente da margem esquerda do Rio Iriri; deste, segue a jusante pelo referido igarapé por uma distância aproximada 4.914,44 metros até a sua confluência com o Rio Iriri, no Ponto 19, de coordenadas geográfica aproximadas 05°23’53.64” S e 54°25’53.82” Wgr.; deste, segue pelo limite nordeste da Terra Indígena de Xipaya por uma distância aproximada de 81.127,64 metros até o Ponto 20 de coordenadas geográfica aproximadas 05°16’30.46” S e 54°50’0.02” Wgr., localizado na divisa da Terra Indígena Xipaya com a Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio; deste, segue por uma reta de azimute 029º23’14” e distância aproximada de 17.308,54 metros até o Ponto 21, de coordenadas geográfica aproximadas 05°08’19.50” S e 54°44’41.72” Wgr, localizado na nascente do Igarapé Nazaré; deste, segue a jusante pelo referido igarapé por uma distância aproximada de 33.980,05 metros até o Ponto 22, de coordenadas geográfica aproximadas 05°00’19.39” S e 54°33’04.60” Wgr, localizado na confluência do Igarapé Nazaré com o Rio Iriri; deste, segue pela margem esquerda do Rio Iriri por uma distância aproximada de 36.506,37 metros até o Ponto 23, de coordenadas geográfica aproximadas 04°45’35.83” S e 54°39’31.10” Wgr, localizado na confluência do Igarapé Laura com o Rio Iriri; deste, segue pela margem esquerda do Rio Iriri por uma distância aproximada de 146.832,55 metros até o Ponto 01, início deste memorial descritivo, totalizando um perímetro aproximado de quinhentos e quarenta e três mil, cento e setenta metros e trinta e um centímetros, ficando excluídas do limite acima descrito as ilhas Sobradinho, São João, Marisal, Chico Domingos, Do Amor, Do Moreira e Do Remanso Velho pertencentes à Terra Indígena Xipaya.

Art. 2o A Reserva Extrativista Rio Iriri tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

Art. 3o Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama administrar a Reserva Extrativista Rio Iriri, adotando as medidas necessárias para sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4o Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei no 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da Reserva Extrativista Rio Iriri.

§ 1o O Ibama fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata o caput deste artigo, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2o As áreas que vierem a ser identificadas como de domínio do Estado do Pará somente poderão ser desapropriadas após a devida autorização legislativa.

§ 3o A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao Ibama, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na Reserva Extrativista Rio Iriri.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de junho de 2006; 185o da Independência e 118o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva

Anexo B – Procedimento de uso de palha babaçu em construções

Todas as casas são construídas em estrutura de madeira, troncos roliços de aproximadamente 15 cm de diâmetro ou seções, denominadas esteios. Algumas madeiras utilizadas para este fim são: cedro, castanheira, itaúba, aquariquara, maçaranduba, jutaí, preciosa (as duas últimas apenas para os pilares menores). Para dimensionamento dos pilares, costuma-se utilizar a medida de palmos como referência (um palmo mede aproximadamente 20 cm). Geralmente é utilizada uma malha de pilares retangular, constituída por três pilares na largura, com vãos entre os pilares que variam de dois a três metros, e três ou quatro pilares no comprimento, com vãos de três a quatro metros. Os pilares centrais sustentam a estrutura até a cumeeira, e são enterrados cerca de 1,00m a 1,20m no solo (cinco ou seis palmos), já os pilares laterais são enterrados cerca de 60 ou 70 cm (três ou quatro palmos). As vigas são encaixadas no topo ou na lateral interna dos pilares, onde são realizados entalhes para encaixe, dando maior firmeza à amarração. Alguns exemplos de madeiras comumente utilizadas para vigas, além das espécies já citadas para os pilares são amejú, capoeira e maçarandubinha, com espessura entre 8 e 10cm de diâmetro. Para amarração de vigas e pilares são usados geralmente os cipós timbó ou titica.

Quanto à quantidade de árvores derrubadas para a construção de uma casa, sabe-se que, para uma casa de 12m de comprimento por 10m de largura, utiliza-se aproximadamente oito árvores para a composição da estrutura, conforme relata um morador de Barra do Vento, sobre a construção de sua própria moradia. Segundo ele, pode-se obter seis ou sete esteios de um rolo (tronco) de itaúba, por exemplo.

A maior parte das casas do Riozinho possui fechamento com o barro. O método utilizado para construção se assemelha à taipa de mão: é realizada uma malha de madeira, com vãos de cerca de 15 a 20cm entre as ripas, que são preenchidos com barro. As madeiras mais utilizadas para a realização da malha são camurim, envira, japá, lacre. O barro utilizado para preenchimento da malha de madeira é retirado da beira do rio, amolecido com água e prensado com as mãos. O barro branco é utilizado para dar acabamento no piso e nas paredes. Também pode ser obtido na beira do rio, onde os moradores costumam cavar buracos para encontrar um barro mais branco. Existem

algumas poucas casas onde o fechamento é feito em palha (trançado feito com palha de babaçu) ou madeira (tábuas dispostas em seção única, amarradas uma ao lado da outra).

Os telhados possuem três ou quatro águas. Como os ventos dominantes da região incidem a leste, a face oeste é a mais protegida contra a incidência direta de chuvas. Por isso, quando o telhado possui apenas três águas, uma face fica aberta para circulação de ar, a oeste. A estrutura da cobertura é formada por troncos de madeira de aproximadamente 5 a 7cm de diâmetro, distando cerca de 50 cm entre si. As madeiras mais utilizadas são: envira preta, capoeira, amejú, toarí. Para cobrir o telhado é utilizada a palha do coco babaçu. Existe apenas uma casa no Riozinho que possui fechamento em telha de fibrocimento.

Para a construção de uma casa, o tempo médio estimado é de dois a três meses, se o morador se dedicar principalmente a esta atividade.

Procedimento de uso da palha de babaçu em construções

O olho do babaçu é utilizado para cobrir as águas do telhado e a folha externa é utilizada para fechar a cumeeira. Os moradores relatam que há grande preocupação com a preservação das palmeiras, por isso é retirada apenas uma palha do olho de cada uma, procedimento que garante sua sobrevivência. A palha do babaçu pode ser retirada em qualquer período do ano, sendo que a palmeira demora um período de três a quatro meses para se recuperar. Para a retirada do olho é necessário sacudir a palmeira, o que afasta a folha pequena da grande, para então cortar a palha com o facão.

O construtor costuma retirar as palhas do babaçual mais perto da casa em construção. Ele costuma realizar esta atividade com amigos e parentes, para auxiliar no carregamento. Cada pessoa costuma carregar cerca de 20 a 30 palhas por vez, amarradas com cipó envira para facilitar o transporte. Este procedimento leva de dois a três dias, e a cobertura total da casa leva aproximadamente dez dias para ser finalizada.

Depois de retiradas, as palhas secam um pouco ao sol, para facilitar a próxima etapa, que consiste na dobra das folhas. Cada folha da palha é dobrada para dentro (procedimento que possui dois movimentos: um lateral e outro para baixo), de forma que

encaixe no outro lado, fechando a trama. Para cobrir uma casa utiliza-se por volta de sete a dez palhas por metro quadrado (cálculo feito com base em informações cedidas por Xaviel, Barra do Vento, Fernando e Paulo Afonso), o que dá um número aproximado de 400 a 700 palhas, para a construção de uma casa de tamanho médio, para os padrões locais (5 a 7 m de largura por 8 a 10 m de comprimento).

Para amarração das palhas na estrutura da cobertura é utilizado o cipó envira, que é retirado principalmente das árvores toarí, envira preta ou amejú. Este cipó é retirado do tronco da árvore, em lascas. A madeira da árvore também é utilizada na composição da estrutura da cobertura, pois quando o cipó é retirado já se aproveita o restante do tronco também. Para cobrir, geralmente são utilizadas duas palhas, uma sobre a outra, o que aumenta a durabilidade da cobertura em quase duas vezes, se comparado à utilização de apenas uma palha por fileira. É a chamada “coberta maranhense”, que possui durabilidade de aproximadamente cinco anos. Para a cumeeira é feito um tecido que se chama japá, da palha do babaçu já aberta, trançada da mesma forma que se trança cofos e esteiras (FIGURA 37).

Figura anexo B (A e B). Cobrindo a moradia com palha de babaçu (ICMBio, 2008).

Anexo C – Acordo de Pesca de 15 de abril de 2009

TERMO DE ACORDO DE PESCA NO LEITO DO RIO IRIRI NA REGIÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO IRIRI, DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRA SECA E DA TERRA INDÍGENA XIPAYA

CONTRATANTES: OS RIBEIRINHOS DA Resex DO RIO IRIRI, representados pelos pescadores da comunidade e representante do ICMBio, Daniel de Miranda Pinto de Castro, ÍNDIOS ARARAS DA CACHOEIRA SECA, representados pelos líderes da comunidade e pelo representante da FUNAI, Benigno Pessoa Marques, e INDIOS XIPAYA, líderes da comunidade e representante da FUNAI Benigno Pessoa Marques, presente o representante do Ministério Público Federal, Rodrigo Timoteo da Costa e Silva.

OBJETO DO ACORDO:

Disciplina das áreas de pesca no leito do Rio Iriri contido dentro da área da Terra Indígena Cachoeira Seca, Xipaya, e Reserva Extrativista do Rio Iriri.

1) Os contratantes disciplinaram a pesca no leito do Rio Iriri, dentro da área objeto do acordo da seguinte forma:

    a) os ribeirinhos residentes da Reserva Extrativista do Rio Iriri poderão realizar a pesca comercial entre o ponto da boca do Igarapé Rio Novo (início da Resex) até a ponta da Ilha do Cosme, da Cachoeira do Julião até Igarapé Jabuti e do Igarapé João Pinto até a divisa com a Estação Ecológica Terra do Meio;

    b) os Índios Araras residentes na Terra Indígena Cachoeira Seca terão a exclusividade da pesca no leito do rio Iriri entre a ponta da Ilha do Cosme até a Cachoeira do Julião;

c) os Índios Xipaya da Terra Indígena Xipaya terão a exclusividade de pesca no leito do Rio Iriri entre Igarapé Jabuti até o Igarapé João Pinto (área correspondente a delimitação da Terra Indígena Xipaya);

2) Fica permitida a pesca comercial para os ribeirinhos residentes em frente à área de exclusividade de pesca dos Indígenas Xipaya ;

3) O lago situado em frente a terra Indígena Xipaya (Lago do Amor) não poderá ser explorado economicamente para a pesca, ficando permitida apenas a pesca de subsistência.

4) Fica permitida a pesca não comercial para os ribeirinhos residentes em frente a área de exclusividade de pesca dos Indígenas Ararras;

5) Fica vedada a entrada de terceiros não residentes nas comunidades envolvidas para a realização de pesca comercial na área objeto do acordo.

6) O presente acordo tem eficácia imediata, vigendo pelo período de 02 anos, quando será novamente realizada reunião entre os contratantes para discussão das cláusulas do acordo.

Altamira, 15 de abril de 2009.